



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG**  
**INSTITUTO DA EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**RENATO RONIEL ZÊGO RODRIGUES**

**OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS**  
**CONTRADIÇÕES NO CAPITALISMO: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DA**  
**EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Rio grande, setembro de 2024**

**RENATO RONIEL ZÊGO RODRIGUES**

**OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS  
CONTRADIÇÕES NO CAPITALISMO: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DA  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental – PPGEA, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito parcial para a obtenção do título de mestrado em Educação Ambiental.

Orientadora: Dra. Tamires Lopes Podewils  
Linha de Pesquisa: Fundamentos de Educação Ambiental

**Rio Grande, setembro de 2024**

### Ficha Catalográfica

R696o Rodrigues, Renato Roniel Zêgo.

Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as contradições  
no capitalismo: uma perspectiva crítica da Educação Ambiental /  
Renato Roniel Zêgo Rodrigues. – 2024.

110 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –  
FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental,  
Rio Grande/RS, 2024.

Orientadora: Dra. Tamires Lopes Podewils.

1. Capitalismo 2. Educação Ambiental 3. Educação Ambiental  
Crítica 4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável I.  
Podewils, Tamires Lopes II. Título.

CDU 504:37

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG  
COORD CUR DE PG EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



MEMORANDO Nº 125, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024

**Renato Roniel Zego Rodrigues**

*“OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS CONTRADIÇÕES NO CAPITALISMO: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL”*

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:

Documento assinado digitalmente  
 **TAMIRES LOPES PODEWILS**  
Data: 01/10/2024 17:56:09-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tamires Lopes Podewils  
(PPGEA/FURG)

Documento assinado digitalmente  
 **LUCIA DE FATIMA SOCOOWSKI DE ANELLO**  
Data: 01/10/2024 17:06:07-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia de Fatima Socoowski de Anello  
(PPGEA/FURG)

Documento assinado digitalmente  
 **ALEXANDRE MACEDO PEREIRA**  
Data: 01/10/2024 13:06:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Alexandre Macedo Pereira

## **AGRADECIMENTOS**

Antes de mais nada, gostaria de expressar minha gratidão a Deus, que tem sido minha força e guia em todos os momentos da minha vida.

Em segundo lugar, agradeço de coração à minha família: minha mãe, Ana Zêgo, meu pai, João Rodrigues, e meus irmãos, Romário, Ronino e Ronise Rodrigues. Mesmo à distância, eles sempre acreditaram em mim e nunca deixaram de me motivar.

Não poderia deixar de mencionar meu tio, Sr. Agustavo Zêgo, que não mediu esforços para me ajudar a sair de Cabo Verde e vir para cá realizar o sonho de fazer minha graduação. Graças a ele, tive a oportunidade de seguir meus estudos e chegar até o mestrado. Sou eternamente grato por todo o apoio e incentivo que ele me deu ao longo dessa jornada.

Um agradecimento mais que especial à minha orientadora, Dra. Tamires Lopes Podewils, cujo o apoio e as suas orientações me ajudaram muito durante todo esse processo. Agradeço por não apenas confiar em mim e aceitar trabalhar comigo desde o início, mas pelo tempo dedicado, o esforço para me ajudar a enfrentar desafios e aprimorar meu trabalho. Suas orientações, seu encorajamento, seu jeito humano de trabalhar foram fundamentais para o desenvolvimento da minha dissertação, e sou eternamente grato por toda a ajuda e sabedoria que me ofereceu ao longo dessa jornada.

Também quero expressar minha gratidão ao pessoal do grupo de pesquisa, que me acolheu desde o início e me fez sentir parte do grupo. Agradeço aos colegas, professores e amigos que estiveram ao meu lado e me apoiaram ao longo dessa trajetória. Um agradecimento especial à minha parceira de trabalho, Andressa Bonilha, que compartilhou essa caminhada comigo e com quem sempre trocamos apoio durante toda a nossa jornada no mestrado.

Gostaria de agradecer, também, à banca examinadora, na pessoa do Prof. Dr. Alexandre Macedo Pereira e da Prof.<sup>a</sup> Dra. Lúcia Anello, pelas valiosas contribuições durante a qualificação. As orientações e sugestões oferecidas por vocês abriram novos caminhos para minha dissertação e foram fundamentais para aprofundar e enriquecer a escrita do meu trabalho.

Por fim não menos importante, agradeço também à CAPES pela oportunidade de receber a bolsa de estudos, pois foi graças a esse apoio financeiro que consegui me manter aqui, continuar com meus estudos e desenvolver essa dissertação.

Um obrigado especial a todos!!!

## RESUMO

Essa pesquisa se concentra na análise crítica, a partir de uma perspectiva marxista e da Educação Ambiental, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Agenda 30 da ONU. Para organizar essa pesquisa, estabelecemos como objetivo geral: Analisar os ODS e a sua relação com a Educação Ambiental Crítica e a totalidade social. Para conduzir a pesquisa, utilizou-se duas abordagens metodológicas: Primeiramente, aplicamos a Análise de Conteúdo de acordo com a proposta de Bardin (1977) para organizar, estruturar e categorizar o material, e assim poder identificar semelhanças entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Posteriormente, complementa-se a análise com abordagem com a técnica de Leitura Imanente desenvolvida por Lessa (2014), o que permitiu realizar uma análise mais detalhada de cada elemento textual em nosso material de estudo. O trabalho encontra-se organizado em quatro artigos, distintos que, embora realizem análises críticas sobre diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estão interligados fundamentando o nosso referencial teórico. O primeiro artigo examina a trajetória do conceito de desenvolvimento, e serve como base para as discussões dos artigos seguintes. Os restantes três artigos fazem as seguintes análises: O segundo artigo, aborda os ODS 1,2 e 8 destacando como o desenvolvimento capitalista influencia esses objetivos, o terceiro artigo se concentra no ODS 5, analisando questões de igualdade de gênero, violência, trabalho não remunerado e o empoderamento das mulheres e por último o quarto artigo que aborda as desigualdades globais e as políticas propostas para combatê-las, com foco em uma análise do ODS 10, em especial as metas 10.1, 10.4,10.6. Como principais resultados indica-se que analisado a partir da Educação Ambiental em diálogo com a Reprodução Social os ODS guardam íntima relação com o sistema capitalista, uma vez que suas propostas de intervenção sobre as problemáticas social, econômica e ambiental são superficiais, não adentrando a raiz da problemática: o próprio modo de produção capitalista. No mesmo sentido, indica-se como parte do trabalho de construção dos Fundamentos da Educação Ambiental a análise crítica dos ODS e a proposição de ações efetivamente transformadoras.

**Palavras-Chave:** Capitalismo; Educação Ambiental; Educação Ambiental Crítica; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## **ABSTRACT**

This research focuses on a critical analysis, from a Marxist and Environmental Education perspective, of the Sustainable Development Goals (SDGs) established by the UN's Agenda 2030. To organize this research, we established the following general objective: To analyze the SDGs and their relationship with Critical Environmental Education and social totality. To conduct the research, two methodological approaches were used: First, Content Analysis was applied according to Bardin's (1977) proposal to organize, structure, and categorize the material, thus allowing the identification of similarities among the Sustainable Development Goals (SDGs). Subsequently, the analysis is complemented by the Immanent Reading technique developed by Lessa (2014), which allowed for a more detailed analysis of each textual element in our study material. The work is organized into four distinct articles, which, although they provide critical analyses of different Sustainable Development Goals, are interconnected, grounding our theoretical framework. The first article examines the trajectory of the concept of development and serves as a basis for the discussions in the following articles. The remaining three articles conduct the following analyses: The second article addresses SDGs 1, 2, and 8, highlighting how capitalist development influences these goals; the third article focuses on SDG 5, analyzing issues of gender equality, violence, unpaid work, and the empowerment of women; and finally, the fourth article addresses global inequalities and the policies proposed to combat them, with a focus on analyzing SDG 10, particularly targets 10.1, 10.4, and 10.6. The main results indicate that, when analyzed from the perspective of Environmental Education in dialogue with Social Reproduction, the SDGs are closely related to the capitalist system, as their proposed interventions on social, economic, and environmental issues are superficial, not addressing the root of the problem: the capitalist mode of production itself. In the same vein, the critical analysis of the SDGs and the proposition of truly transformative actions are indicated as part of the work of constructing the Foundations of Environmental Education.

**Keywords:** Capitalism; Environmental Education; Critical Environmental Education; Sustainable Development Goals.

## RESUMEN

Esta investigación se centra en un análisis crítico, desde una perspectiva marxista y de la Educación Ambiental, de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) establecidos por la Agenda 2030 de la ONU. Para organizar esta investigación, establecimos como objetivo general: Analizar los ODS y su relación con la Educación Ambiental Crítica y la totalidad social. Para llevar a cabo la investigación, se utilizaron dos enfoques metodológicos: Primero, se aplicó el Análisis de Contenido según la propuesta de Bardin (1977) para organizar, estructurar y categorizar el material, permitiendo así identificar similitudes entre los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Posteriormente, el análisis se complementa con la técnica de Lectura Inmanente desarrollada por Lessa (2014), lo que permitió realizar un análisis más detallado de cada elemento textual en nuestro material de estudio. El trabajo está organizado en cuatro artículos distintos que, aunque realizan análisis críticos sobre diferentes Objetivos de Desarrollo Sostenible, están interconectados, fundamentando nuestro marco teórico. El primer artículo examina la trayectoria del concepto de desarrollo y sirve como base para las discusiones de los siguientes artículos. Los tres artículos restantes realizan los siguientes análisis: El segundo artículo aborda los ODS 1, 2 y 8, destacando cómo el desarrollo capitalista influye en estos objetivos; el tercer artículo se centra en el ODS 5, analizando cuestiones de igualdad de género, violencia, trabajo no remunerado y el empoderamiento de las mujeres; y finalmente, el cuarto artículo aborda las desigualdades globales y las políticas propuestas para combatirlas, con un enfoque en el análisis del ODS 10, en particular los objetivos 10.1, 10.4 y 10.6. Los principales resultados indican que, analizados desde la perspectiva de la Educación Ambiental en diálogo con la Reproducción Social, los ODS están estrechamente relacionados con el sistema capitalista, ya que sus propuestas de intervención sobre los problemas sociales, económicos y ambientales son superficiales, no abordando la raíz del problema: el propio modo de producción capitalista. En el mismo sentido, se indica como parte del trabajo de construcción de los Fundamentos de la Educación Ambiental el análisis crítico de los ODS y la proposición de acciones efectivamente transformadoras.

**Palabras clave:** Capitalismo; Educación Ambiental; Educación Ambiental Crítica; Objetivos de Desarrollo Sostenible.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                     | <b>11</b> |
| <b>2. Metodologia .....</b>                                                                                                    | <b>16</b> |
| 2.1 Análise de conteúdo Laurence Bardin (1977).....                                                                            | 16        |
| 2.1.1 Categorizando os ODS com base na metodologia de análise de Laurence Bardin, (1977) .....                                 | 17        |
| 2.2 A Leitura Imanente em Sérgio Lessa (2014).....                                                                             | 19        |
| 2.2.1 Como foi colocado em prática a Leitura Imanente?.....                                                                    | 20        |
| <b>3. Artigo I.....</b>                                                                                                        | <b>22</b> |
| Apresentação do artigo.....                                                                                                    | 22        |
| <b>CONTEXTUALIZANDO O DESENVOLVIMENTO:.....</b>                                                                                | <b>23</b> |
| <b>DA HISTÓRIA AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....</b>                                                          | <b>23</b> |
| Introdução .....                                                                                                               | 24        |
| 1. Análise histórica do conceito de desenvolvimento .....                                                                      | 26        |
| 2. Conceito de desenvolvimento e o crescimento econômico .....                                                                 | 31        |
| 3. Trajetória dos Argumentos da ONU em direção a Sustentabilidade Global: Uma Cronologia dos Eventos .....                     | 35        |
| 3.1 O relatório “Nosso Futuro Comum” (Relatório de Brundland) .....                                                            | 35        |
| 3.2 A Agenda 21.....                                                                                                           | 37        |
| 3.3 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....                                                                               | 38        |
| Considerações Finais.....                                                                                                      | 39        |
| Referências.....                                                                                                               | 42        |
| <b>4.Artigo II.....</b>                                                                                                        | <b>45</b> |
| Apresentação do artigo.....                                                                                                    | 45        |
| <b>OS OBJETIVOS PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 1, 2 e 8: UMA CRÍTICA A PARTIR DOS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....</b> | <b>46</b> |
| Introdução .....                                                                                                               | 47        |
| 1. Os Objetivos para desenvolvimento sustentável .....                                                                         | 48        |
| 2. A Reprodução social .....                                                                                                   | 52        |
| 3. Análise crítica dos Objetivos para Desenvolvimento Sustentável numa perspectiva marxista.....                               | 57        |
| 3.1 Análise sobre o ODS 1 .....                                                                                                | 59        |
| 3.2 O ODS 2- Fome zero e agricultura sustentável .....                                                                         | 61        |
| 3.3 O ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico.....                                                                    | 64        |
| Considerações Finais.....                                                                                                      | 66        |
| Referências.....                                                                                                               | 68        |
| <b>5.Artigo III.....</b>                                                                                                       | <b>71</b> |
| Apresentação do artigo.....                                                                                                    | 71        |
| <b>OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A IDEIA DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES: NOTAS CRÍTICAS AOS FUNDAMENTOS</b>        |           |

|                                                                                                       |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....</b>                                                                    | <b>72</b>  |
| Introdução .....                                                                                      | 73         |
| 1. Violência de Gênero: Fundamentos históricos.....                                                   | 75         |
| 2. Trabalho não remunerado: Fundamentos históricos .....                                              | 80         |
| 3. A proposta de empoderamento no ODS 5 e suas possibilidades na sociedade capitalista..              | 83         |
| Considerações finais.....                                                                             | 86         |
| Referências.....                                                                                      | 89         |
| <b>6- Artigo IV.....</b>                                                                              | <b>91</b>  |
| Apresentação do artigo.....                                                                           | 91         |
| <b>AS DESIGUALDADES, O AJUSTE ESTRUTURAL E A DEPENDÊNCIA.....</b>                                     | <b>92</b>  |
| Introdução .....                                                                                      | 93         |
| 1. Desigualdade de renda e os desafios estruturais .....                                              | 95         |
| 2. Políticas de Ajuste Estrutural: Impactos sobre as políticas públicas e Desigualdades Sociais ..... | 98         |
| 3. A Teoria da dependência e a redução de desigualdades .....                                         | 102        |
| Considerações finais.....                                                                             | 104        |
| Referências.....                                                                                      | 106        |
| <b>7. Conclusões Finais .....</b>                                                                     | <b>109</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

Antes de tudo, permitam-me iniciar minha escrita compartilhando com vocês a minha trajetória pessoal e acadêmica, que me levou de Cabo Verde ao Brasil, e me conduziu até o mestrado em Educação Ambiental. Sou Renato Roniel Zêgo Rodrigues, um aluno que, há seis anos, decidiu deixar sua casa e seu país natal, Cabo Verde, um arquipélago no oceano Atlântico, localizado na costa da África Ocidental, para buscar uma jornada de descobertas e aprendizados aqui no Brasil.

Com apenas dezoito anos, me encontrava ansioso para explorar o mundo e encarar as possibilidades e oportunidades que o ensino superior poderia oferecer. Escolhi o Brasil como meu destino, e a Universidade Federal do Rio Grande - FURG me escolheu, e me acolheu no curso de Ciências Biológicas Licenciatura, fazendo com que aquele desejo tornasse possível. Vale ressaltar que vim para o Brasil por meio do programa chamado Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e essa minha decisão foi influenciada pelo fato de já ter membros da família que, por meio desse programa, haviam conseguido estudar aqui no Brasil.

Durante a graduação, minha paixão pelas Ciências Biológicas aumentou, além do conhecimento acadêmico e das dificuldades, encontrei amizades que transcendem barreiras culturais, enriqueceram minha experiência, e construí laços duradouros que me apoiaram e permitiram chegar até aqui.

Neste momento me encontro em uma nova etapa da minha jornada, um novo desafio, focado na pesquisa e escrita da minha dissertação de mestrado. Este trabalho apesar de ser um requisito acadêmico, não se limita a isso, consigo o ver como resultado de anos de dedicação, superação de desafios e um compromisso próprio pela busca e compartilhamento do conhecimento. Minha jornada mostra como a determinação e a vontade de aprender podem nos levar a lugares surpreendentes. Independentemente de nossas origens, nossos sonhos e nossa determinação podem nos levar a lugares inimagináveis.

Minha conexão com a Educação Ambiental e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tiveram início nos momentos finais da minha graduação, no temido TCC (Trabalho de conclusão de curso). Meu Trabalho de Conclusão de Curso teve como título "Análise da Abordagem Pedagógica do ODS 12- Consumo e produção responsável- com Ênfase em uma Escola em Rio Grande". No entanto, naquela época, eu estava longe

de compreender a dimensão da Educação Ambiental e, apesar do trabalho ter sido considerado bom naquele contexto, ele refletia uma visão conservadora da Educação Ambiental. Na verdade, na época eu desconhecia a abordagem crítica da Educação Ambiental, que destaca a necessidade de questionar as estruturas sociais e econômicas que contribuem para os problemas ambientais (Loureiro, 2005). Em outras palavras, meu trabalho estava mais alinhado com uma perspectiva tradicional, focado apenas na conscientização ambiental sem explorar as raízes profundas dos desafios ambientais.

Foi durante a defesa do meu TCC que um dos membros da banca, Prof. Tamires Podewils, hoje minha orientadora, me convidou para conhecer o programa de mestrado em Educação Ambiental e buscar uma pós-graduação nessa área. Esse convite abriu portas para um novo mundo de possibilidades e desafios.

Aceitei o convite, conheci o programa, fiz uma proposta de projeto para participar da seleção. Felizmente fui aprovado e iniciei minha trajetória no programa de mestrado, explorando profundamente a Educação Ambiental em uma perspectiva crítica. A abordagem dos ODS, que antes eu via de maneira conservadora, tornou-se o foco da minha pesquisa e trabalho, mas agora com uma compreensão mais abrangente e madura.

Essa jornada tem sido uma transformação pessoal e acadêmica. Hoje, compreendo a Educação Ambiental como uma ferramenta poderosa para promover não apenas a conscientização, mas também para ação transformadora. Ao longo desta introdução, compartilharei como essa transformação impactou minha pesquisa de mestrado e minha visão sobre a Educação Ambiental. Depois de compartilhar um pouco sobre mim e apresentar minha trajetória, penso que agora seja o momento ideal para falarmos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o objeto da nossa pesquisa.

Em setembro de 2015, no decorrer da assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York, foi determinada a Agenda 30, responsável pela proposição de abrangência mundial para a construção e implementação de políticas públicas que devem orientar a humanidade até 2030 (ONU, 2015). A Agenda 30 se caracteriza por ser um compromisso assumido por 193 países sendo coordenado pela ONU por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O foco deu-se na efetivação dos Objetivos para Desenvolvimento Sustentável, desta forma, foram estabelecidos 17 objetivos, juntamente a 169 metas de caráter universal e transformadoras a serem atingidas até o ano de 2030 (ONU, 2015).

Os ODS estimularam metas e um plano de ação para quinze anos em áreas de grande relevância para a humanidade e o planeta e de acordo com a ONU (2015) aparecem

interligados de forma equilibrada, buscando fusionar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

No entanto, conforme fomos estudando a perspectiva marxista entendemos a possibilidade de realizar uma análise histórica, baseada em argumentos materiais, que ressaltam as contradições entre o conceito de Desenvolvimento Sustentável e os ODS, quando observados sob a ótica da lógica interna do capitalismo.

Para organizar nossa pesquisa, estabelecemos como objetivo geral: Analisar os ODS e a sua relação com a Educação Ambiental Crítica e a totalidade social. Desta forma por meio das análises, pretendemos contribuir para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados na busca por um desenvolvimento sustentável no contexto capitalista e, na mesma medida, buscamos fortalecer a linha dos Fundamentos da Educação Ambiental, no sentido de mostrar as aproximações e distanciamentos conceituais que existem entre a Educação Ambiental Crítica e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Entendemos importante destacar que esta dissertação está sendo desenvolvida em formato de artigos científicos. A opção por este formato de apresentação da pesquisa foi feita em acordo com a Normativa Interna do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental de N° 01 de 2013 registrado na ata do colegiado N° 05 de 13 de março de 2013 pela qual estabeleceu que:

Art. 1º As teses e dissertações deverão ser entregues na forma escrita em uma das seguintes modalidades: I - introdução, referencial teórico, metodologia, resultados (trabalhos publicados ou submetidos à publicação), conclusões e referências bibliográficas; II - introdução, referencial teórico, metodologia, resultados, conclusões e referências bibliográficas. (PPGEA, 2013)

Devido à natureza teórica da nossa pesquisa e em conformidade com a normativa optamos por incluir em cada artigo o referencial teórico que fundamenta a nossa análise, no entanto, alguns desses artigos terão uma ênfase maior na teoria, enquanto outros serão mais analíticos. Nossa escolha por este formato de dissertação se deu não apenas pela necessidade de publicação, uma exigência dos órgãos de fomentos (CAPES e CNPq) mas, principalmente, pela necessidade de divulgação científica que acaba por nos auxiliar na produção do conhecimento de forma mais aberta e coletiva.

A nossa pesquisa encontra-se estruturada em quatro artigos distintos que embora apresentem análises críticas de diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estão interligados e fundamentados em nosso referencial teórico. O primeiro desses, explora a trajetória do conceito de desenvolvimento proporcionando a base para

as discussões nos artigos subsequentes, a partir do segundo artigo inicia-se a análise aprofundada sobre os ODS em estudo.

O primeiro artigo da dissertação, intitulado “Contextualizando o Desenvolvimento: Da história aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” propõem uma reflexão crítica sobre a trajetória do conceito de desenvolvimento. Partindo das suas origens nos Estados Unidos após a segunda guerra Mundial, o artigo examina como o desenvolvimento se transformou ao longo das décadas, incorporando progressivamente aspectos sociais, políticos, económicos e ambientais. Além de criticar o paradigma tradicional que prioriza exclusivamente o crescimento económico, o artigo apresenta uma cronologia dos principais eventos que resultaram na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dividido em três tópicos, o texto busca contextualizar o desenvolvimento desde suas raízes históricas até a integração dos ODS na agenda global.

O segundo artigo, intitulado "Os Objetivos para Desenvolvimento Sustentável 1, 2 e 8: Uma Crítica a Partir dos Fundamentos da Educação Ambiental", oferece uma análise profunda dos ODS 1, 2 e 8 e os submete a uma avaliação crítica sob a lente da educação ambiental. O artigo encontra-se dividido em três capítulos que se fusionam entre si. O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, discutindo sua origem, propósito e principais metas. Em seguida, o segundo capítulo se concentra na abordagem da Reprodução Social sob a perspectiva marxista do filósofo húngaro György Lukács (2013) destacando como esse conceito influencia a produção e estabelecendo relações históricas com capitalismo. Para o último capítulo fizemos a análise deste ODS em estudo. Desta forma, com base em fundamentos marxistas, mostramos a nossa compreensão de como o desenvolvimento capitalista se esconde por trás desses objetivos e como a Reprodução Social desempenha um papel importante na sustentação da produção.

O terceiro artigo, com o título "O ODS 5 e o Empoderamento das Mulheres: Notas Críticas para os Fundamentos da Educação Ambiental," direciona nossa atenção para o quinto ODS. O quinto ODS é central em nossa análise, pois se concentra na igualdade de gênero e aborda questões cruciais relacionadas à violência de gênero, trabalho não remunerado e empoderamento das mulheres. O artigo encontra-se organizado em três tópicos conceituais pela qual fazem jus a nossa proposta de trabalho.

No primeiro tópico analisamos os fundamentos históricos da violência de gênero. Assim utilizamos como material de estudo o item 5.2 que se compromete a "Eliminar

todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos" (ONU, 2015, p. 24). No segundo tópico com base no item 5.4 "Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais" (ONU, 2015 p. 24), analisamos os fundamentos históricos do trabalho não remunerado. Para concluir, analisamos criticamente a proposta de empoderamento descrita no item 5.5.

Durante a nossa discussão apresentamos argumentos que demonstram os desafios associados à promoção da igualdade e empoderamento nas nossas sociedades. A partir da perspectiva da filósofa feminista Silvia Federici (2004) deixamos evidente que esses problemas se encontram enraizados na estrutura social e econômica, levando-nos assim por meio da nossa análise crítica a questionar a eficácia das propostas dos Objetivos de desenvolvimento Sustentável dentro dessas estruturas.

O quarto e último artigo dessa dissertação, intitulado "As desigualdades, o Ajuste Estrutural e a Dependência" abordam as desigualdades globais e as políticas propostas para combatê-las, com foco em uma análise do ODS 10 em particular as metas 10.1, 10.4, 10.6. O artigo começa por apresentar dados que ilustram a disparidade na distribuição de renda, evidenciando como os lucros acumulados por grandes corporações intensificam as desigualdades, conforme destacado pela Oxfam Internacional. Em seguida, o artigo mostra o impacto das Políticas de Ajuste Estrutural e traz experiência histórica relatada por Federici (2019) mostrando como certas medidas impostas por políticas neoliberais, foram capazes de dismantelar indústrias e aumentar o índice da pobreza, como ocorreu em diversas regiões. Por fim o artigo analisa a dinâmica de dependência entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, moldada pela influência de instituições financeiras internacionais.

## 2. Metodologia

Para elaborar a pesquisa foi necessário partir de duas bases metodológicas em que se fez possível categorizar, analisar e descrever de forma mais abrangente o nosso material em estudo. Com o objeto de estudo decidido, inicialmente adotamos a metodologia Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977) a qual nos permitiu estruturar e categorizar, identificando padrões entre os diferentes ODS. Em etapa posterior completamos a nossa abordagem com a técnica de Leitura Imanente proposta por Lessa (2014) em que possibilitou uma análise mais detalhada de cada elemento textual presente no nosso material em estudo.

A combinação entre essas duas metodologias enriqueceu a nossa pesquisa estimulando uma melhor compressão e contribui para uma abordagem mais completa e aprofundada do nosso estudo. Na sequência descrevemos essas metodologias.

### 2.1 Análise de conteúdo Laurence Bardin (1977)

A Análise de conteúdo como proposta metodológica foi descrita por Laurence Bardin, (1977) na sua obra *L'analyse de contenu*, onde em sua tradução para o português brasileiro recebe o mesmo nome da metodologia. Conforme a autora a Análise de conteúdo corresponde a “[...] um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (Bardin,1977, p.9), isto é, um método de pesquisa qualitativa que propõem uma abordagem sistemática que pode ser utilizada em diferentes contextos, ou seja, é flexível e adaptável). A análise de conteúdo envolve três fases: a *pré-análise*, a *exploração do material* e o *tratamento dos resultados e interpretação* (Bardin,1977, p.95), em que explicarmos um pouco de cada fase:

A **pré-análise** encontra-se relacionada com a definição do objeto de estudo. De acordo com a autora, “[...] é a fase de organização propriamente dita. Geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final.” (Bardin,1977, p.95).

A **exploração do material** encontra-se associado com a codificação do material selecionado de acordo com as categorias previamente definidas:

Se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente

ou de operações efetuadas pelo ordenador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente. Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formulada (Bardin, 1977, p.101).

O **Tratamento dos resultados e interpretação** encontra-se vinculado com analisar os dados codificados para identificar padrões e tendências, e interpretar os resultados em relação ao objeto de estudo.

Desta forma, ao avaliarmos as características dessa metodologia, encontramos uma série de razões pelas quais nos sentimos confortáveis em usá-la como base para categorizar o material em estudo, no caso, o texto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS abrangem uma grande variedade de tópicos, como a erradicação da pobreza, questões de gênero, ambiente, e dessa forma a análise de conteúdo nos permitiu criar categorias específicas que capturam esses elementos de maneira precisa. Com base na análise de conteúdo conseguimos não só entender os documentos que abordam os ODS, mas decifrar sua forma e adaptá-los aos critérios e os objetivos da nossa pesquisa.

### **2.1.1 Categorizando os ODS com base na metodologia de análise de Laurence Bardin, (1977)**

**Pré-análise:** A Pré-análise para a definição do objeto de estudo envolveu uma pesquisa criteriosa em sites oficiais da ONU, garantindo a utilização de fontes confiáveis e atualizadas. A escolha do tema foi orientada pelas linhas de investigação e pelas temáticas abordadas no Grupo de Estudos em Filosofias Emergentes, do qual fazemos parte, assegurando uma coerência metodológica com os princípios do grupo, especialmente no que refere a análise crítica e reflexiva das questões contemporâneas.

**Objeto de estudo:** os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

**Exploração do material:** As análises foram desenvolvidas de acordo com o documento da ONU *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, 2015. Tradução Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015.

**Fonte:** <https://sustainabledevelopment.un.org>.

**Apresentação:** O processo de categorização resultou em duas grandes categorias analíticas, que são apresentadas na tabela abaixo.

Tabela 1 - Categorias baseadas na triple dimensão ou abordagem integrada:

| <b>Sociedade &amp; Economia</b>                                                                                  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ODS 1 (Erradicação da Pobreza)                                                                                   |
| ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável)                                                                      |
| ODS 3 (Saúde e Bem-Estar)                                                                                        |
| ODS 4 (Educação de Qualidade)                                                                                    |
| ODS 5 (Igualdade de Gênero)                                                                                      |
| ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)                                                                 |
| ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura)                                                                     |
| ODS 10 (Redução das Desigualdades)                                                                               |
| ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)                                                                    |
| ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis)                                                                         |
| ODS 17 (Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável) |

| <b>Meio Ambiente</b>                           |
|------------------------------------------------|
| ODS 6 (Água Potável e Saneamento)              |
| ODS 7 (Energia Limpa e Acessível)              |
| ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis),   |
| ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima) |
| ODS 14 (Vida na Água)                          |
| ODS 15 (Vida Terrestre)                        |

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Essa primeira organização do material de estudo a partir da Análise de Conteúdo, nos permitiu compreender que os ODS estão organizados em dois grandes campos de atuação: A Sociedade e Economia e o Meio Ambiente. A ONU anuncia três dimensões dos ODS (social, econômica e ambiental) no entanto, pela análise empreendida – e a partir do referencial teórico utilizado – compreendemos que sociedade economia não podem deixar de constituir a mesma categoria, uma vez que estão interligadas de forma determinante, na sociedade capitalista. Já a categoria de meio ambiente, nos ODS está desconectada (aparentemente) da anterior, o que já anuncia uma problemática de fundamento, uma vez que na perspectiva da Educação Ambiental o meio ambiente e seus

usos, manutenção e desenvolvimento está, atualmente, sendo determinado pelo binômio economia-sociedade.

A partir da perspectiva da Educação Ambiental (Loureiro, 2005; Reigota, 2009) estes campos são analisados conjuntamente, pois a economia atua sobre a sociedade e sobre o meio ambiente de uma forma geral. Dessa forma, a construção da Agenda 30 a partir de temáticas fragmentadas, já nos direcionou para a necessidade de realizar uma análise mais aprofundada de alguns destes objetivos.

Na medida em que começamos a reorganizar e agrupar as temáticas para analisá-las, percebemos a necessidade de fazer algumas escolhas, que nos permitiriam um melhor aprofundamento, dentro do tempo disponível para a realização do mestrado. A escolha por determinados ODS foi guiada pelas temáticas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa em que estamos inseridos, o Grupo de Estudos em Filosofias Emergentes (GEFE).

## **2.2 A Leitura Imanente em Sérgio Lessa (2014)**

A Leitura Imanente (Lessa, 2014) corresponde a uma metodologia de análise que se encontra dividida em quatro etapas. Essa metodologia foi descrita por Sérgio Lessa (2014), na obra *O revolucionário e o estudo: por que não estudamos?* De acordo com o autor, a Leitura Imanente “[...] é o melhor conjunto de procedimentos para uma compreensão profunda do texto” (Lessa, 2014, p.69). Desta forma o processo inicia-se com a preparação do espaço de estudo ou segundo o autor uma abordagem sistemática ao estudar. Nessa etapa da metodologia Lessa, (2014), enfatiza elementos importantes para uma boa qualidade de estudo. O autor destaca desde os aspetos relacionados às horas de dedicação à leitura, condições ideais (silêncio, conforto, iluminação) até a *preparação do espírito*.

[...] preciso que preparemos o nosso espírito. As correrias e ansiedades da vida cotidiana não podem perturbar esse nosso contato com o texto. Temos de nos concentrar, desligar o celular, não atender ao telefone, impedir o computador de nos avisar se chegou uma nova postagem no facebook (ou similar) ou um novo e-mail. (Lessa, 2014, p.73).

Essa etapa é considerada como uma das mais decisivas estando assim relacionados com a disciplina, do ambiente adequado e da concentração para um estudo eficaz e produtivo.

A segunda etapa inicia-se com a leitura de cada parágrafo, “[...] sendo decisivo retirarmos de cada parágrafo a ideia central, o raciocínio ou a informação fundamental” (Lessa, 2014, p.69), pela qual foi escrito. Para essa etapa o autor recomenda que cada

parágrafo seja examinado como uma entidade independente, sem considerar os parágrafos anteriores ou subsequentes. Desta forma o segundo passo resume-se em “[...] descobrir e anotar o conteúdo de cada parágrafo, bem como as relações entre eles” (Lessa, 2014, p.70).

O terceiro passo relaciona-se com a continuidade do estudo. Para que a investigação proceda de forma mais fluida e eficaz o autor propõe na terceira fase da metodologia, o desenvolvimento de “[...] um mecanismo que possibilite, a retomada do estudo, a recuperação rápida e eficiente do já investigado” (Lessa, 2014, p.70). Ou seja, que sejamos capazes de projetar um sistema que facilite a rápida e eficiente recuperação do conhecimento previamente estudado, permitindo a identificação instantânea do conteúdo investigado com uma simples observação.

A última etapa encontra-se relacionada com pequenas sínteses e resumos dos capítulos estudados. Assim, Lessa (2014) sugere que esse processo final seja feito em duas etapas: Primeiro, ao final de cada capítulo ou parte relevante do texto, faz-se necessário escrever um pequeno resumo destacando a principal ideia do autor e os argumentos usados para defendê-la. Depois, no segundo momento, todos esses resumos parciais são reunidos em um único texto, para ver como as partes se relacionam entre si (Lessa, 2014).

### **2.2.1 Como foi colocado em prática a Leitura Imanente?**

Assim como descrevi anteriormente, inicialmente para realizar as leituras envolveu a cuidadosa seleção de um ambiente propício para o processo. Essa escolha foi fundamental para garantir a eficiência e a qualidade das leituras. Desta forma optei por dividir o tempo de leitura entre a minha casa e o ambiente da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Inicialmente, enquanto me familiarizava com os textos, optei por registrar as anotações em cadernos, essa prática permitiu que eu conseguisse capturar as primeiras impressões sobre os textos. No entanto, à medida que avançava a pesquisa e as leituras, percebi a necessidade de otimizar o tempo e facilitar a organização das informações coletadas.

Foi então que decidi migrar para uma abordagem mais digital. Escolhi o Microsoft Word como a ferramenta principal, devido à sua acessibilidade e familiaridade. Essa mudança me permitiu um maior controle das anotações podendo assim, categorizar as

informações com facilidade, criar tópicos e subtópicos, além de manter uma visão geral de todo o material de pesquisa em um único arquivo.

Durante as leituras, identificava as partes dos textos que julgava mais importantes e relevantes para embasar a nossa argumentação e consequentemente atingir os nossos objetivos. Essas partes importantes eram copiadas e coladas diretamente no Word devidamente referenciadas, o que me ajudava a manter um registo organizado e fácil de acessar do conteúdo essencial para a pesquisa.

Além disso, para destacar as partes chaves nos textos, aproveitava as ferramentas disponibilizadas pelo próprio formato PDF. Isso incluía a utilização de marcadores, realces de texto e notas adesivas, que facilitavam a posterior referência e discussão dessas partes essenciais durante a pesquisa.

Essa metodologia combinada de leitura e organização me permitiu explorar profundamente os materiais de estudo, ao mesmo tempo em que mantinha um controle rigoroso sobre as informações coletadas. A transição para o ambiente digital simplificou a revisão e a análise dos textos, tornando o processo de leitura mais eficiente e produtivo. Com a Biblioteca Central da FURG como um espaço de imersão e o Word como ferramenta de registo, consegui atingir um equilíbrio ideal para corresponder aos objetivos de forma eficaz e organizada.

### **3. Artigo I**

#### **Apresentação do artigo**

Este artigo se propõe a realizar uma trajetória histórica e crítica do conceito de desenvolvimento, partindo de suas origens nas políticas econômicas pós- segunda guerra Mundial, nos Estados Unidos, até a formulação contemporânea dos Objetivos de desenvolvimento Sustentável (ODS).

A exposição desses conceitos e suas transformações não apenas fornece uma compreensão mais profunda das raízes e intenções dos ODS, mas também nos permite refletir sobre o papel da Educação Ambiental nesse contexto. Ao entendermos as interseções e possíveis divergências entre a Educação Ambiental e os ODS, seremos capazes de avaliar de que maneira a Educação Ambiental se relaciona- ou não- com os objetivos estabelecidos pela agenda global. Além disso essa análise nos oferece a oportunidade de fortalecer os fundamentos da Educação Ambiental por meio de crítica baseadas as limitações dos ODS, que muitas das vezes são moldados por uma lógica de sustentabilidade capitalista.

Neste sentido o artigo nos fornece a base para a crítica em relação ao caráter ambíguo dos ODS, questionando se a base sustentável proposta é realmente compatível com as demandas ecológicas e sociais que enfrentamos hoje.

## **CONTEXTUALIZANDO O DESENVOLVIMENTO: DA HISTÓRIA AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Resumo:** Este artigo propõe uma análise abrangente sobre o conceito de desenvolvimento, desde suas origens nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial até sua evolução contemporânea, incorporando questões sociais, políticas, econômicas e ambientais. Critica o paradigma tradicional de desenvolvimento, centrado exclusivamente no crescimento econômico, traz a cronologia dos eventos até a implementação dos ODS e aborda questões em relação ao desenvolvimento sustentável. Dividido em três tópicos, o artigo tem como objetivo geral contextualizar o desenvolvimento desde a sua história até os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e como objetivos específicos: i. Analisar historicamente o conceito de desenvolvimento; ii. Apresentar o conceito de desenvolvimento; e; iii. Analisar cronologicamente a trajetória dos Argumentos da ONU em direção a Sustentabilidade Global. Para atingir esses objetivos e desenvolver os tópicos, o artigo adota a metodologia da abordagem com a técnica de leitura imanente proposta por Lessa (2014), permitindo uma análise detalhada e contextualizada dos temas abordados.

**Palavras- chaves:** Desenvolvimento; Desenvolvimento sustentável; Objetivos para Desenvolvimento Sustentável.

## **Introdução**

Desde suas raízes nos Estados Unidos, onde ganhou destaque após a Segunda Guerra Mundial, até sua centralização no crescimento econômico como medida predominante de progresso, a ideia de desenvolvimento passou por uma série de mudanças. Com base na análise histórica do conceito de desenvolvimento e sua evolução ao longo do tempo, é evidente que a compreensão atual do desenvolvimento vai além do crescimento econômico. Desde a época de Harry Truman (presidente dos EUA de 1945 a 1953) até os dias atuais, o conceito de desenvolvimento tem sido moldado por uma série de fatores sociais, políticos e econômicos, refletindo mudanças na perspectiva global.

O paradigma convencional do desenvolvimento, enraizado na busca incessante pelo crescimento econômico, tem sido há muito tempo o guia de políticas e práticas globais. No entanto, à medida que percebemos os crescentes desequilíbrios sociais, a degradação ambiental e as disparidades econômicas em todo o mundo, torna-se cada vez mais evidente que este modelo tem suas falhas.

A visão crítica de autores como Gustavo Esteva (1996), Sachs (1996) Acosta, (2016), convida-nos a questionar as abordagens tradicionais do desenvolvimento, destacando a necessidade de considerar diferentes contextos e perspectivas. A imposição de padrões e valores, frequentemente associada ao desenvolvimento, pode ser vista como uma forma de imperialismo, levando a relações de dependência e subordinação entre países. Por meio da crítica de autores como Acosta (2016) e Vandana Shiva, (2021) este artigo examina as questões de imperialismo, exploração desigual de recursos naturais e os impactos ambientais negativos associados ao paradigma convencional de desenvolvimento. Essa abordagem linear do desenvolvimento, que prioriza o crescimento econômico em detrimento do bem-estar humano e da preservação ambiental está sendo cada vez mais questionada.

A introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, como apresentado no Relatório de Brundtland, desse na Agenda 21, representou um marco importante na história do desenvolvimento. Esses documentos reconhecem a interconexão entre o meio ambiente e o desenvolvimento humano, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais equilibrada e sustentável para o progresso global. Portanto, a compreensão do desenvolvimento hoje vai além do crescimento econômico, incorporando princípios de justiça social, equidade e preservação ambiental. Essa evolução do conceito reflete uma

crescente conscientização sobre os desafios globais e a necessidade de uma abordagem mais holística e inclusiva para promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Desta forma, nosso artigo encontra-se dividido em três tópicos textuais com o objetivo de contextualizar o desenvolvimento desde a sua história até os Objetivos de desenvolvimento sustentável. Para isso, traçamos três objetivos específicos que guiaram os nossos estudos e os respectivos capítulos: i. Analisar historicamente o conceito de desenvolvimento; ii. Apresentar o conceito de desenvolvimento; e; iii. Analisar cronologicamente a trajetória dos Argumentos da ONU em direção a Sustentabilidade Global.

O primeiro tópico tem como título “Análise histórica do conceito de desenvolvimento” e objetiva-se a analisar a história do conceito. Nesse tópico faz-se uma análise crítica do conceito de desenvolvimento, desde suas origens nos Estados Unidos, até as implicações globais atuais. Destaca-se a necessidade de uma compressão mais ampla e contextualizada do desenvolvimento, considerando não apenas o crescimento econômico, mas as demais questões sociais, políticas e ambientais, reconhecendo a interconexão entre os seres humanos e a natureza.

O segundo intitulado como “Conceito de desenvolvimento e o crescimento econômico” tivemos como objetivo apresentar o conceito de desenvolvimento e a sua relação com o crescimento econômico. Desta forma trouxemos críticas ao modelo de crescimento econômico desenfreado, introduzimos o conceito de desenvolvimento sustentável e destacamos alguns debates em torno do conceito, ressaltando sua complexidade e as diferentes interpretações.

O último tópico intitulamos de “Trajetória dos Argumentos da ONU em direção a Sustentabilidade Global: Uma Cronologia dos Eventos”. Como sugere o título nesse tópico analisamos a trajetória dos argumentos da Organização das Nações Unidas em direção à sustentabilidade global, desde o relatório de Brundtland

em 1987 até a transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015.

Para alcançar esses objetivos e desenvolver os tópicos, utilizamos a metodologia da Leitura Imanente proposta por Lessa (2014). Essa técnica possibilitou uma análise

mais detalhada de cada elemento textual presente em nosso material em estudo, permitindo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos temas abordados, além de proporcionar a reflexão entre o texto e a materialidade social.

### **1. Análise histórica do conceito de desenvolvimento**

A compreensão do desenvolvimento tem raízes profundas nos Estados Unidos, onde as perspectivas evoluíram consideravelmente, refletindo mudanças econômicas, sociais e políticas. Esse conceito, hoje centralizado no crescimento econômico, está intrinsecamente ligada a eventos históricos marcantes e inicia-se na tentativa de superação dos desafios sociais por meio da intervenção do Estado. Nesse contexto essa nossa análise será feita com base na perspectiva de autor autores como Gustavo Esteva (1996), Sachs (1996), conforme apresentada em seu livro “Diccionario del Desarrollo” Acosta, (2021) por meio do livro “O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos”, entre outros. Ao adotar a linha desses autores, apresentaremos uma abordagem crítica que questiona as noções tradicionais de desenvolvimento, baseadas na superação da ideia convencional do desenvolvimento como progresso linear e universal sugerindo a necessidade de considerar abordagens mais diversificadas. Dessa forma compreender o desenvolvimento pelas raízes nos Estados Unidos, hoje uma das principais potências capitalistas, não se resume apenas a uma narrativa de crescimento econômico, mas a um conjunto complexo de transformações sociais, políticas e históricas que formaram a base para o conceito e guiaram a nossa análise.

Harry Truman, presidente dos Estados Unidos na época (1945), desempenha papel fundamental para a afirmação do conceito. Sob sua liderança os Estados Unidos assumiram o protagonismo marcante pela qual observou-se o desenvolvimento trilhar e moldar o seu caminho deixando marcas que percorrem até os dias atuais. Em 1945, ao assumir a presidência pela primeira vez, Truman se depara com um período pós-guerra repleto de desafios econômicos, exigindo respostas para a reconstrução. Nesse contexto, alinhado a princípios capitalistas, Truman implementou políticas econômicas voltadas para a reconstrução dos Estados Unidos, promovendo medidas que incentivaram o crescimento econômico.

Contudo, conforme apontado por Esteva (1996), a grande expansão do conceito de desenvolvimento teve início em 1949, durante a cerimônia de inauguração do segundo

mandato de Truman. Nesse evento, Truman categorizou os Estados Unidos como "desenvolvido", enquanto a maioria dos outros países foi rotulada como "áreas subdesenvolvidas", como consequência e atrelado a esse contexto pós-guerra houve a criação do conceito do terceiro mundo. Truman, caracterizou a pobreza como uma grande ameaça, enfatizou a inadequada alimentação, as doenças e a estagnação econômica nessas áreas e argumentou que, pela primeira vez, a humanidade tem a capacidade de aliviar o sofrimento dessas populações por meio dos avanços científicos e do progresso industrial (Acosta,2016).

Essa distinção marcante, proclamada em um momento crucial da história, não apenas consolidou a separação entre nações, mas também desencadeou uma profunda influência nas políticas, nas percepções globais e nas abordagens para o desenvolvimento que permanecem até os dias atuais.

Assim Acosta escreve:

[...]consciente de que os Estados Unidos e outras nações industrializadas estavam "no topo da escala social evolutiva", anunciou que todas as sociedades teriam de percorrer a mesma trilha - aspirariam a uma só meta: "o desenvolvimento". Assim, depois da Segunda Guerra Mundial, quando começava a Guerra Fria, em meio ao surgimento da ameaça e do terror nuclear, o discurso sobre "o desenvolvimento" estabeleceu - e consolidou" e o mundo então se ordenou para alcançar o desenvolvimento (Acosta,2016, p.45-46).

Ao argumentar que todas as sociedades deveriam seguir o mesmo caminho em direção ao desenvolvimento, ocorreu-se uma imposição de padrões e valores, tendo como espelho as nações industrializadas. Essa abordagem pode ser vista como uma tentativa de influenciar e moldar outras sociedades de acordo com um modelo específico, o que, por sua vez, pode ser considerado uma forma de imperialismo. Ou seja, nos traz uma perspectiva globalizada em busca um progresso linear e unidirecional, centrada na busca comum pela meta do desenvolvimento, em outras palavras “[...] o desenvolvimento como outra forma do imperialismo (Acosta,2016, p. 45)”.

A busca pelo desenvolvimento tornou-se uma obrigação global, reordenando comunidades e sociedades em todo o mundo. A face desse novo imperialismo, os Países desenvolvidos, em nome do desenvolvimento, têm se intervindo nos assuntos de nações periféricas, por meio de entidades como o FMI e o Banco Mundial, inclusive recorrendo a ações militares e os “[...] os Países Pobres em ato de subordinação e submissão tem

aceitado este estado de coisas desde que sejam considerados países em desenvolvimento ou em vias de desenvolvimento (Acosta, 2016, p. 47)".

A influência do capital financeiro internacional exerce uma influência significativa sobre os Estados nacionais e países caracterizados como periféricos, desempenhando um papel determinante, especialmente no âmbito da política econômica. Essa influência muitas vezes resulta em relações de dependência, moldando as decisões econômicas dessas nações de maneira substancial. Essa dinâmica cria desafios para os países periféricos, que podem se encontrar em posições de subordinação econômica devido à influência do capital financeiro internacional, moldando suas políticas de forma a atender aos interesses globais em detrimento de suas necessidades locais (Sousa, 2014). Além disso, o termo "desenvolvimento" carrega uma conotação positiva, sugerindo progresso e melhoria das condições de vida. Assim, os países aceitam essa designação na esperança de atrair investimentos, assistência e melhorias socioeconômicas, mesmo que, em alguns casos, isso signifique uma subordinação mais ampla aos interesses globais dominantes.

A exemplo dessas subordinações destacamos a exploração dos recursos naturais dos países designados desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos. A exploração dos recursos naturais pelos países desenvolvidos em detrimento dos países subdesenvolvidos é um fenômeno complexo que possui raízes históricas profundas. Ao longo da história, os países desenvolvidos frequentemente exerceram domínio sobre os recursos naturais de regiões subdesenvolvidas, seja durante períodos de colonização, imperialismo ou mesmo através de relações econômicas. Essa exploração muitas vezes envolve a extração de matérias-primas, (minerais, metais, madeira, produtos agrícolas), para beneficiar as economias e indústrias dos países desenvolvidos. Como resultado, os países subdesenvolvidos enfrentam desigualdades econômicas, tornando-se dependentes de um setor de exportação de recursos naturais que nem sempre beneficia suas próprias populações. Além disso, a exploração desenfreada dos recursos naturais pode causar sérios danos ambientais, tais como desmatamento, poluição da água e do ar, perda de biodiversidade e alterações climáticas. É importante destacar que esses impactos ambientais muitas vezes recaem desproporcionalmente sobre os países subdesenvolvidos.

Na tentativa de se adequar aos padrões propostos é comum observarmos que diversos países, em vez de criar modelos próprios de desenvolvimento, adaptados às suas realidades, tendem a replicar os modelos e estilos de vida dos países desenvolvidos. Nesse

contexto, Acosta, (2016), critica o desenvolvimento como modelo unificadora e universal proposto por Truman afirmando que “[...] a reedição dos estilos de vida dos países centrais, proposta como desenvolvimento, é irrepetível em nível global. Essa abordagem, enquanto proposta global e unificadora, ignora de maneira abrupta os sonhos e as lutas das populações subdesenvolvidas (Acoata,2016, p. 50)”. Ao reproduzir estilos de vida dos países centrais, não apenas compromete o equilíbrio ambiental, pela exploração dos recursos naturais, mas também contribui para a marginalização de grandes populações resultando na amplifica as disparidades sociais. Portanto, ao invés de seguir um modelo único de desenvolvimento baseado nos estilos de vida dos países centrais, é crucial adotar abordagens mais contextualizadas e sustentáveis, que levem em consideração as realidades locais, promovam a autonomia das comunidades e busquem um equilíbrio entre o econômico, a justiça social e a preservação ambiental.

Nessa busca desenfreada pelo desenvolvimento, Acosta (2016) nos traz o conceito de “vale tudo”. A expressão "vale-tudo" sugeriu a ousadia e a falta de limites em busca de determinados objetivos. Nesse cenário, observa-se uma predisposição em aceitar práticas, mesmo aquelas que acarretam danos ao meio ambiente e às comunidades, na convicção de que tais medidas são benéficas para o avanço econômico. De acordo com o autor:

[...] Aceitamos as regras do "vale-tudo". Tudo é tolerado na luta para deixar o subdesenvolvimento em busca do progresso. Tudo se santifica em nome de uma meta tão alta e promissora: temos de ao menos parecer-nos com os superiores e, para chegar lá, vale qualquer sacrifício. Por isso, aceitamos a devastação ambiental e social em troca de alcançar o "desenvolvimento". Pelo desenvolvimento, aceita-se a grave destruição humana e ecológica provocada pela megamineração, mesmo sabendo que ela aprofunda a modalidade de acumulação extrativista herdada da colonização e que é uma das causas diretas do subdesenvolvimento (Acosta, 2016, p. 51).

O conceito de ‘vale tudo’ na busca pelo desenvolvimento econômico revela uma preocupante falta de consideração pelos impactos ambientais, se traduzindo em práticas que ignoram os limites ambientais, resultando na destruição da natureza. Essa Abordagem reflete uma divisão profunda entre o homem e a natureza, onde as necessidades econômicas são priorizadas em detrimento das questões ambientais. Essa divisão entre o progresso humano e a preservação ambiental nos traz um desafio crucial: Como reconciliar o desenvolvimento econômico com a responsabilidade ambiental, levando em

consideração a relação entre o ser humano e a natureza para garantir um equilíbrio sustentável?

A separação entre o homem e a natureza foi abordada por filósofos históricos como Francis Bacon e René Descartes. Descartes (1983) “[...]influenciou-nos a ver o mundo de maneira polarizada já Bacon (1973) ensinou que precisamos conhecer a natureza a fim de dominá-la (Podewils, 2019, p.79)”. Descartes, no século XVII, propôs a ideia de um dualismo entre o corpo e a mente, o que pode ser visto como uma separação entre o homem e a natureza. Ele acreditava que a mente humana era imortal e que o corpo era apenas uma máquina. Por outro lado, Bacon, com seu pensamento caracterizava a natureza como algo exterior à sociedade humana, acreditava que a natureza era mecânica sendo assim o homem poderia subjugar a natureza e utilizar seus recursos para seu próprio benefício.

Essa visão de Bacon (1973) sobre a natureza como algo exterior à sociedade humana, sujeita à dominação e exploração, influenciou profundamente o pensamento ocidental e teve um impacto duradouro na forma como as sociedades modernas interagem com o meio ambiente. Essa abordagem dualista, que separa o ser humano da natureza e a encara como um recurso a ser explorado, contribuiu para a exploração insustentável dos recursos naturais e para os desafios ambientais que enfrentamos hoje.

A abordagem europeia, ao figurar o ser humano como separado da natureza, estabeleceu uma narrativa que permitia a exploração desvinculada do ambiente. Ao definir a natureza sem considerar a humanidade como parte integrante, criou-se uma justificativa para a manipulação e controle desenfreados dos recursos naturais. Essa visão, que colocava a humanidade como exterior à natureza, facilitou a exploração (violação) dos recursos naturais sem a devida consideração pelas interconexões e dependências entre os seres humanos e o meio ambiente (Esteve,1996). Dentro dessa lógica reforça-se o ato da violência como uma das características das economias patriarcais- violência contra a natureza, culturas, mulheres (Shiva,2021) e a “[...] separação como característica- chave dos paradigmas emergentes da convergência dos valores patriarcais e do capitalismo (Shiva,2021, p.70). Assim relata a autora: “[...]inicialmente separa-se a natureza dos humanos; então os humanos são separados de acordo gênero, religião, casta e classe. Essa divisão do que interconectado e interrelacionado é a raiz da violência (Shiva, 2021, p.70).”

Dessa forma ao explorar essa relação

[...] podemos afirmar que a relação ser humano e natureza torna-se temática mote para desenvolvermos conhecimentos na Educação Ambiental. A partir de tal problemática, podemos tecer uma rede de relações e conexões, que são, entre si, mutuamente dependentes. Pensar na relação ser humano e natureza mostra imprescindível retomar a discussão sobre indivíduo e sociedade, vida cotidiana e história, transformação ou manutenção da ciência, do modelo produtivo, da ética etc. (Podewils, 2019, p.79).

A análise profunda do desenvolvimento, guiada pela visão crítica de Gustavo Esteva e outros autores, revela uma série de complexidades e desafios subjacentes ao conceito de desenvolvimento tal como é tradicionalmente entendido. A partir dessa perspectiva, o desenvolvimento não é apenas uma busca pelo crescimento econômico, mas um fenômeno que está profundamente enraizado em contextos históricos, políticos e sociais, com implicações globais significativas.

Assim é importante repensar e reconceituar o desenvolvimento de maneira mais contextualizada, levando em consideração as realidades locais, promovendo a autonomia das comunidades e buscando um equilíbrio em ter o econômico, a justiça social e a preservação ambiental. Para isso requer uma mudança fundamental na forma como entendemos e abordamos o desenvolvimento, reconhecendo a interconexão e interdependência entre o ser humano e a natureza, e priorizando a harmonia e o equilíbrio em vez do crescimento econômico.

## **2. Conceito de desenvolvimento e o crescimento econômico**

Após uma análise do histórico do conceito de desenvolvimento, e das complexidades apresentadas no tópico anterior, agora nos propomos a mergulhar mais a fundo na essência do próprio conceito de desenvolvimento. Neste novo capítulo pretendemos, explorar o conceito, indo além da visão tradicional, mas trazendo conceitos que desafiam essas abordagens convencionais e ampliam nossa compreensão.

Certamente, ao questionar o(a) leitor (a) sobre o conceito de desenvolvimento, é natural que a primeira associação seja com a ideia de progresso e o crescimento econômico, afinal fomos condicionados pelo sistema a entender o desenvolvimento sob a lógica única do capital ou seja “[...] a ideia de desenvolvimento associada plenamente ao corpo ideológico do capital (Gómez, 2011, p.1)”. Quando discutimos o desenvolvimento, muitas das vezes somos levados a pensar em melhorias, crescimento,

elementos esses que se encontram intimamente ligados ao capitalismo e refletem uma visão moldada pelo sistema dominante que o tem “[...] como instrumento dinamizador da sua expansão e da acumulação (Gómez, 2011, p.1).”

É interessante notar como o conceito de desenvolvimento carrega consigo uma carga de significados positivos, no entanto, essa associação nem sempre contempla as diversas dimensões e consequências, especialmente dentro do contexto do capitalismo. Sachs, (2021, p.16) apresenta o desenvolvimento como “[...]uma palavra artificial, um termo que se imprime uma significação positiva”, moldada pela ideologia dominante que valoriza o crescimento econômico como indicador principal de sucesso. Essa ênfase no crescimento econômico obscurece outras dimensões como a justiça social, a preservação ambiental e bem-estar humano, o famoso ‘vale-tudo’ visto no capítulo anterior. Portanto, uma análise crítica do conceito de desenvolvimento dentro do paradigma capitalista nos convida a questionar e reavaliar essas associações, a fim de promover uma visão mais abrangente.

Como visto anteriormente

[...] o desenvolvimento, segundo o padrão linear moldado pelo Norte global, é uma ideia manipulada que divide as nações entre desenvolvidas e subdesenvolvidas. Ele sugere crescimento, expansão, ampliação e difusão, ainda que nada disso capte o senso de justiça ou equidade, nem mesmo considere os limites ecológicos de um planeta finito (Bassey, 2021, p.92).

O principal problema dessa visão linear do desenvolvimento, é a sua simplicidade, essa dicotomia ignora as diversas dimensões do desenvolvimento, como aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais, concentrando-se exclusivamente em indicadores econômicos<sup>1</sup>. Portanto, ao refletirmos sobre o conceito de desenvolvimento é crucial questionar e desafiar essa narrativa dominante, buscando abordagens mais inclusivas e sustentáveis que considerem não apenas o crescimento econômico, mas também o bem-estar humano e o equilíbrio ambiental.

Na obra, “Pluriverso: Um dicionário do pós- desenvolvimento” (2021), a autora Vandana Shiva, aborda essas questões críticas ao paradigma do desenvolvimento convencional. Na seção intitulada “Desenvolvimento para 1 %” a autora tece uma crítica

---

<sup>1</sup> O conceito de desenvolvimento tem sido historicamente associado ao progresso econômico, comumente medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) e outros indicadores financeiros. O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas (IBGE, s.d).

a problemática do crescimento econômico desenfreado, com foco exclusivo no acúmulo de riquezas. Segundo a autora, “[...]precisamos ir além do discurso do “desenvolvimento” e do produto interno Bruto (PIB), moldados pelo pensamento patriarcal capitalista, e reivindicar nossa verdadeira humanidade (Shiva, 2021, p.70)”. Assim como a autora relata, o paradigma do crescimento econômico não leva em consideração a destruição da vida na natureza e na sociedade:

[...]Quando a economia trabalha contra ciência da ecologia, o resultado é a má administração da Terra. As crises climáticas, hídricas, alimentar ou biodiversidade são diferentes sintomas da má gestão da Terra e seus recursos. As pessoas administram mal a terra e destroem seus processos ecológicos ao não reconhecerem a natureza como “capital real” e “fonte” de todo o resto que dela deriva. Sem a natureza e seus processos ecológicos para sustentar a vida na Terra, as maiores economias entram em colapso e as civilizações desaparecem (Shiva, 2021, p.71).

A ideia de crescimento como medida de sucesso entre indivíduos e governos tem suas raízes históricas em uma série de transformações socioeconômicas e culturais. Ao longo dos últimos séculos, especialmente a partir da Revolução Industrial, houve uma mudança significativa na percepção do progresso e do sucesso (Gomez, 2011).

Inicialmente, o desenvolvimento era frequentemente associado a melhorias na qualidade de vida, como acesso a alimentos, moradia e saúde. No entanto, à medida que as economias industriais se expandiam e as sociedades se urbanizavam, uma nova métrica de sucesso começou a surgir: o crescimento econômico. Isso foi impulsionado pela ascensão do capitalismo e pela crença de que o aumento da produção e do consumo levaria ao bem-estar geral (Ferreira; Raposo, 2018). O crescimento econômico tornou-se então uma medida quantificável do progresso, tanto para indivíduos quanto para governos (Shiva, 2021). Os países passaram a competir por taxas mais altas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto os indivíduos buscavam o sucesso pessoal através do aumento da riqueza material criando a dinâmica que o desenvolvimento associado à prosperidade econômica. Como temos visto ao longo do texto essa perspectiva se estabilizou unicamente ao serviço do capital financeiro e muitas vezes negligenciando os impactos negativos ao meio ambientais e as desigualdades sociais.

Um dos marcos foi a transição para o desenvolvimento sustentável. Enquanto o paradigma anterior focava exclusivamente no crescimento econômico, as custas do meio ambiente e das comunidades mais vulneráveis, o desenvolvimento sustentável, propôs uma abordagem que equilibrava as diversas dimensões. Assim o desenvolvimento

sustentável, não apenas amenizava as consequências negativas do desenvolvimento baseado no crescimento econômico, mas oferecia também um caminho para um futuro mais sustentável. De acordo com o relatório de Brundland “[...]satisfazer as necessidades humanas é o principal objetivo do desenvolvimento “(Brundland,1987, p.46) e assim define desenvolvimento sustentável como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Brundland,1987, p.46).

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido objeto de debate e críticas, com algumas teorias sugerindo que a sua definição aparentemente benigna pode ser explorada como uma forma de manipulação para justificar uma maior exploração dos recursos naturais em nome do desenvolvimento econômico presente, outros a vêem como uma tentativa de salvar o meio ambiente (Feil; Schreiber, 2017). Se a nossa posição em relação às dicotomias o conceito de desenvolvimento sustentável e seus respectivos objetivos ainda não se clareia para o leitor (a), ao longo do texto e dos próximos artigos analíticos a nossa percepção se tornará cada vez mais evidente. O fato é que o conceito de desenvolvimento sustentável é profundamente complexo e deixa brechas para diferentes interpretações, diante disso, é essencial buscar um entendimento mais profundo do conceito, e se blindar de teorias que enriquecem as nossas argumentações.

Na mesma ideia da desconstrução de desenvolvimento como ideia de progresso e as suas características “[...]eurocêntrica, antropocêntrica e economicista (Amaro, 2017, 77)” o livro *Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento* se apresenta como uma obra crucial para entendermos as ideias das oriundas dos pós- desenvolvimento e a sua ruptura com o paradigma tradicional do desenvolvimento. Desta forma o dicionário “[...]convida o leitor a mergulhar em uma profunda experiência de descolonização intelectual, emocional, ética e espiritual (Kothari et. al., 2021, p.24)” trazendo uma grande diversidade de perspectivas e abordagens que desafiam a hegemonia do desenvolvimento como objetivo único e universal.

A abordagem pós-desenvolvimentista questiona não apenas os modelos econômicos dominantes, mas também desafia as estruturas de poder que atuam deixando brechas para a perpetuação das desigualdades e da degradação ambiental. Em outras palavras, o pós-desenvolvimento propõem uma visão mais crítica, e diversificada tendo como meta justiça social e ambiental ou seja “[...]o contratermo ‘pós –desenvolvimento’

comporta uma miríade de críticas sistêmicas e maneiras de viver além do paradigma convencional do desenvolvimento (Kothari et. al., 2021, p.24)”.

### **3. Trajetória dos Argumentos da ONU em direção a Sustentabilidade Global: Uma Cronologia dos Eventos**

Este tópico tem como objetivo traçar uma linha do tempo dos principais eventos e documentos relacionados a evolução dos argumentos da Organização das Nações Unidas (ONU) direção com a sustentabilidade global. A análise será realizada a partir da apresentação dos eventos conforme documentados pelas entidades envolvidas, desde o relatório de Brundland até a adoção dos Objetivos para Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Agenda 2030. Como o nosso principal objeto de estudo são os ODS, faz-se necessário entender esses movimentos até suas implementações para contextualizar a trajetória que resultou na definição desses objetivos globais. Apesar de haver outros movimentos relacionados a Educação Ambiental, nossa proposta será focar nessa abordagem para compreender a progressão histórica desses argumentos e o contexto em que foram formulados. É importante ressaltar que, embora a análise crítica seja parte essencial da nossa dissertação, este capítulo se concentrará na descrição objetiva dos eventos, deixando interpretações mais detalhadas para os próximos artigos.

#### **3.1 O relatório “Nosso Futuro Comum” (Relatório de Brundland)**

Criado em 1984, a Comissão Mundial sobre meio Ambiente e Desenvolvimento foi responsável pela elaboração do relatório “Nosso Futuro Comum” também conhecido por “Relatório de Brundland” um dos marcos históricos do debate internacional sobre sustentabilidade. Presidida pela ex-primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundland, o relatório foi divulgado em abril de 1987, 900 dias depois da primeira reunião da comissão (ONU, 1987).

Dentro do contexto, o relatório foi revolucionário, foi pioneiro ao introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável, que se tornou um marco importante no discurso público sobre as questões ambientais e de desenvolvimento. Brundland, no prefácio do livro, enfatizou a interconexão entre o meio ambiente e desenvolvimento, argumentando que ambos são inseparáveis e que estratégias de desenvolvimentos deveriam ser sustentáveis para garantir o bem-estar humano e a preservação do planeta. Em outras

palavras pela primeira vez na escala global e com alcance para muitos países foi reconhecido que o crescimento econômico não poderia ser alcançado às custas das futuras gerações (Brundland, 1987).

[...], mas é no meio ambiente" que todos vivemos; o "desenvolvimento" é o que todos fazemos ao tentar melhorar o que nos cabe neste lugar que ocupamos. Os dois são inseparáveis. Além disso, as questões de desenvolvimento devem ser consideradas cruciais pelos líderes políticos que acham que seus países já atingiram um nível que outras nações ainda lutam para alcançar. Muitas das estratégias de desenvolvimento adotadas pelas nações industrializadas são evidentemente insustentáveis. E devido ao grande poder econômico e político desses países, suas decisões quanto ao desenvolvimento terão profundo impacto sobre as possibilidades de todos os povos manterem o progresso humano para as gerações futuras (Brundland, 1987, p.7)

O Relatório é significativo por sua crítica o modelo de desenvolvimento adotado pelos “países desenvolvidos”, que se baseia no uso excessivo dos recursos naturais e apontando-os como insustentáveis a longo prazo. Indo ao encontro do conceito de desenvolvimento sustentável, o relatório ressalta a necessidade urgente de tomar medidas para garantir que os recursos naturais sejam preservados para as gerações presentes e futuras (ONU, 1987). O relatório não oferece um plano específico, mas sim um caminho para ampliar a cooperação global na busca por soluções sustentáveis, destacando a necessidade de uma abordagem colaborativo entre países, setores da sociedade, escalas internacionais para enfrentar os desafios ambientais e de desenvolvimento de forma eficaz (Brundland, 1987). Ou seja, em vez de ditar soluções específicas que podem ser limitadas ou inadequadas para determinadas situações, o relatório destaca princípios e diretrizes gerais que podem orientar as ações em direção ao desenvolvimento sustentável.

Por exemplo: Ao chamar atenção para a necessidade de cooperação global, o relatório reconhece que os desafios enfrentados pelo mundo como a pobreza, degradação ambiental e as desigualdades em geral, são complexos e interligados. Desta forma necessitam de uma atenção que ultrapassa as barreiras de cada país, mas que envolva todos os setores da sociedade, e as cooperações internacionais, sugerindo que as nações devem trabalhar juntas para compartilhar conhecimento, recursos, tecnologias além de políticas e ações (Brundland, 1987).

Politicamente o relatório desempenhou um papel crucial ao sensibilizar líderes mundiais, formuladores de políticas e a sociedade em geral sobre a urgência de agir de maneira sustentável e colaborativa para garantir um futuro viável para o planeta e as suas

populações. No contexto global, o Relatório de Brundland, serviu como ponto de partida para um diálogo sobre como enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável, deste modo chama atenção aos países, organizações e comunidades a se unirem em direção a um futuro, mais equitativo e sustentável. Em relação aos ODS o relatório desempenhou um papel fundamental para a sua implementação, fornecendo a base conceitual, enfatizando a necessidade de equilibrar questões ambientais, sociais e econômicas para atender as necessidades presentes sem comprometer a gerações futuras, uma das ideias fundamentais por trás dos ODS.

### **3.2 A Agenda 21**

Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio 92<sup>2</sup>, representantes de 179 países se uniram para aprovar e assinar a Agenda 21 Global. Como resultado originou-se um documento composto por 40 capítulos, que serviu como base para o programa de ação visando promover um novo padrão de desenvolvimento em escala global. Este documento representou uma tentativa significativa de traduzir os princípios do desenvolvimento sustentável em políticas e práticas concretas, abordando uma grande diversidade de questões socioeconômicas e ambientais (Brasil, s\d).

Assim de acordo com o Ministério do Meio Ambiente a Agenda 21, “[...]pode ser definida como instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (Brasil, s\d)”. Diferente do relatório de Brundland a Agenda 21 buscou implementar os princípios do desenvolvimento sustentável em políticas e práticas globais, abordando áreas específicas como a agricultura, energia, transporte educação entre outras. Ou seja, enquanto o relatório de Brundland estabeleceu as questões teóricas e conceituais do desenvolvimento sustentável, a Agenda 21, representou um passo prático, com o intuito de guiar o desenvolvimento global em direção a um futuro mais sustentável.

---

<sup>2</sup> O nome Rio 92 faz referência ao Ano e local da realização da conferência (Rio de Janeiro, Brasil de 3 a 14 de junho de 1992), também pode ser chamada de Eco-92(ONU, 1992).

### 3.3 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

No ano de 2000, líderes de 189 países se reuniram na sede das Nações Unidas em Nova York, onde aprovaram a Declaração do Milênio, considerado um marco histórico na construção de um mundo mais seguro, próspero e justo. Essa declaração, foi transformada em um plano de ação que definiu oito objetivos subdivididos em 21 metas e 60 indicadores a serem alcançadas até 2015, conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Essas metas abordavam questões essenciais como erradicação da pobreza, alcance da educação primária, promoção da igualdade de gênero, mortalidade infantil, saúde, sustentabilidade ambiental, parceria global (ONU, 2010).

De acordo com o Secretário-Geral das Nações Unidas

[...] a mobilização global por trás dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio produziu o movimento antipobreza mais bem sucedido da história, ajudando a tirar mais de um bilhão de pessoas da pobreza extrema, a fazer incursões contra a fome, permitindo que mais meninas frequentassem escolas e a proteger o nosso planeta (Ban Ki-Moon, 2015, p.3).

Ao longo de quinze anos, os ODM mobilizaram ações internacionais, no entanto à medida que o prazo de 2015 se aproximava, ficou claro que ainda havia muito a ser feito para alcançar a transformação almejada. Foi nesse contexto que surgiram os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>3</sup>, uma nova e ampla agenda adotada em 2015, pela qual inspirou-se nos ODM e se formulou com questões mais complexas e interconectadas. Dentro dessa lógica os ODM serviram como ponto de partida essencial antecipando e moldando os caminhos para a implementação futura dos ODS: “[...] a agenda emergente do desenvolvimento pós-2015 inclui o conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis e não há dúvidas que podemos cumprir nossa responsabilidade de acabar com a pobreza (Ban Ki-Moon, 2015, p.3)”. Em outras palavras Ban Ki-Moon ressaltou a importância da transição dos Objetivo de Desenvolvimento do Milênio para os Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS), destacando a continuidade do compromisso global de combater a pobreza e promover um desenvolvimento sustentável.

Podemos traçar paralelos entre os ODM e os ODS, pois muitos dos temas abordados pelos ODM estão refletidos nos ODS. Por exemplo, a erradicação da pobreza (ODM 1) se conecta ao ODS1 (Erradicação da Pobreza); a educação básica universal

---

<sup>3</sup> Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis serão apresentados e conceituados no próximo artigo.

(ODM 2) se alinha com o ODS 4 (Educação de Qualidade); a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres (ODM 3) estão refletidos no ODS 5 (Igualdade de Gênero); a redução da mortalidade infantil (ODM 4) relaciona-se ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), e assim por diante. Assim, reconhece que os ODM não apenas estabeleceram as bases para os esforços globais de desenvolvimento, mas também inspiraram a implementação dos ODS, destacando a importância contínua do compromisso global em construir um mundo mais justo, próspero e sustentável para todos.

A cronologia dos eventos que resultaram na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas (ONU) é uma referência na mobilização global em direção a uma abordagem mais integrada e holística para o desenvolvimento sustentável. Desde o marco estabelecido pelo Relatório de Brundtland em 1987 até a transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os ODS em 2015, cada etapa desempenhou um papel essencial na construção de uma visão compartilhada e na mobilização de esforços coletivos em escala global. A Agenda 21, resultante da Conferência Rio 92, e os ODM representaram tentativas significativas de abordar desafios específicos, como pobreza extrema e degradação ambiental, mas foi com a adoção dos ODS que se reconheceu plenamente a interdependência e a complexidade dos problemas enfrentados pelo mundo.

Neste capítulo, optamos por nos concentrar na linha do tempo dos eventos que moldaram os argumentos da Organização das Nações Unidas em direção à sustentabilidade global. No entanto, é importante ressaltar que, embora os ODS sejam um marco crucial nesse processo, sua análise detalhada será abordada nos próximos artigos. Nos próximos textos, exploraremos mais profundamente a implementação, os desafios e os impactos dos ODS, fornecendo uma compreensão abrangente de seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável em escala global. Portanto, enquanto este capítulo se concentra na construção da base histórica e conceitual, os próximos capítulos irão concentrar nas questões práticas relacionadas aos ODS, fornecendo uma análise crítica.

### **Considerações Finais**

O artigo nos convida a profunda reflexão sobre a complexidade do conceito de desenvolvimento e a necessidade imediata de repensar nossas abordagens em direção ao

futuro. Para isso elencamos três objetivos específicos para guiar o nosso estudo e os respectivos capítulos: i. Analisar historicamente o conceito de desenvolvimento; ii. Apresentar o conceito de desenvolvimento; e; iii. Analisar cronologicamente a trajetória dos Argumentos da ONU em direção a Sustentabilidade Global. Ao longo da análise, exploramos como o desenvolvimento muitas as vezes é entendida de forma simplista, associado principalmente ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e ao progresso material, enquanto outras dimensões são frequentemente negligenciadas.

Sachs, (2021) nos fala que a ideia de desenvolvimento como crescimento leva ao colapso, a insustentabilidade da vida humana na terra, desta forma, ao longo da análise, destacamos a insuficiência do paradigma econômico como medida exclusiva de progresso, bem como a importância de considerar aspectos sociais, ambientais e éticos, ficando claro que o desenvolvimento não pode ser dissociado da preservação do meio ambiente e da justiça social. Como destacamos, é notável que o paradigma do crescimento econômico ilimitado como medida de sucesso, tem suas limitações e implicações negativas, especialmente em termos de degradação ambiental e desigualdade social. Assim adotamos parcialmente de uma abordagem crítica, inspiradas em autores como Gustavo Esteva, pela qual revela a necessidade de descentralizar o desenvolvimento, valorizando a autonomia das comunidades e buscando um equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu como uma alternativa promissora, buscando equilibrar as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações. No entanto, como ressaltado, o desenvolvimento sustentável também enfrenta críticas e desafios em sua implementação, destacando a complexidade entre a busca de um desenvolvimento econômico, os aspectos sociais e a questão ambiental.

Além disso, buscamos trazer a importância dos marcos históricos, como o Relatório de Brundland, a Agenda 21 e os Objetivos do Milênio, na trajetória ao desenvolvimento sustentável. Esses eventos e documentos fortaleceram um contexto importante para entender como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram formulados e, dentro da perspectiva do momento, representaram avanços significativos na mobilização de ações para enfrentar desafios como a pobreza, a desigualdade e a degradação ambiental.

A transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2015, marca um novo capítulo, representou um passo crucial na continuidade do compromisso global, reconhecendo a necessidade de uma abordagem mais ampla e interconectada com o desenvolvimento. Nos próximos artigos exploraremos mais a fundo a implementação, dos ODS, fornecendo uma análise crítica sobre o papel desses objetivos na promoção de um desenvolvimento sustentável.

## Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento?**

**Desenvolvimento e... Noflay**, Cadernos de Estudos Africanos [Online], 34 | 2017, posto online no dia 11 abril 2018, URL: <http://journals.openedition.org/cea/2335>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.2335>

BACON, Francis. **Novum Organum. Nova Atlântida**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BASSEY, Nnimmo. Quebrando as correntes do desenvolvimento. In: **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento**, São Paulo: Editora Elefante, 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Coordenação da Agenda 21. Disponível: [Agenda 21 Global \(mma.gov.br\)](http://mma.gov.br/Agenda21Global)

CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli de; BARCELLOS, Frederico Cavadas. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica**, 2014. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-mil%C3%AAnio>

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas. Col. Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: SACHS, Wolfgang. **Diccionario del desarrollo: una guía del conocimiento como poder**. Peru: Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas (PRATEC), 1996. p. [52] - [78].

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados**. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 667-681, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/hvbYDBH5vQFD6zfjC9zHc5g/?format=pdf>

FERREIRA, Bárbara; RAPOSO, Rita. **Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico** Cadernos de Estudos Africanos [Online], 34 | 2017. URL: <http://journals.openedition.org/cea/2293>

GÓMEZ, J. R. M.. **Crítica ao conceito de Desenvolvimento**. PEGADA, 2011 - A Revista Da Geografia Do Trabalho, 3(1). Disponível em:

<https://doi.org/10.33026/peg.v3i1.798>

KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto. **Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

LESSA, Sérgio. **O revolucionário e o estudo- Por que não estudamos?** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Tradução Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. <https://sustainabledevelopment.un.org>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, 2010. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-mil%C3%AAnio>

PODEWILS, Tamires Lopes. **Educação Ambiental como complexo orientador da práxis humana: uma análise a partir de György Lukács**. Programa de Pós - Graduação em Educação Ambiental [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Rio Grande, 2019. Disponível em:

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **PNUD explica transição dos objetivos do Milênio aos objetivos de Desenvolvimento sustentável**, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/71657-pnud-explica-transi%C3%A7%C3%A3o-dos-objetivos-do-mil%C3%AAnio-aos-objetivos-de-desenvolvimento-sus>

RIBEIRO, João Marcelo Pereira. **A Consolidação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável: a abordagem da agenda de 2030**, 2017. Instituto Nação de valor. Disponível em: [ODM e os ODS, e a nova forma de abordagem para a agenda de 2030 \(institutonacaodevalor.org.br\)](http://odm.e.os.ods.e.a.nova.forma.de.abordagem.para.a.agenda.de.2030.institutonacaodevalor.org.br)

RELATORIO DE BRUNDLAND. **Nosso futuro comum**. 1. ed. brasileira. Rio de Janeiro:FGV,1987.Disponível:<https://www.are.admin.ch/are/en/home/media/publication/s/sustainabledevelopment/brundtland-report.html>

SHIVA, Vandana. **Desenvolvimento para 1%** in: Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

SOUZA, Angelita Matos. Imperialismo e desenvolvimento. In: **el control del espacio y los espacios de control**, Barcelona, 5-10 maio 2014. Disponível em: [IMPERIALISMO E DESENVOLVIMENTO \(ub.edu\)](#)

SACHS, Wolfgang. **Diccionario del desarrollo: una guía del conocimiento como poder**. Peru: Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas (PRATEC), 1996.

SACHS, Wolfgang. O dicionário do desenvolvimento. In: **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

UNITED NATIONS. **The Millennium Development Goals Report** 2015. New York: United Nations, 2015.

|

## **4.Artigo II**

### **Apresentação do artigo**

Após compreender o conceito de desenvolvimento no primeiro artigo, onde mostrou-se que o desenvolvimento sustentável é, em grande medida, uma resposta do capital as crises contemporâneas, tanto ambientais quanto sociais e econômicas, este segundo artigo avança para uma análise crítica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O artigo foca-se nos ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), explorando como esses objetivos, embora concebidos como soluções para problemas globais, muitas das vezes permanecem na superficialidade e são moldados para atender aos interesses do capital.

Para superar essa superficialidade, este artigo propõe uma abordagem de Educação Ambiental que se baseia na teoria da Reprodução Social marxista. Essa perspectiva oferece uma compressão mais profunda da sociedade, mostrando como as condições materiais e ideológicas são perpetuadas para manter a ordem capitalista. Ao adotar essa visão crítica, a Educação Ambiental pode trabalhar de forma mais incisiva, abordando as causas fundamentais dos problemas e não só as consequências.

A Educação Ambiental quando integrada a ideia de reprodução social, torna-se uma ferramenta poderosa para questionar e desafiar as narrativas dominantes dos ODS. Essa abordagem permite que a Educação Ambiental critique os objetivos propostos, mostrando como os ODS 1,2 e 8 embora apresentados como soluções para erradicar a pobreza, eliminar a fome e promover trabalho decente, na realidade muitas vezes reforçam a lógica do mercado e do crescimento econômico desenfreado. Essa crítica nos mostra que, ao basear numa sustentabilidade capitalista, os ODS acabam perpetuando as mesmas condições que pretendem transformar

## **OS OBJETIVOS PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 1, 2 e 8: UMA CRÍTICA A PARTIR DOS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Resumo:** Neste artigo é apresentada uma crítica aos Objetivos para desenvolvimento sustentável, referentes aos ODS: 1 - Erradicação da pobreza, 2 - Fome zero e agricultura sustentável e o 8 - Trabalho decente e crescimento econômico. Para organizar a análise foram elencados os seguintes objetivos: i. Apresentar os Objetivos para Desenvolvimento Sustentável; ii. Apresentar a Reprodução Social de acordo com a perspectiva marxista e; iii. Analisar criticamente os Objetivos para Desenvolvimento Sustentável. Metodologicamente a análise foi realizada a partir da Leitura Imanente (Lessa, 2014), como forma de analisar o texto e fazer sua relação com a totalidade social. Como resultado principal é apresentado que, baseado em fundamentações marxistas, é possível inferir que o sistema capitalista se esconde por trás dos ODS, sendo que a Reprodução Social, numa linha feminista, atua como sustentáculo da produção.

**Palavras-Chaves:** Capitalismo; Objetivos para desenvolvimento sustentável; Reprodução Social.

## **Introdução**

Em 2015 durante a assembleia internacional da Organização das Nações Unidas (ONU), foram estabelecidos os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) com intuito de conciliar a relação entre a questão ecológica e o capitalismo. Assim, como forma de desenvolver a Educação Ambiental crítica, esse estudo teórico e bibliográfico baseado em fundamentos marxistas, nos traz argumentos sobre a contradição do conceito de Desenvolvimento Sustentável e os referentes ODS. Em um estudo sob a ótica da lógica interna do capitalismo, Vizeu (2012) já aponta para a impossibilidade ou, no mínimo, a dificuldade de conciliação entre uma suposta prática ecologicamente viável com os objetivos desse sistema (Vizeu et al. 2012).

Sendo assim, nosso artigo encontra-se dividido em três tópicos textuais pelos quais apresentamos o nosso ponto de vista sobre os ODS em relação ao benefício do capitalismo e, principalmente, mostrar como a Reprodução Social atua no sustento da produção do Capital. Desta forma selecionamos três objetivos que orientam o nosso estudo: i. Apresentar os Objetivos para Desenvolvimento Sustentável; ii. Apresentar a Reprodução Social de acordo com a perspectiva marxista; e; iii. Analisar criticamente os Objetivos para Desenvolvimento Sustentável numa perspectiva marxista.

Metodologicamente, organizamos este artigo com caráter teórico e bibliográfico. Para fundamentar a nossa argumentação recorreremos a algumas das principais obras de Karl Marx, a saber: "O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital (2013)" e "Manuscritos econômico-filosóficos (2010)" além de autores marxistas como György Lukács, com a obra "Para uma Ontologia do Ser Social II (2013)", José Paulo Netto com o livro "Economia política: uma introdução crítica (2006)", Silvia Federici com a sua obra "Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva (2004)", entre outros pesquisadores que ofereceram suporte para compreensão e análise da própria teoria

O artigo está organizado, após esta Introdução, em três tópicos textuais que tratam de apresentar as análises das pesquisas realizadas para atender a cada um dos objetivos específicos. Assim, no primeiro tópico textual apresentamos os ODS, de forma que as leitoras e leitores possam conhecer e compreender o objeto desse estudo, sua origem e forma de atuação na sociedade atual. No tópico seguinte, desenvolvemos o segundo

objetivo específico, onde a linha teórica marxista da Reprodução Social é desenvolvida, a fim de apresentar o fundamento teórico que guia a análise dessa pesquisa e, no terceiro tópico um diálogo entre os dois primeiros tópicos é tecido, com a finalidade de proceder a análise crítica dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

## **1. Os Objetivos para desenvolvimento sustentável**

Em setembro de 2015, no decorrer da assembleia da ONU em Nova York, onde faziam-se presentes chefes de Estado e de Governo e altos representantes, foi determinada a Agenda 30, para o desenvolvimento sustentável. O ponto focal dessa Agenda consistiu-se na implementação dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável <sup>4</sup> a nível global. Assim, foram estabelecidos 17 objetivos, subdivididos em 169 metas, de caráter universal a serem atingidas até 2030 (ONU, 2015).

Segundo a ONU (2015), os Objetivos e as metas foram resultados de dois anos de consulta pública, sendo que entendem que houve o real envolvimento da sociedade civil e outras partes interessadas. Esse processo de construção dos ODS aconteceu no mundo todo, e a ONU afirma que uma atenção especial foi direcionada às vozes dos mais pobres e mais vulneráveis. Também deu sustentação para a construção da Agenda 30 as conferências e cúpulas das Nações Unidas, as quais estabeleceram uma base sólida para o desenvolvimento sustentável e ajudaram a moldar a nova Agenda.

Em uma leitura inicial dos ODS é possível notar que a pobreza é um dos fatores que mais preocupa seus organizadores. Sendo assim, o próprio documento já reconhece a pobreza como limitante, ou seja, um dos principais desafios na busca pelo desenvolvimento sustentável, elemento esse que veremos ao longo de nossa análise. Nesse sentido a ONU afirma:

Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. (ONU,2015, p.1)

Os 17 ODS (Imagem 1) foram estabelecidos por meio de processos de

---

<sup>4</sup> Os Objetivos dos Desenvolvimento Sustentável são caracterizados como novos pois foram desenvolvidos na sequência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que perduraram do ano 2000 a 2015. Entende-se que os ODS apresentam uma abordagem mais abrangente do que os ODM, que estavam focados no ideal de redução da pobreza.

negociações intergovernamentais e apresentam como objetivo central a construção de uma vida sustentável, pacífica, próspera e equitativa em nosso planeta, tanto na atualidade, quanto para as futuras gerações (UNICEF, 2017). Nesse sentido os ODS são apresentados de forma integrada e mantêm um diálogo de continuidade entre si, buscando conectar as três dimensões do desenvolvimento sustentável, a dimensão da econômica, a social e a ambiental (ONU, 2015).

Os ODS apresentam a universalidade como uma das principais características, podendo ser aplicados a nível global. Porém, vale ressaltar, que no documento da ONU é indicado que cada Estado e Governo possui autonomia para definir as prioridades e metas nacionais, de acordo com a realidade local.

**Imagem 1-** Objetivos para desenvolvimento sustentável



**Fonte:** ONU, 2015.

A assembleia da ONU ocorreu no período de 25 a 27 de setembro de 2015, momento em que se celebrava o septuagésimo aniversário da ONU. Com a aprovação, os Objetivos entraram em vigor a partir do primeiro dia do ano seguinte - 1 de janeiro de 2016. A partir desse momento, os ODS passam a guiar decisões em prol de um futuro sustentável até o ano de 2030. Os ODS estimularam metas e um plano de ação para quinze anos em áreas de grande relevância para a humanidade e o planeta (ONU, 2015). Sendo assim encontram-se comprometidos: com as **pessoas**, com o **planeta**, pela manutenção

da **paz e prosperidade** e pela **parceria global** (ONU, 2015).

Na área indicada como “pessoas” fazem um apelo global para acabar com a pobreza e a fome, afirmando: "Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável" (ONU,201, p.2).

Para o “planeta” comprometem-se a proteger o meio ambiente e o clima, mostrando que devem: “[...] proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras" (ONU,2015, p.2).

No mesmo sentido de terminar as áreas de planejamento estratégico para implementação dos ODS, indicam a garantia que as pessoas em todos os lugares possam desfrutar de paz e de prosperidade:

Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera, pacífica, justas, inclusivas livres do medo e da violência e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza (ONU, 2015, p.2).

Em relação ao último item indicado na proposta, a “parceria”, foi destacada a solidariedade global, a ser estabelecida entre as nações. Nessa linha o documento estabelece:

Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas (ONU, 2015, p.2).

Como retratado ao longo do texto e na imagem 1, além das ações voltadas para o meio ambiente os ODS abordam de forma geral, algumas problemáticas sociais, dando uma atenção especial também a políticas públicas importantes para o desenvolvimento da sociedade, como é o caso da pobreza, saúde, educação, emprego entre outros.

Visto isso, apresentaremos os ODS 1, 2 e 8, objetivos esses que elencamos para

desenvolver a análise que apresentamos neste artigo. A escolha por analisar estes Objetivos deu-se em virtude de encontrarem-se intimamente ligados aos processos de Reprodução Social.

**ODS 1 - Erradicar a pobreza:** Como mencionado, a pobreza é reconhecida e destacada pelas autoridades como um dos fatores limitantes para o assim chamado "Desenvolvimento sustentável". Desta forma o primeiro Objetivo, dá uma atenção especial à pobreza trazendo cinco objetivos específicos, comprometendo-se a “[...] Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (ONU, 2015, p.19), sendo este o ODS 1, em seu texto oficial. Vale destacar que os objetivos específicos elaborados para este primeiro ODS tratam, de forma geral, de propor a elaboração de políticas que atendam as pessoas que vivem em nível de pobreza extrema, sendo estabelecido o marco da renda diária abaixo de 1,25 dólares ao dia. Na mesma linha, os demais objetivos específicos indicam que mulheres e homens devem ter acesso aos serviços básicos e, também, ao direito sobre a terra e a renda, como outras formas de recursos financeiros. Dentre eles, dois elementos merecem destaque: a proposição de acesso às microfinanças e a proteção contra os desastres ambientais.

**ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável:** Como consequência da pobreza aparece a fome, assim o segundo objetivo tem como meta “[...] Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2015, p.20). A pobreza e a fome encontram-se comumente interligadas, analisaremos a lógica da nossa colocação: A pobreza leva a muitas vezes a fome, pois as pessoas pobres têm menos acesso a alimentos nutritivos e sofrem mais com a insegurança alimentar. Isso por sua vez pode afetar a saúde dessas pessoas, dificultando ainda mais a sua capacidade de trabalho e, portanto, a sua renda.

Para alcançar esse objetivo, o documento nos traz cinco objetivos específicos contando com três subobjetivos, todos mobilizados a erradicar a fome e promover uma agricultura sustentável. Este ODS é especialmente importante à Educação Ambiental na medida em que apresenta a proposição do uso sustentável da terra, bem como sua igual distribuição, como podemos ver no terceiro objetivo específico deste segundo ODS:

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e

insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola. (ONU, 2015, p.20).

O destaque dado às multiplicidades de pessoas que produzem alimentos, caso não se estabeleça enquanto discurso vazio desta organização, pode se aproximar dos debates inerentes àquilo que tem sido estabelecido como área da Educação Ambiental.

**ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico:** O oitavo objetivo diz respeito ao trabalho digno e ao crescimento econômico, assim ela nos apresenta dez objetivos específicos, com a finalidade de "Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos" (ONU, 2015, p.26). Este ODS é particularmente interessante na medida em que apresenta de forma direta uma proposta de desenvolvimento do setor da economia privada, dando atenção a geração de empregos, mas principalmente ao desenvolvimento do setor produtivo, das inovações e do empreendedorismo.

Após apresentarmos os três ODS que analisamos neste artigo, vamos, no próximo tópico, dialogar sobre a base teórica que guia nosso estudo.

## **2. A Reprodução social**

Para falarmos sobre a Reprodução Social precisamos tratar primeiramente da concepção de trabalho elaborada por Marx. Numa sociedade em que o capitalismo reina e se sobrepõem a qualquer instância, o trabalho aparece como um dos principais para a manutenção capitalista. Ao falar do trabalho, Marx (2010) não só dá atenção ao trabalhador, subestimado, destrutado e expropriado, como também destaca a grandeza da natureza, fator primordial o qual o ser humano tem um elo que não se pode eliminar

A natureza desempenha um papel essencial na perpetuação das espécies e em todas as atividades que estas realizam. Em sua obra "Manuscritos Econômicos-Filosóficos" Marx (2010) define a natureza como o "[...] mundo exterior sensível [...]" (Marx, 2010, p.81) matéria através da qual o trabalhador concretiza e coloca em prática suas atividades. Segundo essa perspectiva, o trabalho, sendo uma ação exclusivamente humana, é inteiramente dependente da natureza, ou seja, o trabalhador não pode criar nada sem a presença e interação com o meio natural (Marx, 2010), sendo, neste sentido, a sociedade um resultado dessa interação.

Ao falarmos da sociedade é importante termos em conta o desenvolvimento do ser social, que surge por meio do trabalho., referimos ao novo ser "O ser social " que foi desenvolvido pelo ser humano por meio do trabalho. Nessa mesma lógica Lukács, (2013) na sua obra Para uma Ontologia do Ser Social II nos relata:

Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos. (Lukács, 2013, p.40)

Com isso constata-se que “[...] foi através do trabalho a humanidade se constituiu como tal, ou seja, se quisermos podemos dizer que o trabalho a categoria é fundante do ser social, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade)” (Netto, 2006, p.24).

A sociedade e o ser social estão intrinsecamente ligados, formando uma simbiose que evoluiu ao longo de milhares de anos. Nesse processo, a humanidade, originalmente uma espécie natural, não se dissociou da natureza, mas sim a transformou através do trabalho. O resultado é uma realidade cultural e social distinta, onde o ser social existe em harmonia com a natureza, sem perder sua identidade única e sua capacidade de moldar seu ambiente. É a sociedade, e os indivíduos que a compõem, que forjam o ser social e o tornam o que é hoje, uma criação complexa e multifacetada da evolução humana. Assim:

[...] o que chamamos sociedade são os modos de existir do ser social, é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social. O surgimento do ser social foi o resultado de um processo mensurável numa escala de milhares de anos. Através dele, uma espécie natural, sem deixar de participar da natureza, transformou-se, através do trabalho, em algo diverso da natureza (Netto, 2006, p.25).

Na leitura e análise feita por José Paulo Netto da obra de Karl Marx, é possível entender a dimensão que o trabalho e a natureza ocupam da vida e relação entre os seres humanos. De acordo com o autor, a natureza oferece aos seres humanos *meios de vida* para manutenção do trabalho e dá suporte a subsistência física do trabalhador (Netto, 2006). O autor afirma que, na perspectiva de Marx, para que o trabalho seja efetivado, são necessários dois elementos: Os *meios de trabalho*, quando se refere aos instrumentos, ferramentas e os *objetos de trabalho* referindo as matérias naturais, isto é, as matérias-primas, e ao homem com a sua *força de trabalho* (Netto, 2006, p.39). Nota-se que todos esses fatores sejam eles orgânicos ou inorgânicos dependem na sua totalidade da natureza

5.

Marx conceitua o homem como um ser genérico que exerce um domínio consciente sobre a natureza, transformando-a e transformando-se a si mesmo por meio do trabalho, à medida que cria as condições para sua realização. Esse conjunto de três unidades - trabalhador, trabalho e produto do trabalho - que estão, além disso, submetidos à natureza, se desenvolvem em um tipo de relação que, nas palavras de Netto (2006) não se dá de forma linear e perfeita. Pelo contrário, a relação do trabalhador como trabalho e, depois disso, com o produto do seu trabalho é desassossegada, irregular e usualmente acarretam prejuízos ao trabalhador.

Conforme a abordagem de Marx (2010), o trabalhador não tem acesso ao produto que ele objetiva (produz), ou seja, o produto se valoriza na medida em que é fruto da força de trabalho sobre a natureza, mas tende a se comportar de forma autônoma ao ser humano que o produziu. Essa relação é conceituada pelo autor como “[...] estranhamento [...]” (Marx, 2010, p.80).

Nessa perspectiva Marx nos relata:

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna [...] (Marx, 2010, p.83)

A consequência do estranhamento e da subordinação do trabalhador a favor do benefício alheio (propriedade privada) resulta numa multiplicidade de adversidades para o trabalhador como a perpetuação da pobreza, fome, aumento das desigualdades, entre outros. Mas para entender a origem de todo o processo de estranhamento precisaremos aprofundar a análise na principal obra escrita por Karl Marx, *O Capital* Livro 1 (2013).

Não é novidade que o capitalismo se instaurou devido ao acúmulo de capital em face do prejuízo dos menos favorecidos. Assim no capítulo 24 intitulado "A assim chamada acumulação primitiva", Marx nos traz e explica o conceito de *Acumulação primitiva*, oriunda da acumulação do capital, onde se teve as primeiras noções do

---

<sup>5</sup> De acordo com Marx, (2010) a natureza é primordial para que o trabalho humano possa ser efetivado uma vez que ela fornece os objetos de trabalho (matéria-prima), os meios de trabalho (instrumentos) ou seja os recursos necessários para a produção e além dos próprios meios de vida (meios de subsistência física do trabalhador).

capitalismo.

A acumulação primitiva é então, um conceito útil, visto que refere ao "[...]processo histórico de separação entre o produtor e o meio de produção [...]" (Marx, 2013, p.961) ou seja "[...] identifica as condições históricas e lógicas para o desenvolvimento do sistema capitalista no qual “primitiva” indica tanto uma pré-condição para a existência de relações capitalistas como evento específico no tempo" (Federici, 2004, p.111).

Nessa linha, a ideia de Acumulação Primitiva aparece como uma forma de naturalizar as desigualdades sociais, onde uns possuem os meios de produção, enquanto outros apenas dispõem da sua própria força de trabalho. Esconde-se, no entanto, nessa perspectiva, os processos de extrema violência com que o sistema capitalista se estabeleceu. Não se fala nos movimentos de escravização, colonização, expropriação das terras comunais (cercamentos) e tampouco, do processo de inquisição, que Federici (2004) apresenta como a caça às Bruxas.

A acumulação primitiva se deu de forma cruel, resultando na extrema pobreza dos trabalhadores, enquanto isso, os "senhores" enriqueceram ao se apropriarem do trabalho alheio, e essa desigualdade persistiu ao longo do tempo, perpetuando-se no sistema capitalista (Marx, 2010). As condições geradas por esse processo foram essenciais para o estabelecimento e a continuação do capitalismo, mantendo uma carência que ainda afeta a sociedade atual. Nas palavras de Marx:

Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar (Marx, 2013, p.960).

De acordo com o autor, no processo do trabalho alienado o trabalhador torna-se como uma mercadoria, quando vende a sua "força de trabalho", principal suporte para a manutenção do sistema capitalista. Como "recompensa" aparece o salário, consequência imediata do trabalho estranhado. A manutenção desse processo se dá a partir do que Marx (2013) apresenta como Reprodução Social. Em sua obra, Marx trata de apresentar os processos da Reprodução do Capital no sistema capitalista, mas os estudiosos de sua obra trataram de teorizar esse conceito e tecer análises conectadas à sociedade atual.

Nas obras de Lukács (2012; 2013) e Federici (2004) é possível compreender a perspectiva marxista da Reprodução Social. Sua análise possibilita compreender aquilo que se encontra oculto na sustentação do capitalismo e que, por interesse, se apresenta de forma naturalizada. Na perspectiva de Assis (2023):

A Teoria da Reprodução Social questiona como e por que o trabalhador é produzido para que possa posteriormente produzir mercadorias, ou seja, revela os processos sociais através dos quais a força de trabalho é produzida. Esses processos estão implicados no processo de produção de mercadorias, e do mais-valor (Assis, 2023, p.36).

Marx analisou bem o trabalho e o processo de acumulação, mas esqueceu o papel fundamental das mulheres neste processo. Para isso, Federici, (2004) em sua obra intitulada "Calibã e as Bruxas: mulheres, corpo e a acumulação primitiva" onde apresenta as mulheres como sustentando a Reprodução Social, com o propósito de dar visibilidade à história ocultada das mulheres na transição para o capitalismo.

Como já apresentamos anteriormente, um dos principais pilares do trabalho, a atividade vital na vida produtiva (Marx, 2010) é a força de trabalho. Sem a nossa força de trabalho, o sistema entraria em colapso (Bhattacharya, 2019). Contudo tal assertiva gera, para outra estudiosa da Teoria da Reprodução Social, Titchi Bhattacharya (2019) algumas indagações: Quem produz a força de trabalho? Quem sustenta a força de trabalho? Quem dá suporte emocional à força de trabalho?

Para Silvia Federici, Marx falha ao analisar o processo de acumulação primitiva (base do capitalismo) unicamente ao olhar o proletariado industrial assalariado do sexo masculino. Em sua obra não é possível encontrar menções mais profundas sobre as transformações que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e posição social das mulheres (Federici, 2004). Essa ausência de uma análise da função das mulheres na transição do feudalismo para o capitalismo toma forma, exatamente, nos questionamentos feitos pelas teorias da Reprodução Social, pois, para essa perspectiva a força de trabalho é desenvolvida em três elementos:

1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra.
2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de

trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego.

3. Reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz. Essas atividades, que formam a própria base do capitalismo já que reproduzem o trabalhador, são feitas sem cobrança nenhuma para o sistema pelas mulheres e homens dentro do lar e na comunidade [...] (Bhattacharya, 2019, p. 103)

Já em Silvia Federici (2004) percebemos como destaque o trabalho não remunerado exercido pelas mulheres na reprodução da força de trabalho, nos trabalhos domésticos pela qual no processo de acumulação do capital eram invisíveis e naturalizados como vocação da mulher. Esse acirramento da divisão sexual do trabalho impediu o desenvolvimento das mulheres, fazendo com que aumentasse a sua dependência em relação aos homens, fato esse que em várias sociedades perpetua até os dias de hoje gerando assim as desigualdades sociais.

Essas análises são relevantes para compreendermos as dinâmicas e contradições do sistema capitalista, e como a relação entre o trabalho, o trabalhador e a trabalhadora e a natureza influenciam o funcionamento desse sistema econômico. Assim nota-se a importância central do trabalho e da natureza no contexto das sociedades dominadas pelo capitalismo, o trabalho, sendo uma atividade humana, é totalmente dependente da natureza, pois é por meio dela que o trabalhador concretiza suas atividades e obtém os meios de subsistência necessários. Por outro lado, a importância da natureza como um elemento essencial para a existência da sociedade, pois é através da interação com a natureza que os materiais naturais são transformados. A reflexão sobre essas questões pode nos ajudar a buscar alternativas para construir uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

### **3. Análise crítica dos Objetivos para Desenvolvimento Sustentável numa perspectiva marxista**

Conhecendo já os ODS e as suas referidas propostas neste tópico procederemos a análise, dos já indicados ODS: **1** - Erradicar a pobreza, **2**-Fome zero e agricultura sustentável, **8**-Trabalho decente e crescimento econômico. Como já apresentado no tópico referente a metodologia adotada para este artigo, a escolha por estes três ODS se deu em virtude de encontrarem-se intimamente ligados ao processo de Reprodução Social, a qual desenvolvemos no capítulo anterior.

Antes de iniciar a falar sobre os ODS achamos pertinente entender o conceito de

Desenvolvimento sustentável, afinal os objetivos trabalham para a sua promoção. Com surgimento na década de 1980 o termo Desenvolvimento Sustentável se propõe a estabelecer a relação entre a preservação do planeta e o atendimento das necessidades humanas. Desta forma se define como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de atender às necessidades das gerações futuras (Relatório de Brundtland, 1987).

Definição "encantadora", que nos remete a um mundo de maravilhas e prosperidade se não fosse ilusória e/ou atrevo a dizer trágica. Por trás do conceito encontram-se escondidas várias lacunas que, em nome do Desenvolvimento sustentável, sustentam e promovem o capitalismo em depreciação do trabalhador e da própria natureza. Nas palavras de Leonardo Boff:

A expressão desenvolvimento sustentável representa uma armadilha do sistema, assumindo os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los (degradar a natureza) e aderindo o ideal da economia (crescimento) mascarando a pobreza que produz (Boff, 2012, s/p.).

Ao abordar o desenvolvimento sustentável, é fundamental considerar a dimensão sociohistórica, que abrange a evolução da sociedade, das políticas, das práticas econômicas e ambientais ao longo do tempo. Isso permite uma compreensão mais profunda das complexidades envolvidas na busca por um desenvolvimento que seja equitativo e ambientalmente responsável. Contudo, de acordo com Vizeu *et al.* (2012)

A ideia de desenvolvimento sustentável encontra-se apresentada de forma dissociada da sua concepção social-histórica, ou seja, a sua concepção é apresentada sem levar em consideração seus limites, a sua relação com o real. É apresentada como racionalidade absoluta, mas na realidade tem pouca sustentação por servir a qualquer momento, em qualquer situação dentro da lógica espacial e temporal estática e imutável. Para as organizações ou intelectuais que se apropriam das concepções de sustentabilidade, o que importa é encaixá-las dentro dos contextos e dos discursos que atendam aos seus interesses pragmáticos (Vizeu *et al.* 2012, p.12).

Em resumo, a concepção do desenvolvimento sustentável deveria ser sustentada na história, cultura e realidades locais, a fim de garantir que as estratégias sejam apropriadas, eficazes e aceitáveis para as comunidades afetadas. Não considerar a dimensão sociohistórica pode resultar em abordagens inadequadas e podem até mesmo agravar problemas existentes. Portanto, ao buscar o desenvolvimento sustentável é crucial

considerar o contexto social e histórico que abrange a evolução da sociedade ao longo do tempo. Com a apresentação da nossa concepção sobre o termo Desenvolvimento sustentável daremos início a nossa análise dos ODS.

### **3.1 Análise sobre o ODS 1**

Vale lembrar que o ODS 1 se propõe a “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”(ONU,2015, p.19). Assim, iniciamos essa análise pela ideia de pobreza, em seu sentido ligado a economia.

De acordo com Rufino, (2017) a pobreza jamais pode ser analisada separadamente da riqueza, por se tratar de uma unidade contraditória de opostos. A pobreza e a riqueza são componentes interdependentes de um sistema socioeconômico complexo, onde a abundância de recursos muitas vezes coexiste com a escassez. Para este autor a riqueza se baseia na exploração de recursos naturais, força de trabalho e estruturas econômicas que perpetuam a desigualdade.

Portanto, compreender a pobreza exige uma análise da distribuição, do acesso a oportunidades e da dinâmica econômica em uma sociedade. Nessa direção, afirma o autor, que se considerarmos os extremos, podemos buscar soluções eficazes para a erradicação da pobreza e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária (Rufino, 2017). Em sua perspectiva:

Para a tradição marxista, a riqueza é uma categoria fundamental para a análise da pobreza, pois segundo essa perspectiva, a concentração da riqueza gera a exploração, o que se constitui elemento fundante da pobreza (Rufino, 2017, p.5).

Nesse contexto é inevitável falar da pobreza sem abordar o processo de acumulação primitiva (desenvolvido no último capítulo) que contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo e o afundamento do proletariado.

Conforme cita Federici,

Marx introduziu o conceito de “acumulação primitiva” para descrever a reestruturação social e econômica iniciada pela classe dominante europeia em resposta a crise de acumulação e para estabelecer que: O capitalismo não poderia ter se desenvolvido sem uma concentração prévia de capital e trabalho e que a separação dos trabalhadores em relação aos meios de produção e, não a abstinência dos ricos é a fonte da riqueza capitalista. (Federici, 2004, p.111)

Como consequência, os que foram explorados, separados dos meios de produção e dos seus produtos, no processo de estranhamento (Marx, 2010) não conseguiram acumular recursos, tornando-se pessoas pobres. Por outro lado, os “detentores de riquezas” construíram patrimônios a um dado patamar que até hoje se sustentam. Com isso podemos ver que a pobreza e as desigualdades que até hoje se perpetuam são reflexos imediatos da acumulação de capital que foi instaurada desde os primórdios do capitalismo. De acordo com Marx,

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. (Marx, 2010, p.80).

Nessa linha de argumentação, podemos inferir que se os ODS estivessem sendo desenvolvidos para uma real erradicação da pobreza, estariam promovendo uma real transformação societária. Se entendermos que “Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (Idem), não é possível erradicar a pobreza com a distribuição da força de trabalho, ou uma melhor distribuição de vagas assalariadas, se não pela distribuição igual da riqueza.

Assim podemos dizer que no modo de produção capitalista a pobreza é o resultado da acumulação privada de capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre donos dos meios de produção e donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos de riqueza e usurpadores do trabalho alheio (Montaño, 2012, p.10).

Bom, podemos pensar que as medidas estabelecidas na Agenda 30 e nos ODS especificamente falando o ODS em estudo que se propõem a “Erradicar a pobreza “sejam formas pela qual as entidades se basearam para se redimir e “curar “as lacunas deixados lá no início do capitalismo e que se sustentaram até agora. De fato, essa é a sensação que causa e atendo a dizer que tenham tido algum sucesso, mas se pensarmos numa perspectiva crítica todo esse esforço ocorre para que o capitalismo seja cada vez mais sustentado. Na mesma lógica da nossa argumentação Assis (2023) nos diz que “O capitalismo requer um conjunto de relações sociais relativamente estáveis para que possa reproduzir-se [...]”(Assis, 2023, p.36).

Como consideramos, os ODS trabalham para o Desenvolvimento sustentável e

quando se fala em desenvolvimento, na sociedade atual, usualmente está se falando imediatamente no processo do fortalecimento do sistema capitalista.

Em conformidade com o que já mencionamos no primeiro capítulo e a prova que essas medidas em relação ao primeiro objetivo têm como propósito primordial a estabilidade do mercado em prol do desenvolvimento, o documento pela qual encontram-se os objetivos reconhece e tem a pobreza como recurso de maior carência para esse desenvolvimento. Assim, a pobreza aparece como um dos principais problemas a serem superados para o processo de reprodução do capital.

Mészáros, (2002) no seu livro “Para além do capital” nos traz o conceito de limites absolutos do Capital, e sem dúvida a pobreza se encaixa nesses limites descritos pelo autor. Nesse sentido entendemos que essa desesperada preocupação e busca intensiva de formas para superar essa barreira por parte das entidades, se dá pelo fato de existir uma compreensão explícita da pobreza como limitante ao desenvolvimento do sistema. Vejamos, se a pobreza domina, o poder de compra dos indivíduos diminui, consequentemente o mercado tende a colapsar afetando diretamente na reprodução do capital.

Com a percepção desse empecilho por parte das instituições medidas começam a ser tomadas como exemplo temos o próprio ODS 1 comprometendo a “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (ONU, 2015, p.19) medida pela qual consideramos inviável para um espaço-tempo de apenas 15 anos, na sociedade que vivemos atualmente.

### **3.2 O ODS 2- Fome zero e agricultura sustentável**

Como reflexo imediato da pobreza, a fome se mostra. Nessa direção, vimos que o segundo ODS tem como finalidade “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2015, p.20). Apesar do ODS 2 englobar outros aspectos, em nossa análise examinaremos sua estrutura delimitante o conceito de fome, e focando no objetivo específico 2.1 que propõe:

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano (ONU, 2015, p.20).

Se, como discutimos no ODS 1, a fome deriva da pobreza e esta, por sua vez, deriva imediatamente do modelo de produção capitalista, podemos inferir que é necessário considerar, também, o elemento da economia nesse momento. Conforme Júnior (2021):

Numa sociedade baseada no trabalho assalariado, em que a relação de exploração não é mediada diretamente pela coerção política ou religiosa, mas depende de um contrato jurídico entre o trabalhador e o capitalista, livremente estabelecido, o espectro da fome é um elemento estratégico de coerção econômica para compelir as pessoas, pela pressão das necessidades, à venda de sua força de trabalho (Júnior, 2021, s/p.).

A citação em destaque nos auxilia na argumentação crítica das relações de trabalho no capitalismo, mostrando que, embora haja uma suposta liberdade na escolha de emprego, essa escolha é frequentemente influenciada e limitada pela pressão das necessidades básicas, como a fome. Essa liberdade condicionada pelas urgências da vida cotidiana força os trabalhadores a vender sua força de trabalho em condições que podem ser desfavoráveis.

Marx, nos relata que “o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva aparecem ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física” (2010, p.84). Ou seja, as atividades animais (fisiológicas) nos “coagem” ao trabalho para obter meios de sobrevivência na sociedade capitalista.

Assim, nessas sociedades, a fome se comporta como uma mercadoria, item necessário para a reprodução do capital, intensificando desta forma o barateamento da força de trabalho e a elevação das taxas de lucro. Quando o segundo ODS nos traz a fome como um dos principais “problemas” a serem enfrentados fica uma indignação. Será que a preocupação se dá em torno da vulnerabilidade populacional ou uma estratégia enganosa, dissimulada para promoção das entidades?

Para que haja uma superprodução, o trabalhador (classe proletária) deve se encontrar em perfeitas condições físicas. Desta forma o “fenômeno fome” traz certas limitações:

[...] a nível individual, vemos complicações na saúde dos afetados, como: doenças, diminuição do seu rendimento físico, mortalidade. Contudo, as consequências vão além: a fome pode afetar ainda o

desenvolvimento econômico de um país, sua estabilidade política e social (Rizzo, 2017, s/p.).

Nessa lógica, de acordo com a nossa percepção, a fome se enquadra nos "limites absolutos do capital", descritos por Mészáros, (2002) ou seja, afeta diretamente o crescimento, o que atua como uma ameaça para o capitalismo.

Atente-se aos seguintes dados sobre a fome: De acordo com a pesquisa elaborada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) em 2020, 19.1 milhões de brasileiros conviviam com a fome. Em 2022 o número de domicílios com moradores passando fome saltou de 9% (19.1 milhões de pessoas) para 15.5 % (33.1 milhões de pessoas) equivalente a 14 milhões de novos brasileiros passando fome em um pouco mais de um ano. Atrelado à fome, apresentamos os dados da insegurança alimentar seguindo a mesma fonte pela qual mais da metade da população do país, 125.2 milhões de pessoas, convivem com algum grau de incerteza em relação à alimentação. São dados alarmantes a grande culpa do setor da produção aliada a exportação, fator que nos leva a ter algum grau de reflexão para o que vivemos atualmente.

Chama atenção, que o crescimento da fome no Brasil coincida com um pico na exportação de gêneros alimentícios (Soares, 2021). De acordo com os dados publicados pelo Canal Rural no dia 17 de janeiro de 2023 as receitas com exportações cresceram 32% em 2022 somando US\$159.09 bilhões, pela qual as vendas externas do agronegócio representaram 47.6% do total exportado pelo Brasil. Entre os principais produtos exportados foram: soja, farinhas, cereais (principalmente o milho), carnes entre outros produtos, ou seja, derivados alimentícios.

Nas nossas sociedades, em que há produção e acúmulo de excedente é inadmissível tanta desigualdade em meio uma crescente produção alimentícia. Assim “[...] nos últimos anos o Brasil tem conseguido exportar produtos alimentícios satisfazendo as exigências internacionais enquanto as necessidades do seu povo são esquecidas” (Borges, 2012, s/p).

Esse fenômeno de acirramento da fome, nos leva a rever os teóricos da Reprodução Social, uma vez que a manutenção da vida física dos trabalhadores é parte fundamental da reprodução do capitalismo. A partir de Federici, observamos que a fome é semelhante à época dos *Cercamentos*, no século XVI. Esse termo, conforme informa a

autora, é: “Termo técnico que indicava o conjunto de estratégias usadas pelos ingleses e fazendeiros ricos para eliminar a propriedade comum da terra e expandir suas propriedades” (Federici, 2004. p.123).

Nesses tempos, afirmavam os ingleses que se as terras tivessem permanecido na posse dos pobres teriam deixado de produzir e enquanto sua aquisição ia prosperar (compensar) com crescimento significativo da produtividade agrícola. Argumentos que não se sustentaram, pois, mesmo com aumento da disponibilidade de comida para o comércio e para a exportação, não houve aumento na quantidade de alimentos para a população comum (Federici, 2004).

Em decorrência para o trabalhador, isso representou a instauração de dois séculos de fome e de desnutrição, beneficiando apenas o desenvolvimento capitalista. Como relata Federici “O desenvolvimento do capitalismo operou em perfeita harmonia com o empobrecimento da população rural.” (Federici, 2004. p. 125).

### 3.3 O ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Dando continuidade à nossa colocação desenvolvida ao longo do texto, apresentamos o oitavo ODS. O oitavo Objetivo diz respeito ao trabalho digno e ao crescimento econômico, assim apresenta dez objetivos específicos, com a finalidade de “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos”(ONU, 2015, p.26).

Para iniciar entendemos pertinente trazer o conceito de crescimento econômico. De acordo com Reis, (2018) **crescimento econômico** é um conceito quantitativo que consiste no aumento da capacidade produtiva de uma nação.

Quando se fala no *aumento da capacidade produtiva de uma nação* (Reis, 2018) remete imediatamente à produção capitalista que se baseia na exploração do capital sobre o trabalho, forma de exploração pela qual as pessoas precisam ser livres para vender sua força de trabalho (Vizeu et al. 2012).

Assim realçamos que o oitavo objetivo por si só, já resume o interesse por trás desses objetivos e tudo que temos tentado argumentar ao longo do texto. Consideremos os seguintes trechos do oitavo objetivo: “Promover o crescimento econômico [...] emprego pleno e produtivo” (ONU, 2015, p.27), ou seja, a própria *exploração do capital*

*sobre o trabalho.*

O conceito de Crescimento Econômico encontra-se “[...] associado apenas à riqueza produzida e acumulada por uma sociedade, pouco importando a sua efetiva distribuição entre os membros dessa sociedade” (Gil, 2015, p.32). Ou seja, o conceito de crescimento econômico, como mencionado na citação, encontra-se associado à ideia de aumento na produção e acumulação de riqueza em uma sociedade, sem levar em consideração como essa riqueza é distribuída entre seus membros. Essa percepção tradicional do crescimento econômico muitas vezes ignora questões cruciais de equidade e distribuição de renda. Embora o crescimento econômico seja importante para o progresso de uma nação, ele por si só não garante uma melhoria no bem-estar de todos os membros da sociedade. Se a riqueza gerada pelo crescimento econômico não for distribuída de maneira justa, pode levar a disparidades significativas entre ricos e pobres, criando desigualdades sociais e econômicas.

Entendemos que o ODS 8 nos traz o crescimento econômico como parâmetro para conter o desequilíbrio social, contudo como temos visto e como aborda Gil, (2015, p.30) “[...] o Crescimento Econômico não produz, necessariamente, a igualdade nem a justiça social, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas, que se faz nas mãos de apenas alguns indivíduos da população” reforçando assim a perspectiva apresentada pela teoria marxista.

Para entender bem como iniciou essas atividades econômicas e a diferença de funcionamento entre as comunidades primitivas apresentaremos a análise elaborada por José Paulo Netto (2006) sobre essa passagem na história. Diferentemente do regime econômico atual no comunismo primitivo, prezavam pela igualdade, distribuição equitativa do que era produzido e a propriedade privada era ausente. Sendo assim, o que era obtido através da pesca e da caça (principais atividades) eram consumidos de imediato (Netto, 2006).

O fim das comunidades primitivas ocorreu pelo desenvolvimento das atividades econômicas principalmente “[...]a domesticação de animais e o aprimoramento da agricultura” (Netto, 2006, p.38). Desta forma houve “[...]a transformação da relação das comunidades com a natureza, permitindo com que a produção dos bens ultrapassasse as necessidades imediatas de sobrevivência dos seus membros, formando assim os

excedentes econômicos” (Netto, 2006, p.38).

O surgimento dos excedentes econômicos (principal ponto que queríamos abordar) deu a possibilidade de acumular bens, surgimento da mercadoria e da divisão social entre os produtores e os apropriadores (exploradores), ou seja, o excedente proporcionou o desenvolvimento do trabalho e uma nova forma de exploração (Netto, 2006).

Quando o objetivo 8 nos traz como destaque o "emprego pleno e produtivo" nos remete a outra análise. A produção de bens, tal como o crescimento da economia ocorre pelo trabalho (produção) e este, só é viabilizado pela força de trabalho. A "força de trabalho "[...] se caracteriza como sendo a capacidade dos "homens" operarem nos meios de produção (Netto, 2006, p.39). Então quando aqui vemos uma forma direta de exploração pela qual consideramos uma estratégia para garantir a produtividade beneficiando apenas a reprodução do capital.

“Um outro problema de confiar no crescimento econômico como parâmetro de desenvolvimento é que a economia não está em um mundo vazio, pelo contrário, trata-se de um sistema complexo e conectado à sociedade e natureza. Consequentemente, se esse desenvolvimento não respeitar os limites planetários provocará a destruição do meio ambiente, “produzindo ‘males’ mais rapidamente do que bens – tornando-nos mais pobres, e não mais ricos” (Martins, 2020, s.p.). Ou seja, é essencial entender a importância da natureza para o processo do trabalho.

## **Considerações Finais**

Neste artigo, apresentamos uma análise crítica dos ODS 1, 2 e 8, a partir da Educação Ambiental. Para tanto, desenvolvemos como objetivos específicos: i. Apresentar os Objetivos para Desenvolvimento Sustentável; ii. Apresentar a Reprodução Social de acordo com a perspectiva marxista e; iii. Analisar criticamente os Objetivos para Desenvolvimento Sustentável. Nossa argumentação ficou delimitada pela discussão da Reprodução Social, no sentido de compreender o trabalho e o que sustenta o trabalhador na sociedade capitalista.

Com a análise dos ODS em estudo foi possível notar de forma clara o interesse capitalista que se escondem atrás desses objetivos. Assim trouxemos argumentos

baseados nas concepções Marxianas e Marxistas as quais sustentaram o nosso posicionamento. Os objetivos estudados encontram-se conectados pela sua íntegra com o processo de reprodução social, um dos principais pilares de sustento para a produção capitalista.

O foco na Reprodução Social nos permitiu questionar a produção, a manutenção e a exploração da força de trabalho, além de analisar o que poderia estar escondido nessas relações. Desta forma fizemos a nossa análise visando, transparecer as lagunas existentes e mostrar que as [...] *desigualdades no capitalismo não se resolvem apenas com uma socialização parcial da riqueza, mas com a eliminação das classes e da exploração do trabalho pelo capital, ou seja, com a superação da ordem capitalista* (Montano, 2012, p.285).

Os ODS 1 e 2 propostos pela ONU, pretendem erradicar a fome e pobreza. Contudo, de acordo com os dados que apresentamos ao longo do texto, é possível perceber que esse fenômeno tem se intensificado a cada ano, enquanto a produção e a exportação se ascendem. Em contrapartida percebe-se que o ODS 8 tem ganhado mais visibilidade pois foca no crescimento econômico, ou seja, o próprio capitalismo.

Assim podemos concluir que a tendência é que esses objetivos não sejam alcançados até 2030, tampouco nos ditames da sociedade capitalista. De toda forma, entendemos pertinente que outras pesquisas sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - e sobre as próximas Agendas a serem implementadas no lugar dessa - sejam realizadas, no âmbito da Educação Ambiental. Além da atualização, necessária aos fundamentos da nossa área de estudo, é urgente que a análise crítica, que busca a construção de uma sociedade igualitária, seja constante, tanto na academia, quanto na sociedade como um todo.

## Referências

ASSIS, Laryssa Louzada de. **Educação Ambiental Crítica e a inter-relação entre a dominação das mulheres e da natureza** / Laryssa Louzada de Assis. – 2023. 91 f.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** Revista outubro, n.32,1 semestre 2019. Tradução de Maíra Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi,2019

BOFF, Leonardo. **Crítica ao modelo padrão de desenvolvimento sustentável**,2012. O tempo, 2012. Disponível em: [Crítica ao modelo padrão de desenvolvimento sustentável | O TEMPO](#)

BORGES, P, F. Fome no Brasil: Um problema Grave, 2012. **Revista gestão universitária**. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/fome-no-brasil-um-problema->

CANALRURAL. **Receita com exportações do agronegócio cresce 32% em 2022**, 2023. Jan.2023. Disponível em: [Receita com exportações do agronegócio cresce 32% em 2022 \(canalrural.com.br\)](#)

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**,2004. tradução do coletivo Sycorax <http://coletivosycorax.org/indice>

GIL, F, M. **Responsabilidade social e Ambiental: Desenvolvimento sustentável uma abordagem critica**, 2015 UFMT, Cuiabá, MT, 2015. Disponível em: [Responsabilidade Social e Ambiental \(1library.org\)](#)

LOUREIRO, C. F, B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, 2005.

**II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

JÚNIOR, Plínio. Capitalismo e Fome, 2021. Artigo, Dossiê 228. **Revista eletrônica de jornalismo científico, Com Ciência**. Disponível em: [Capitalismo e fome - \(comciencia.br\)](#)

KATZ, C. **Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social**. Trad. Gilberto Cunha Franca e Valeria Fontes. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 2, p. 435- 452, agosto,2019

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, D, D,J. **Crescimento econômico x desenvolvimento sustentável: busca por novos paradigmas**, 2020. Disponível em: [Crescimento econômico x](#)

[desenvolvimento sustentável: busca por novos paradigmas | Jusbrasil](#)

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política-Livro I:O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013

MÉSZÁROS, István, 1930- **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO.C. **Pobreza questão social e seu enfrentamento**, 2012. São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200004>

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

REIGOTA, Marcos. **O que é a Educação Ambiental**. São Paulo : Brasiliense, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Tradução Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. <https://sustainabledevelopment.un.org>. Acessado em dezembro 2022

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA: **Educação para os objetivos de desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem**. 2017. 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França, e Representação da UNESCO no Brasil. © UNESCO 2017. Acessado em dezembro 2022

REIS, Tiago. **Crescimento Econômico: como a economia de um país cresce?** 2018. SUNO ARTIGOS. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/crescimento-economico/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20Crescimento%20Econ%C3%B4mico>

Relatório de Brundtland- **Nosso futuro comum**, 1987. Disponível em:

<https://www.are.admin.ch/are/en/home/media/publications/sustainable-development/brundtland-report.html>

RIZZO, Erika. **Fome no mundo: Causas e consequências**, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/fome-no-mundo-causasconsequencias/#:~:text=Como%20resultado%2C%20a%20n%C3%ADvel%2>

RUFFINO.P. **A produção da pobreza na sociabilidade capitalista**, 2017. Disponível em: [aproducaodapobrezanasociabilidadecapitalista.pdf \(ufma.br\)](#)

SOARES, P, J. **A contradição entre recordes no agronegócio e a fome no Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-contradi%C3%A7%C3%A3o-entre-recordes-no-agroneg>

VIZEU, F; MENEGHETTI, M; SEIFERT, R. **Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável, 2012.** Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, set. 2012 p. 569 -583. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000300007>

## **5.Artigo III<sup>6</sup>**

### **Apresentação do artigo**

Este terceiro artigo aborda a questão de como o sistema capitalista apresenta propostas de resolução para problemas sociais, em particular a violência de gênero e o trabalho não remunerado, de maneira superficial. Frequentemente, o empoderamento feminino é promovido como a principal solução, destacando a inclusão das mulheres no mercado de trabalho e a promoção da igualdade de oportunidades. No entanto, essas propostas não enfrentam as causas estruturais e profundas das desigualdades de gênero, limitando-se a uma visão que permanece na superfície dos problemas.

A partir da perspectiva crítica da educação ambiental, este artigo busca desvelar essas limitações e apresentar um olhar radical, que vá até a raiz dos problemas. Ao considerar a teoria de reprodução social marxista, argumenta-se que a violência de gênero e o trabalho não remunerado são partes integrantes de um sistema capitalista que perpetua a exploração e a opressão. Esta abordagem mostra que as desigualdades de gênero são sustentadas por condições materiais e ideológicas que servem para manter a ordem capitalista.

Essa análise crítica do ODS 5 mostra que, enquanto o empoderamento feminino é promovido como uma solução para a desigualdade de gênero, muitas das vezes ele é utilizado apenas como uma ferramenta para integrar as mulheres ao sistema econômico. Em vez de realmente transformar as estruturas de poder que perpetua a desigualdade e violência, essas abordagens superficiais reforçam a lógica do capital, que beneficia de modo desproporcional uma minoria privilegiada, mantendo a exploração e a desigualdade para a maioria.

---

<sup>6</sup> Artigo submetido na Revista Cocar - Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade do Estado do Pará (Belém-Pará- Brasil)

---

## **OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVÉL E A IDEIA DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES: NOTAS CRÍTICAS AOS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

### **Sustainable Development Goals and the idea of women's empowerment: Critical notes on the Fundamentals of Environmental Education**

**Resumo:** O artigo apresenta uma análise sobre o quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que aborda a igualdade de gênero. A pesquisa foi estruturada pela técnica da Leitura Imanente de Sérgio Lessa e a análise está sustentada filosoficamente na ontologia materialista. Para delimitar a pesquisa, elencaram-se os seguintes objetivos: i. Analisar historicamente os fundamentos da violência; ii. Analisar historicamente os fundamentos do trabalho não remunerado; iii. Analisar criticamente a proposta de empoderamento descrita no ODS 5. Como resultados principais, a pesquisa indicou a dificuldade de eliminar a violência no sistema capitalista contemporâneo, considerando sua função historicamente estrutural. No mesmo sentido, destaca-se que a promoção do empoderamento possui o capitalismo como barreira e sugere-se a necessidade de abordagens mais abrangentes para alcançar a igualdade de gênero. Todas as análises, feitas a partir da Reprodução Social, dão suporte para o desenvolvimento dos Fundamentos da Educação Ambiental numa perspectiva crítica.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Mulheres; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

**Abstract:** The article presents an analysis of the fifth Sustainable Development Goal focusing on gender equality. The research grounded in Sergio Lessa's Immanent Reading technique, and the analysis is philosophically based on the materialist ontology. To delimit the research, the following objectives were outlined: i. Historically analyze the foundations of violence; ii. Historically analyze the foundations of unpaid labor; iii. Critically analyze the empowerment proposal described in SDG 5. As the main results, the research indicated the difficulty of eliminating violence in the contemporary capitalist system, considering its historically structural function. Similarly, it is pointed out that the promotion of empowerment faces capitalism as a barrier, suggesting the need for more comprehensive approaches to achieve gender equality. All analyses, based on Social Reproduction, support the development of the Environmental Education Fundamentals from a critical perspective.

## **Introdução**

Há muito que grupos feministas, ativistas defensoras dos direitos das mulheres, entre as demais categorias militantes têm se dedicado à luta contra os desafios estruturais que sustentam a desigualdade sistemática baseada em gênero, raça e etnia, classe social, idade, entre outras intersecções. O Brasil, um país de dimensões continentais e um longo histórico de colonização com uso de trabalho escravizado, obviamente sofre as consequências até a atualidade. O trabalho doméstico é um exemplo evidente dessa herança em nosso país: apenas em 2013, a partir da Emenda Constitucional nº 72, as trabalhadoras domésticas adquiriram direitos trabalhistas iguais aos demais trabalhadores urbanos e rurais (Brasil, 2013). No mesmo sentido, o Trabalho de Cuidado é realizado prioritariamente de maneira informal e não remunerada por mulheres e meninas. O relatório “Tempo de Cuidar” da Oxfam (2020) mostra que no Brasil 90% do trabalho de cuidado é realizado pelas famílias, sendo que 85% desse trabalho é realizado por mulheres.

Em âmbito nacional observamos, recentemente, um movimento na direção de criar políticas públicas para modificar essa realidade. Durante uma sessão realizada no Palácio do Planalto, foi promulgado o decreto Nº 11.460 de 30 de março de 2023 instituindo o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que tem como finalidade elaborar a proposta da Política Nacional de Cuidados e a proposta do Plano Nacional de Cuidados (Brasil, 2023). O GTI é formado por 14 ministérios em conjunto com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) sendo coordenado pelos ministérios das Mulheres (MM) e de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) (Brasil, 2023).

Já na esfera internacional, há discussões sendo realizadas prioritariamente pela Organização das Nações Unidas (ONU). Dentre as políticas que consideram as desigualdades de gênero estão os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, parte da Agenda 2030 adotada no ano de 2015 pelos países membros da ONU, entre eles o Brasil.

Este artigo apresenta a análise do quinto Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS), um dos 17 propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), o qual aborda a igualdade de gênero e abrange questões sobre violência, trabalho, empoderamento das mulheres, entre outras temáticas relevantes. Desta forma, o quinto ODS dá um enfoque especial às mulheres, trazendo cinco objetivos específicos, juntamente com três submetas com o compromisso de “Alcançar a igualdade de gênero e

empoderar todas as mulheres e meninas" (ONU, 2015, p.24).

A pesquisa, de natureza teórica, parte do processo metodológico da Leitura Imanente (Lessa, 2014). Esse tipo de análise trabalha exclusivamente sobre o texto, mas tendo como fundamento a perspectiva marxista, propõe-se a tecer um diálogo entre o texto e a totalidade da sociedade. Nessa linha, utilizamos como fundamento analítico a Reprodução Social de Silvia Federici (2017; 2019), tecendo diálogos com outras autoras sobre temáticas mais específicas, além de apresentarmos dados de pesquisas sobre o contexto brasileiro. Assim, a fase inicial do processo da Leitura Imanente nos direcionou ao estudo dos itens 5.2 e 5.4 que se encontram comprometidos com a promoção da igualdade de gênero, combate à discriminação e à violência contra as mulheres e, também, com o reconhecimento e a valorização do trabalho de cuidado não remunerado (ONU, 2015).

A partir desse primeiro movimento analítico, afim de delimitar a pesquisa, elencamos os seguintes objetivos específicos: (i) Analisar historicamente os fundamentos da violência; (ii) Analisar historicamente os fundamentos do trabalho não remunerado (iii) Analisar criticamente a proposta de empoderamento descrita no ODS 5. Estruturalmente, o artigo está organizado em três tópicos textuais que apresentam a análise dos objetivos propostos. No primeiro tópico, intitulado "Violência de gênero: Fundamentos históricos", analisamos o histórico dos fundamentos da violência. Desse modo, como material de estudo, recorremos ao item 5.2 do ODS 5 que se propõe a "Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos" (ONU, 2015, p. 24).

No segundo tópico, intitulado "Trabalho não remunerado: Fundamentos históricos", desenvolvemos o estudo do segundo objetivo específico, ao apresentar as bases históricas do trabalho não remunerado. Esse processo teve como ponto de partida o estudo do item 5.4 dos ODS que se propõe a "Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais" (ONU, 2015 p. 24).

Finalizando, propomos uma futura análise crítica sobre a proposta de empoderamento enfatizada no item 5.5 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Este tópico, intitulado "A proposta de empoderamento no ODS 5 e suas possibilidades na

sociedade capitalista” atende o terceiro objetivo específico proposto para este artigo. Na sequência, apresentamos nas considerações finais os principais resultados de nosso estudo e expectativas para novas pesquisas sobre a temática.

Consideramos relevante destacar que essa pesquisa foi realizada no âmbito dos Fundamentos da Educação Ambiental, no sentido de tecer contribuições para o desenvolvimento da área. Sendo a Educação Ambiental um complexo orientador das ações humanas (Podewils, 2019), esta área carece de constante movimento de análise de si e de temáticas que podem proporcionar o seu desenvolvimento para que cumpra sua função social na Reprodução Social e na construção de uma sociedade igualitária e ambientalmente saudável (Podewils, 2019). Nesse sentido, justificamos que não recorremos, para a construção deste artigo, às autoras e aos autores para apresentar os fundamentos teóricos da Educação Ambiental, especificamente, por estarmos trabalhando pela via filosófica para o desenvolvimento dessa área complexa e multifacetada.

### **1. Violência de Gênero: Fundamentos históricos**

Diante do desafio persistente da violência no contexto brasileiro, faz-se necessário alguns meios para coletar, organizar e divulgar dados que poderão auxiliar no planejamento de medidas de enfrentamento da problemática. Nesse sentido, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) aparece como uma das organizações que desempenham essa função. Segundo conta no site oficial da organização:

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) é uma organização não- governamental, apartidária, e sem fins lucrativos, que se dedica a construir um ambiente de referência e cooperação técnica na área da segurança públicas. A instituição encontra-se formada por uma equipe multidisciplinar, que inclui cientistas, pesquisadores, policiais, operadores do sistema de justiça e representantes de entidades da sociedade civil, que busca transparência e soluções baseadas em evidências para a violência e políticas de segurança. (FBSP, 2022)

Estabelecido no ano de 2006, o FBSP tem sido encarregado por coletar, reunir e divulgar “[...] estatísticas criminais consolidadas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa por meio do Anuário Brasileiro de Segurança Pública” (FBSP, 2022). Baseados nos dados fornecidos pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, realizou-se a quarta edição da pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de mulheres no Brasil” pela qual revelou-se “[...] dados inéditos sobre diferentes formas de violência física, sexual e psicológica sofridas por mulheres acima dos 16 anos ao longo da vida” (Bueno et al., 2023). Com base nesses dados, tecemos a nossa análise inicial.

Entre as variáveis em estudo, esta pesquisa tinha como um de seus objetivos saber se as participantes haviam vivenciado alguma violência, proveniente de companheiros, ao longo da vida. Com base no estudo, 33,4% das mulheres brasileiras relataram ter sofrido alguma forma de violência física e/ou sexual por parceiros íntimos com quem se relacionaram. Entre as formas de violência, ganha destaque e prevalece a violência física em que 24,5% alegaram que, ao menos uma vez, foram agredidas por socos, tapas, chutes entre outras formas de ofensivas.

Já em relação à violência sexual, 21,1% afirmaram ser coagidas a manter as relações sexuais sem seu consentimento ou vontade. Concluindo, se descrevermos todas as formas de violência incluindo ataques físicos, sexuais e psicológicos (injúrias e xingamentos), verificou-se que 43% das mulheres brasileiras relataram ter sofrido violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, o equivalente a 27,6 milhões de mulheres com 16 anos ou mais (Bueno *et al.*, 2023).

Em relação ao perfil das mulheres violentadas é possível destacar a variedade de intersecções. Assim, as mulheres pretas (48,0%), as mulheres de baixa escolaridade (ensino fundamental, 49,0%), mães (44,4%) e aquelas com idades compreendidas entre 25 a 34 anos são as mais vulneráveis, como é possível analisar na tabela 1.

**Tabela 1-** Perfil das mulheres violentadas: Só mulheres, População de mulheres brasileiras (16 anos ou mais) - PNAD 2021/ Estimativa 2022.

|                                                                                                | Raça/cor     |                     |                |              |                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------------|----------------|--------------|-----------------|
|                                                                                                | Branca       | Negra (Preta+Parda) | Preta          | Parda        |                 |
| FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO AO LONGO DA VIDA                                           | 36,9         | 45,0                | 48,0           | 43,8         |                 |
|                                                                                                | IDADE        |                     |                |              |                 |
|                                                                                                | 16 a 24 anos | 25 a 34 anos        | 35 a 44 anos   | 45 a 59 anos | 60 anos ou mais |
| FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO AO LONGO DA VIDA (Resposta afirmativa em um ou mais itens) | 38,5         | 48,9                | 43,6           | 44,2         | 37,5            |
|                                                                                                | Escolaridade |                     |                |              |                 |
|                                                                                                | Fundamental  | Médio               | Superior       |              |                 |
| FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO AO LONGO DA VIDA                                           | 49,0         | 39,7                | 43,0           |              |                 |
|                                                                                                | Filhos       |                     |                |              |                 |
|                                                                                                | Tem filhos   |                     | Não tem filhos |              |                 |
| FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO AO LONGO DA VIDA                                           | 44,4         |                     | 40,4           |              |                 |

**Fonte:** Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023.

Em relação à violência sofrida nos últimos 12 meses (2022), a pesquisa revelou a maior prevalência, com 28,9% das mulheres relatando terem sido vítimas de algum tipo de agressão, configurando assim a mais alta percentagem documentada ao longo da série

histórica analisada (Bueno *et al.*, 2023).

Tendo em conta os dados preocupantes, que acabamos de apresentar em relação ao índice de violência contra as mulheres no Brasil, faz-se necessário analisar de forma crítica e questionar a aplicabilidade do ODS 5 especialmente em sua meta 5.2 que se propõe a “Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos” (ONU, 2015). Embora os 17 ODS tenham como o propósito original gerar mudanças significativas, não podemos dissociá-los do seu contexto de criação e implementação que ocorreu dentro de um sistema capitalista originado e sustentado pela violência.

A filósofa Silvia Federici (2017), em sua obra “Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva” com base nas ideias de Karl Marx, apresenta-nos a violência como marco histórico da transição do feudalismo para o capitalismo. Historicamente, a autora faz menções às resistências baseadas em violência e repressão por parte das elites dominantes em resposta aos movimentos sociais e rebeliões que lutavam para a construção de sociedades mais justas, igualitárias e livres de injustiças baseadas no poder. Enquanto os grupos sociais batalhavam por uma sociedade de igualdade e cooperação, os grupos dominantes, com base na brutalidade, defendiam a manutenção dos recursos econômicos e do poder político para si (Federici, 2017).

Como exemplo a autora faz referência à “Guerra Camponesa” ocorrida na Alemanha (1525) que resultou no massacre de cerca de cem mil rebeldes. Além disso, provocou a tentativa de dominação religiosa caracterizada como “Nova Jerusalém” ocorrida na cidade de Münster em 1535 que “[...] também terminou em um banho de sangue” (Federici, 2017, p.109). Episódios que nos mostram como as elites dominantes usavam da violência e da repressão para censurar as manifestações dos grupos sociais e defender seus interesses. Desta forma, compreende-se o conceito de “transição para o capitalismo”, em termos pejorativos ou nas palavras da autora, como uma *ficção*. Federici escreve:

O conceito de “transição”, portanto, nos ajuda a pensarem um processo prolongado de mudança e em sociedades nas quais a acumulação capitalista coexistia com formações políticas que não eram ainda predominantemente capitalistas. Contudo, o termo sugere um desenvolvimento histórico gradual, linear, ao passo que o período a que o termo se refere foi um dos mais sangrentos e descontínuos da história mundial. Uma época que foi testemunha de transformações apocalípticas, que os historiadores só podem descrever nos termos mais duros: a Era de Ferro (Kamen), a Era do Saque (Hoskins) e a Era do Chicote (Stone). (Federici, 2017, p.110).

Importante abordarmos aqui a grande perseguição sofrida pelas mulheres nos

séculos XVI e XVII, a grande caça às bruxas. Trata-se de outro movimento sustentado pela violência e sob o comando do Estado e da Igreja, organizado durante o processo de acumulação primitiva (Federici, 2017).

A ideia de acumulação primitiva foi desenvolvida no século XVIII por Adam Smith para justificar o acúmulo de riqueza por algumas pessoas e a miséria de outras. Marx (2013), em *O Capital*, analisa a acumulação primitiva como um movimento de “criação” de uma grande massa de trabalhadores livres. Essa suposta liberdade é caracterizada pela ausência de integração do trabalhador aos meios de produção, como no sistema feudal, e livre da propriedade desses meios de produção. Foi um processo nada pacífico, contrariando a narrativa idílica de Smith, mas “Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência” (Marx, 2013, p.786). Para Federici (2017), essa subjugação é desenvolvida sobre as mulheres a partir do controle dos corpos, principalmente das mulheres que estivessem se contrapondo à concepção de novos trabalhadores, a partir dos conhecimentos sobre contracepção e aborto. Nesse movimento, as mulheres detentoras de conhecimentos tradicionais e não submissas ao controle patriarcal eram acusadas de bruxaria, sendo assim torturadas ou mesmo executadas. Historicamente, essa caça às bruxas levou à subordinação, à opressão, à divisão de gênero e às desigualdades em geral.

O que se deduz desse panorama é que a violência foi a principal alavanca, o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva, porque o desenvolvimento capitalista exigiu um imenso salto na riqueza apropriada pela classe dominante europeia e no número de trabalhadores colocados sob o seu comando (Federici, 2017, p.114)

Com base nesses fatos históricos, podemos afirmar que o capitalismo surgiu em meio à repressão violenta e apropriação de riquezas através da acumulação primitiva. Nesse sentido, a violência e o controle das mulheres tornaram-se pilares de sustentação dessa sociedade. Depois de apresentarmos os dados do anuário brasileiro de segurança pública e estabelecer a relação entre a violência e o surgimento do capitalismo, observando a proposta do ODS 5.2, fica a nossa indagação: Será possível eliminar todas as formas de violência contra as mulheres sob o domínio do capital?

No Brasil, a meta 5.2 foi expandida e readequada ao contexto nacional para “[...] abarcar as diferentes identidades sexuais e para incorporar o importante conceito de violência de gênero – ou violência “baseada no gênero”, como adotado por nossa legislação (lei nº. 11.340/2006)” (ONU,2015). Analisamos essa meta e de fato aborda as diferentes interseções, destaca a violência física e psicológica, mas nos chama atenção o

fato de que sob nenhuma circunstância são citadas as violências estruturais impostas pelo próprio sistema. Como exemplo, destacamos a ausência de uma abordagem sobre as questões de discriminação no mercado de trabalho, de desigualdades salariais, de restrições em relação aos direitos reprodutivos, de reformulações de leis e penas relacionadas à violência de gênero, entre outros.

A violência de gênero é uma realidade generalizada e enraizada na estrutura institucional básica da sociedade capitalista. O que permite essa violência é um sistema hierárquico de poder que funde gênero, raça e classe. O que resulta disso é o reforço e a normatização desse sistema. (Arruza *et. al*, 2019. p.41- 42)

Essas desigualdades estruturais muitas vezes submetem as mulheres à dependência de terceiros (os companheiros), aumentando assim a sua vulnerabilidade e o risco iminente de novas violências. Neste contexto percebe-se que essas violências se encontram interconectadas deixando as mulheres “[...] duplamente sujeitas à violação – primeiro nas mãos de parentes próximos e nas relações pessoais; segundo, nas mãos de agentes e promotores do capital” (Arruza *et. al*, 2019, p.43).

Em síntese, é possível afirmar que a abordagem nessa meta é frágil, se considerarmos os contextos analisados. Nossa afirmação tem como base a compreensão de que o fundamento histórico da violência de gênero é uma característica do próprio capitalismo, pois, como vemos em Federici (2017), o sistema capitalista surge sustentado por variadas formas de violência, o que acompanha seu próprio desenvolvimento até a atualidade.

Compreender o histórico da violência de gênero por meio de percepções capitalistas se faz fundamental para analisarmos o contexto em que o trabalho não remunerado se desenvolveu ao longo dos tempos. Nesse primeiro tópico, exploramos essa problemática, trouxemos fundamentos históricos, mostramos como o capitalismo se desenvolveu baseado na violência e como afetou as sociedades mais antigas. Além disso, apresentamos dados recentes, mostrando que a violência de gênero é um problema que se perpetua nas sociedades atuais, gerando múltiplas desigualdades, concluindo que o ODS 5.2 carece de uma proposta de transformação social estrutural.

Como apresentamos ao longo do texto, no decorrer da história, a violência foi uma ferramenta importante de controle nas sociedades e principalmente sobre as mulheres por meio de perseguições, subordinações, execuções entre outras formas de opressões. Essas opressões geraram condições favoráveis para a atribuição às mulheres de posições de pouco poder político, deixando-as submissas aos homens e destinando-as a tarefas principalmente domésticas ou a tarefas pouco remuneradas.

Neste sentido, no segundo tópico, abordaremos os fundamentos históricos do trabalho não remunerado das mulheres que ao longo dos tempos foi invisibilizado, contribuindo assim para perpetuar as desigualdades de gênero e essenciais para entendermos a violência de gênero num contexto mais amplo.

## **2. Trabalho não remunerado: Fundamentos históricos**

Diante dos problemas estruturais conduzidos por um sistema desigual, patriarcal e opressor, ao qual as mulheres são submetidas, o novo governo, sob a perspectiva de "Cuidar do povo brasileiro" (CFEMEA, 2023), instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial, responsável pela criação da Política nacional de cuidados. Formado por diferentes entidades incluindo o Ministério das Mulheres, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, família e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Igualdade Racial e o Ministério dos povos indígenas, o GTI apresenta uma preocupação em garantir o bem-estar e a equidade para grupos historicamente marginalizados e em situação de vulnerabilidade, buscando assim promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Nessa linha, a Política Nacional de Cuidados visa tratar dos

[...] direitos das pessoas que necessitam de cuidados e das que cuidam, com especial atenção às desigualdades de gênero, raça, etnia e territoriais, além de promover as mudanças necessárias para uma divisão mais igualitária do trabalho de cuidados (Brasil, 2023, s/p.).

Historicamente, o trabalho de cuidado encontra-se vinculado ao gênero sendo às mulheres legada a responsabilidade por sua manutenção. Cuidado esse que abrange diferentes situações, seja no trabalho reprodutivo, nas tarefas domésticas, nas atividades relacionadas à saúde e outras que necessitam de assistência. Essa associação provém de uma herança cultural ultrapassada, em que as mulheres foram associadas aos papéis de dona de casa, de cuidadoras e de responsáveis pelo bem-estar dos outros membros da família, o que resulta no desempenho não remunerado dessas funções.

Neste sentido, é imprescindível a inclusão e o reconhecimento do papel fundamental das mulheres na construção e efetivação da política nacional de cuidados. Conforme destacado pelo Centro Feminino de Estudos e Assessoria:

[...] uma política nacional de cuidados tem de reconhecer o relevante papel das mulheres na garantia dos cuidados e sustentação da vida, para então enfrentar as desigualdades que as afetam, em decorrência da divisão sexual e racial do trabalho e da superexploração de todo o seu labor na esfera da reprodução social, resultante de relações patriarcais, racistas e capitalistas que estruturam a nossa sociedade (CFEMEA, 2023, s.p.).

Antecedendo a Política Nacional de Cuidados, e como material da nossa análise, há o ODS 5.4 que se propõe a “reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social” (ONU, 2015). Tanto a política quanto o ODS encontram-se comprometidos a estabelecer estratégias para lidar com a questão do cuidado, em especial no tocante ao trabalho não remunerado.

Para destacar essa associação entre o trabalho de cuidado e o gênero feminino, observamos os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2019. Os números apresentados fornecem evidências sobre o quantitativo de horas dedicadas por pessoas acima de 14 anos de idade para o trabalho de cuidado (afazeres domésticos e cuidados com pessoas). A diferença entre os gêneros é o grande destaque: os homens, de 14 a 60 anos ou mais dedicam em média 5,3 horas diárias para este trabalho, enquanto as mulheres dedicam metade do seu dia – 11,8 horas – ao trabalho de cuidado. No entanto, se observarmos com atenção, entre 30 e 60 anos as mulheres dedicam mais de 13 horas por dia ao trabalho de cuidado, enquanto há pouca variação entre horas gastas com trabalho de cuidado nas diferentes faixas etárias masculinas.

É notável que a proporção de mulheres dedicadas ao trabalho de cuidado é sempre maior em comparação com os homens em quase todas as faixas etárias. Quando utilizamos o marcador racial, esse número é protagonizado pelas mulheres negras. Isso nos leva a abordar o conceito de *interseção das desigualdades de gênero* elaborado pela professora e ativista Kimberlé Crenshaw. Esse conceito se fundamenta no fato de que “[...] a discriminação racial e de gênero operam juntas limitando assim as chances de sucessos das mulheres negras” (Crenshaw, 2004, p.8). A interseção entre a discriminação de gênero e de raça é evidenciada na política de cuidados e trabalho não remunerado, na qual mulheres racializadas pertencentes a minorias sociais enfrentam uma dupla desvantagem, sendo assim as mais afetadas. Desta forma, a autora nos relata que “A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (Crenshaw, 2004, p.10). Sua abordagem do trabalho não remunerado nos remete a fatos históricos, associados principalmente ao capitalismo e as estruturas patriarcais. Nessa perspectiva:

[...] as análises críticas feministas sobre o tema do cuidado abrangem tanto a compreensão do processo político-histórico de construção de nossas sociedades patriarcais, racistas e colonizadas, quanto o processo econômico de dominação e exploração do trabalho das mulheres no

capitalismo, o usufruto do trabalho das mulheres pelos homens (como grupo) e a construção de um sistema de gênero que se articula no processo de crise histórica, ambiental e social neste século XXI (CFEMEA,2023).

Uma das falhas na análise de Marx, passível de crítica pela autora Federici (2017), concerne à análise do processo de acumulação de capital e da ascensão do sistema capitalista exclusivamente do ponto de vista operário, esquecendo assim a função das mulheres nesse processo. De acordo com a autora, em sua obra

Marx analisou a acumulação primitiva quase exclusivamente partindo do ponto de vista do proletariado industrial assalariado [não encontrando em seu trabalho] nenhuma menção às profundas transformações que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres” (Federici, 2017, p.111-112, inserção nossa).

Federici (2017) argumenta que as mulheres foram fundamentais no desenvolvimento do capitalismo desde seus estágios iniciais e que suas atividades desempenharam um papel crítico na construção do novo sistema de produção. Em outros termos, as mulheres tiveram um papel essencial na acumulação primitiva de capital ao reproduzir a força de trabalho e ao fornecer mão-de-obra para a expansão do sistema capitalista.

A autora destaca a divisão de gênero e dá ênfase às funções não remuneradas desempenhadas pelas mulheres na reprodução da mão de obra e nas tarefas domésticas que, durante o processo de acumulação do capital, permaneceram ocultas e desvalorizadas sendo consideradas um trabalho naturalmente feminino:

[...] a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificada como uma vocação natural e sendo designada com ‘trabalho de mulheres’. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio (Federici, 2017, p.132).

Até este momento do artigo apresentamos dados sobre o papel do cuidado, sistematizando argumentos sobre o histórico do trabalho não remunerado, a sua relação com o capitalismo e quais são as populações mais afetadas. Uma vez apresentados esses fatos históricos, retomamos a análise da proposta da meta 5.4 do ODS 5.

De acordo com nossa perspectiva, baseada nos argumentos apresentados ao longo desta seção do texto, a proposta de *reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado* (ONU, 2015) descrita na meta 5.4 é também frágil. Compreendemos que o principal problema se encontra na estrutura da organização social pela qual permeiam as desigualdades, isto é, as agravadas diferenças baseadas em gênero

que se manifestam nas diversas intersecções e em um sistema vertical comandado pelo capitalismo. Sistema esse que, ao maximizar o lucro e a exploração dos recursos, também contribuiu para a desvalorização do trabalho feminino nas atividades essenciais para a sustentação da sociedade e do próprio sistema econômico.

A questão abordada por Federici (2017) em relação à disparidade salarial que existia durante os períodos de ascensão do capital e que continua a ser notável na sociedade contemporânea, é um exemplo dessa problemática. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE, ainda em 2023, as mulheres ganham 21% menos que homens. Muitas as vezes com salários inferiores, o direcionamento das mulheres para subempregos ou funções historicamente associadas ao feminino deixa evidente o problema da desigualdade de gênero. Nessa continuidade, nota-se que a “[...]a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais” (ONU,2015) não é suficiente para a promoção da igualdade de gênero enquanto houver problemas estruturais e culturais historicamente consolidados, baseados em interesses políticos ou econômicos.

### **3. A proposta de empoderamento no ODS 5 e suas possibilidades na sociedade capitalista**

Além da violência de gênero e do trabalho não remunerado o ODS 5 apresenta uma proposta de empoderamento feminino em seu item 5.5 “Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” (ONU,2015). A partir da análise inicial, pelo processo da Leitura Imanente, entendemos que esse item merece um estudo mais profundo. Dependendo da perspectiva de análise, o empoderamento pode se apresentar como outra forma de opressão dentro do gênero, a partir do qual se beneficiam apenas as mulheres em posição de privilégio social. Nesta perspectiva, consideramos essencial analisar detalhadamente esse item, levando em conta as diferentes formas de opressões, discriminações e intersecções que podem se relacionar com essa proposta.

O empoderamento das mulheres é uma meta crucial no ODS 5, no entanto é indispensável questionar se as estratégias propostas realmente conseguem afetar as complexas barreiras que as mulheres enfrentam. Um dos pontos críticos está relacionado à cooptação da noção de empoderamento pelo neoliberalismo, ideologia que coloca a ênfase no individualismo, enquanto deixa em segundo plano as desigualdades que as mulheres enfrentam em sociedades ao redor do mundo (Silva, 2021). Essa abordagem

neoliberal do empoderamento muitas vezes deixa de considerar as questões sistêmicas que contribuem para a subordinação das mulheres (Silva, 2021).

Além disso, a colaboração entre organizações internacionais e instituições financeiras muitas vezes ocorre em um contexto de políticas econômicas neoliberais que desconsideram as raízes profundas da desigualdade de gênero. Isso levanta a preocupação de que, em vez de promover uma mudança sistêmica, essas parcerias podem, em última análise, servir aos interesses do capitalismo, permitindo que as instituições financeiras se beneficiem da imagem de apoio ao empoderamento feminino, sem abordar as questões estruturais. Nessa perspectiva, o uso do empoderamento feminino pelas organizações financeiras é uma tendência atual ou, nas palavras de Silva (2021, p.93), é a “[...] carta da vez” para resolver o problema da desigualdade de gênero e da pobreza dos países periféricos.

Considerando essa linha analítica, é interessante trazer à tona as interseções que agravam a política do empoderamento. Podemos destacar, por exemplo, a exclusão de mulheres (majoritariamente negras, periféricas, mães solo) que não têm acesso aos recursos e oportunidades necessárias para alcançar o empoderamento. Isso cria um cenário no qual mulheres privilegiadas têm mais chances de se beneficiar das estratégias de empoderamento, enquanto aquelas em situações mais desfavoráveis podem permanecer à margem, perpetuando as disparidades existentes entre diferentes grupos de mulheres (Silva, 2021).

Audre Lorde (2019) destaca a importância de reconhecer e valorizar as diferenças entre as mulheres, incluindo aquelas relacionadas à raça, sexualidade, classe e idade. A autora tece uma crítica sobre a falta ou escassez de representação e discussão das experiências das mulheres negras, lésbicas e do Terceiro Mundo em conferências acadêmicas e questiona por que mulheres como ela são frequentemente procuradas apenas como "consultoras" em vez de participantes ativas. Neste contexto, reconhece as mulheres como um grupo não homogêneo, cujos desafios variam de maneira desigual de acordo com sua posição social, etnia etc. Enquanto integrantes de grupos minoritários, são muitas vezes convidadas para apresentarem suas perspectivas, mas não são verdadeiramente incluídas nas conversas e decisões que afetam suas próprias comunidades e vidas.

Tendo em conta essas situações, entendemos que o empoderamento pode se desenvolver como uma forma de opressão, para a qual a abordagem proposta pela ODS

5.5 pode vir a contribuir, uma vez que, em diversas situações, essas tentativas de “[...] oportunidades de lideranças” (ONU,2015) tendem a beneficiar apenas certos

grupos ou indivíduos, como mulheres brancas, de classe média, cisgênero, heterossexuais etc. Trata-se de mulheres que, ao conseguirem acesso a cargos de liderança, utilizam o trabalho reprodutivo – principalmente o trabalho de cuidado – de outras mulheres, principalmente das mulheres negras e pobres, como já indicado anteriormente.

No mesmo sentido, a proposta de empoderamento para países do Terceiro Mundo – quando não considera os problemas estruturais – acaba tropeçando nos “[...] programas de ajuste estrutural, onde o Estado cortou completamente os gastos em saúde, educação, infraestrutura e necessidades básicas” (Federici, 2019, p.226). Em outras palavras, nos países onde as mulheres mais precisam que o Estado exerça seu papel no âmbito da Reprodução Social, para que possam se dedicar ao trabalho fora do lar, é onde o Estado mais falta. Federici segue sua análise afirmando que:

Como consequência desses cortes, na maior parte da África e da América do Sul, as mulheres agora gastam mais tempo buscando água e preparando alimentos, além de terem que lidar com doenças que são muito mais frequentes no momento em que a privatização dos cuidados de saúde tornou inacessíveis as visitas às clínicas para a maioria, enquanto a desnutrição e a destruição ambiental aumentam a vulnerabilidade das pessoas diante das doenças (Federici, 2019, p. 226).

Na mesma obra, a filósofa ítalo-americana tece fortes críticas aos procedimentos promovidos pela ONU em relação às mulheres, argumentando que este organismo colonizou o movimento feminista. Este artigo, escrito no ano 2000, ainda é atual, infelizmente. Federici (2019, p.240) atenta ao fato de que a existência de linhas liberais no movimento feminista, “[...] que equiparavam a libertação da mulher à igualdade de direitos e à ‘igualdade de oportunidades’”, permite essa intersecção, entre o movimento feminista e a agenda neoliberal.

Um dos artefatos utilizados pela ONU para o empoderamento e a libertação das mulheres é a liberação de crédito. A autora aponta para o fato de que o endividamento das mulheres e das populações do campo se deve à falsa promessa da solução para a pobreza a partir do empreendimento (Federici, 2019).

Assim como a Plataforma de Pequim, analisada por Federici (2019), o ODS 5 fala sobre o combate à violência, mas, novamente, atrela tal violência ao âmbito individual, sem apresentar propostas às violências institucionais. Isto posto, questionamos: seria o empoderamento resposta suficiente para os problemas de violências?

O empoderamento feminino é frequentemente mencionado como uma possível

solução para combater a violência contra as mulheres. No entanto, como destacamos anteriormente, há críticas significativas em relação à concepção de empoderamento e suas implicações dentro do contexto neoliberal. Algumas dessas críticas ressaltam que o empoderamento pode inadvertidamente culpar as mulheres pelas violências que sofrem, em vez de responsabilizar os agressores. Adicionalmente, o empoderamento muitas vezes é encarado como uma abordagem individualista para um problema profundamente enraizado na estrutura social, falhando em abordar as raízes sistêmicas da violência contra as mulheres (Silva, 2021).

De tal modo, a violência emerge, sob a perspectiva restrita, como se fosse um ‘evento’ um mero acontecimento do cotidiano da vida das mulheres, a ser resolvido punindo o agressor, sem investir em políticas que fomentem a desconstrução do patriarcado e do machismo. Ou, ainda, centraliza-se o combate à violência pela via do empoderamento das mulheres e do vínculo de sororidade. Essas ações são importantes (empoderar e fortalecer a identidade coletiva das mulheres) mas a violência, estrutural e estruturante do capitalismo, demanda o fortalecimento de práticas que coloquem em xeque a manutenção dessa sociedade. A opressão que vivemos por sermos mulheres não será findada enquanto o capitalismo, que dela se utiliza, se mantiver. (Silva, 2021, p.132-133)

É crucial salientar que o empoderamento feminino não deve ser encarado como a solução para o problema da violência contra as mulheres, mas sim como uma das estratégias possíveis em um esforço mais amplo para enfrentar essa questão complexa e multifacetada que se encontra nas raízes estruturais capitalistas (Aguiar *et. al*, 2016). Como apresentado pela autora:

Superar as condições de desigualdade entre classes, sexos e raça/etnia alimentadas e sustentadas pelo modelo capitalista de produção e reprodução social aponta a necessidade de ultrapassar as iniciativas voltadas à superação individual dessa problemática (Silva, 2021 p.132-133)

Assim, a partir de nossas argumentações percebe-se que a proposta de empoderamento feminino ultrapassa as questões individuais e que não se resume apenas na promoção de liderança, uma vez que o maior problema se encontra na própria estrutura social do capitalismo patriarcal, a qual tende a ignorar as diferentes formas de opressões.

### **Considerações finais**

Ao longo dos tópicos deste artigo, exploramos os fundamentos históricos da violência de gênero e o histórico do trabalho não remunerado das mulheres, mostrando que no decorrer da história esses aspectos encontravam-se conectados, afetando as mulheres nas diferentes sociedades. Os objetivos estabelecidos para este artigo foram: i. Analisar historicamente os fundamentos da violência, desenvolvido no primeiro capítulo;

ii. Analisar historicamente os fundamentos do trabalho não remunerado, trabalhado no segundo capítulo; iii. Analisar criticamente a proposta de empoderamento descrita no ODS 5, desenvolvido no último tópico deste artigo.

A proposta de trazer a análise do ODS 5, que se propõe a "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas"(ONU,2015), preocupava-se em mostrar que, embora essa meta tenha intenções positivas, o contexto de sua criação e a forma de funcionamento do sistema capitalista não a favorecem, deixando assim várias lacunas. Como apresentamos, a relação entre a violência de gênero e o trabalho não remunerado das mulheres com o capitalismo é historicamente fundamentada, sendo uma relação conturbada e complexa que requer análises em múltiplas dimensões.

Nessa direção, argumentamos que o sistema capitalista em sua evolução histórica, teve um papel fundamental na perpetuação das desigualdades de gênero e em práticas discriminatórias contra as mulheres, enfatizando a divisão sexual do trabalho, submetendo as mulheres a subordinações e a dependências. Desse modo, quando analisamos a abordagem do ODS 5.2, que se compromete a “Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos” (ONU, 2015), constatou-se a sua insuficiência para resolver as questões relacionadas à violência de gênero devido à complexidade desses problemas. Assim, percebemos que ainda existe um déficit de ações concretas e medidas efetivas para combater as causas fundamentais que se encontram associadas à violência de gênero. Igualmente quando fizemos a análise do item 5.4 do ODS 5, constatamos que sua eficácia é questionável, pelos mesmos motivos abordados no item anterior.

Compreender a interconexão entre o histórico da violência de gênero e do trabalho não remunerado é essencial para reconhecermos as origens das desigualdades enfrentadas pelas mulheres no decorrer da história. Essa reflexão nos permitirá identificar formas mais eficazes para transformar essa realidade, buscando a equidade de gênero e o reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres, seja ele dentro ou fora do âmbito doméstico.

Além da violência de gênero e do trabalho não remunerado, o ODS 5 elabora uma proposta de empoderamento feminino no item 5.5: "Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública" (ONU,2015). Nessa análise, argumentamos que a proposta de empoderamento pode tornar-se outra forma de opressão

entre as mulheres, na medida em que beneficia apenas aquelas em posição de privilégio social. Desta forma, para eliminar essas desigualdades seria necessário superar os problemas estruturais oriundos do capital, ou seja, o capital eliminando a si mesmo.

Finalmente, como justificamos na introdução desse artigo, essa pesquisa foi desenvolvida no âmbito da Educação Ambiental, no sentido de promover o desenvolvimento e a atualização de seus fundamentos. Nessa direção, ressaltamos que os resultados aqui obtidos podem ser considerados de relevância à Educação Ambiental na medida em que podem mostrar o aprofundamento da crítica a partir de uma análise que interconecta as questões de gênero e a Reprodução Social. Além disso, análises sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, possuintes de uma linha educativa própria que é reiteradamente associada à Educação Ambiental, é de grande interesse, pois mostra que, em uma perspectiva crítica, existem mais distanciamentos do que aproximações.

É essencial que os fundamentos da Educação Ambiental que se propõe crítica sejam construídos a partir de problemas concretos da vida cotidiana de todas as pessoas, sem que um ideal de ser humano universal dê a tônica de todas as análises. Nesse sentido, destacamos a necessidade de que pesquisadoras e pesquisadores da área da Educação Ambiental se aventurem no estudo das políticas nacionais e internacionais, no sentido de buscar não apenas desenvolver a área, mas ajudar na construção de políticas que atendam as reais necessidades humanas.

## Referências

ARRUZZA, C. BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

AGUIAR, Gracielle Almeida de; ROSO, Patrícia Lucion. Empoderamento de Mulheres Vítimas de Violência Através do Serviço de Acolhimento Psicológico: **Caminhos Possíveis**, 2016.

BRASIL, 2023. **Decreto nº 11.460, de 30 de março de 2023**. Diário Oficial da União, Seção 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11460.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11460.htm)

BRASIL, 2023. **Decreto institui a criação de grupo de trabalho para elaborar a Política Nacional de Cuidados**, 2023. Disponível em: [Decreto institui a criação de grupo de trabalho para elaborar a Política Nacional de Cuidados — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/desenvolvimento/assuntos/sociedade/decretos/2023/03/20230303-decreto-institui-a-criacao-de-grupo-de-trabalho-para-elaborar-a-politica-nacional-de-cuidados)

BRASIL, Instituto de Economia Aplicada. **Objetivos para Desenvolvimento Sustentável (ODS 5)**. Disponível em: [ODS 5 - Igualdade de Gênero - Ipea - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável](https://www.ipea.gov.br/pt-br/publicacoes/objetivos-para-desenvolvimento-sustentavel)

BUENO, S., MARTINS, J., BRANDÃO, J., SOBRAL, I., LAGRECA, A. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil** - 4ª edição. Ilustrações por L. Oliveira. Diagramação por Oficina 22, 2023.

CENTRO FEMININO DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **Caminhos para uma política pública do Cuidado**, 2023.

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero** In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem. 2004. Disponível em: [www.unifem.org.br/sites/1000/1070/00000011.pdf \(usp.br\)](http://www.unifem.org.br/sites/1000/1070/00000011.pdf)

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de segurança pública**, 2022. Disponível em: [Anuário 16 - Fórum Brasileiro de Segurança Pública \(forumseguranca.org.br\)](https://forumseguranca.org.br/anuario)

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, Instituto Datafolha. **Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**, edição 4, 2023. Só mulheres, População de mulheres brasileiras (16 anos ou mais) - PNAD 2021 / Estimativa 2022

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Quem somos**, 2022. Disponível em: [Quem Somos - Fórum Brasileiro de Segurança Pública \(forumseguranca.org.br\)](https://forumseguranca.org.br/quem-somos)

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Metodologia**, 2022 Disponível em: [FBSP \(forumseguranca.org.br\)](https://forumseguranca.org.br/metodologia)

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa** – mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução** – trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

LESSA, Sérgio. **O revolucionário e o estudo** – por quê não estudamos? São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LORDE, A.. **Irmã Outsider: Ensaio e conferências**, 2019. 1ª edição. Autêntica.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política** – Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Tradução Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em: [Início | Desenvolvimento sustentável \(un.org\)](https://un.org/pt-br/pt/transformando-nosso-mundo)

SILVA, Débora Elita de Sousa. **Crítica à concepção de empoderamento e as implicações nas lutas feministas no contexto neoliberal** / Débora Elita de Sousa Silva. - 2021. 170f.

SISTEMA DE IBGE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA (SIDRA). **Proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade**, (2019). Disponível em: [Tabela 6728: Indicador 5.4.1 - Proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade \(ibge.gov.br\)](https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6728)

## **6- Artigo IV**

### **Apresentação do artigo**

O quarto artigo dessa dissertação entra como uma resposta crítica as propostas de desenvolvimento sustentável promovidas pelo sistema capitalista, abordando especificamente as questões de desigualdades. Enquanto os artigos anteriores analisaram a questão a partir da teoria da Reprodução Social marxista, este artigo além de trazer as questões de desigualdade, ajuste estruturais, expande a abordagem ao integrar a teoria da dependência. Essa perspectiva teórica fornece uma base sólida para uma crítica aprofundada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no contexto das relações desiguais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A teoria de dependência, desenvolvida por autores latino-americanos, argumenta que a desigualdade global e a subordinação econômica dos países em desenvolvimento são mantidas por meio de relações estruturais que favorecem as economias centrais. Ao adotar essa teoria esse artigo mostra que a Educação Ambiental pode olhar criticamente para os ODS, destacando como muitos desses Objetivos, embora bem-intencionados, acabam reforçando as estruturas de dependência e subordinação, fatores esses que perpetuam as desigualdades, em vez de promover uma verdadeira transformação social e econômica.

Dessa forma a Educação Ambiental, ao se basear não só na teoria da reprodução social, mas também na teoria da dependência, pode oferecer uma visão mais abrangente e crítica. Essa abordagem permite que haja uma melhor compressão entre as interconexões que existem entre as questões ambientais e as desigualdades econômicas, sociais globais, promovendo uma educação que ultrapassa as questões de conscientização ambiental, mas que envolve as questões de justiça social.

## **AS DESIGUALDADES, O AJUSTE ESTRUTURAL E A DEPENDÊNCIA**

**Resumo:** Este artigo tem como foco a abordagem das desigualdades globais e as políticas propostas para enfrentá-las com uma análise por meio dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) em especial os ODS 10.1, 10.4 E 10.6. Inicialmente são apresentados índices que caracterizam a desigualdade de renda, deixando evidente como os lucros das grandes empresas agravam as desigualdades, conforme abordado pela Oxfam Internacional. Em seguida, analisamos o impacto das Políticas de Ajustes Estruturais, exemplificadas pela Emenda Constitucional nº 95 de 2016 no Brasil que impõem um teto de gastos públicos e gerando cortes nos serviços públicos essenciais como a educação e a saúde. Por fim, analisamos a relação de dependência entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos influenciadas pelas organizações financeiras internacionais.

**Palavras-chaves:** Desigualdades; Dependência; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Política.

## **Introdução**

No cenário global contemporâneo, a questões relacionadas as desigualdades têm destacado como um dos maiores desafios enfrentados pela comunidade internacional. Apesar dos grandes avanços tecnológicos, e o crescimento económico acelerado em várias regiões, a concentração desigual de riquezas e as disparidades sociais continuam alarmantes.

A origem dessas desigualdades está profundamente enraizada em fatores históricos, culturais, estruturais e sistemáticos que perpetuam a concentração de riquezas e poder nas mãos de poucos, enquanto grande parte da população permanece marginalizadas (Marx, 2013). Essas desigualdades se manifestam de diversas formas, desde a distribuição desigual de renda e riquezas, até o acesso limitado a serviços essenciais como a saúde, educação e saneamento assim como, nas relações de poder em que determinados grupos sociais, países, gêneros tem mais oportunidades e recursos do que outros, influenciando assim, o cenário político global (Salata, et al., 2024).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU (2015) representam um compromisso internacional para abordar essas disparidades, com destaque para o ODS 10, que visa “reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles” (ONU, 2015, p.29). Com base nessa meta analisamos os objetivos específicos 10.1 que visa até 2030, “[...] alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a renda média nacional” (ONU, 2015, p.29), o objetivo, 10.4 que visa “adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade (ONU,2015)” e por fim o objetivo 10.6 visa “assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítima” (ONU, 2015).

Com base nesses instrumentos de análise definimos os seguintes objetivos específicos pela qual encontraram-se guiando a nossa pesquisa: (i) Apresentar índice e caracterizar a desigualdade e as propostas de crescimento (ODS 10.1); (ii) Compreender as políticas de Ajuste Estrutural e seus impactos sobre as políticas públicas; (iii) Analisar a proposta de redução de desigualdades na relação com a política. Desta forma, nosso artigo encontra-se dividido em três seções cada uma dedicada a abordar um dos objetivos específicos mencionados.

No primeiro capítulo abordamos o ODS 10.1 que se concentra na desigualdade de renda, pela qual desenvolvemos o primeiro objetivo. Com base em dados recentes apresentados pela Oxfam Internacional (2024) mostramos a realidade preocupante de concentração de riquezas nas mãos de poucos intensificadas pelo poder econômico das megaempresas e corporações. Além disso, exploramos a influência histórica da acumulação primitiva e das políticas neoliberais na perpetuação das desigualdades (Marx, 2013). Por fim expandimos a análise, as questões de gênero e raça demonstrando como essas interconexões aprofundam ainda mais as disparidades socioeconômicas (Oxfam, 2024).

A partir do ODS 10.4 o segundo capítulo é dedicado a desenvolver o segundo objetivo da pesquisa: Compreender as políticas de Ajuste Estrutural e seus impactos sobre as políticas públicas. Nessa seção exploramos as políticas de Ajuste Estrutural, e as suas implicações para as políticas públicas e impactos sobre as desigualdades sociais. São políticas que embora defendidas como necessárias para estabilizar economias e atrair investimentos, carregam grandes críticas por aumentar as desigualdades. Apresentados exemplos históricos de ajustes estruturais em várias regiões, incluindo o Brasil com a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, (Federici, 2019; Brasil, 2016) destacando como essas políticas frequentemente aumentam as desigualdades e perpetuam a marginalização das populações vulnerabilizadas.

Por fim no terceiro capítulo, analisamos a relação da Teoria da Dependência e a proposta de redução das desigualdades, alinhando-se ao terceiro objetivo do estudo. A Teoria da Dependência, oferece uma perspectiva crítica sobre a desigualdade global principalmente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Neste capítulo analisamos como a dependência econômica e a influência desproporcional dos países centrais e do capital financeiro internacional perpetuam as desigualdades globais, em contraste com o ODS 10.6. Desta forma o capítulo critica o ODS 10.6 que busca garantir uma maior representação dos países em desenvolvimento nas decisões econômicas globais sugerindo que as atuais práticas e políticas internacionais muitas vezes reforçam, em vez de reduzir as desigualdades.

Para desenvolver os tópicos e atingir os objetivos, o artigo adota a metodologia da abordagem com a técnica de leitura imanente proposta por Lessa (2014), permitindo uma análise detalhada e contextualizada dos temas abordados.

## **1. Desigualdade de renda e os desafios estruturais**

No contexto atual as desigualdades nas diferentes dimensões representam um dos principais desafios a serem enfrentados pela comunidade global. Como vem sendo discutido ao longo do texto, os objetivos para Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU, apresentam um compromisso para enfrentar diversos desafios globais, entre elas as desigualdades.

Dentro desse contexto destacamos o ODS 10 que objetiva a “reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles” em particular a meta 10.1 que visa até 2030, de forma progressiva “[...] alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a renda média nacional” (ONU, 2015, p.29). Nesse tópico nosso objetivo consiste em analisar o ODS 10.1, concentrando-nos na apresentação de índices e na caracterização da desigualdade, bem como na análise de propostas de crescimento associadas a essa meta. Considerando que a meta 10.1 encontra-se relacionada à renda, nossos índices de concentração estão focados especificamente na desigualdade de renda.

Para entender melhor a origem e a perpetuação desse desafio, recorreremos aos dados publicados pela Oxfam Internacional em janeiro de 2024 no documento intitulado “Desigualdade S.A- Como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública”, desenvolvido com a intenção de “[...] informar o debate público sobre questões de desenvolvimento, desigualdades e políticas humanitárias “(Oxfam, 2024, p.3). A Oxfam é uma” [...] confederação internacional composta por 21 organizações, reconhecida por seu trabalho dedicado a promoção da justiça social e a redução das desigualdades em todo o mundo” (Oxfam, 2024, p.72).

O relatório revela que os lucros das megaoperações beneficiam desproporcionalmente acionistas e proprietários, agravando a desigualdade econômica. Essas empresas controlam grande parte do mercado, influenciando preços e políticas públicas em busca por lucros, muitas vezes às custas dos trabalhadores. Isso se reflete em práticas exploratórias como salários baixos, condições de trabalhos precárias que afetam principalmente trabalhadores de setores menos remunerados (Oxfam, 2024).

De acordo com o relatório “[...]desde 2020 os cinco homens mais ricos do mundo viram suas fortunas mais que duplicar, enquanto quase cinco milhões de pessoas viram

seus patrimônios diminuam” (Oxfam, 2024, p.9), os analistas vão mais a fundo e nos revelam que “se cada um dos cinco homens mais ricos do mundo gastasse um milhão de dólares por dia, eles levariam 476 anos para gastar toda a sua fortuna combinada”. Em relação aos ativos financeiros nos fala que 0,1% mais rico do mundo tem 43% de todos os ativos financeiros globais. Esses dados revelam uma disparidade gritante na distribuição de riqueza global. Enquanto alguns veem as suas fortunas aumentarem outros diminuem, ou seja, há a concentração de riqueza nas mãos de poucos indivíduos, isso nos leva a pensar sobre a distribuição desigual de riquezas e recursos e a necessidade imediata de abordar esses problemas estruturais através de políticas e medidas que promovam uma distribuição justa das riquezas.

Torna-se inviável analisar as desigualdades a partir destes dados sem estabelecer as relações históricas, principalmente no processo de acumulação primitiva (Marx, 2013). Esse conceito refere-se ao processo histórico pela qual recursos e riquezas são concentrados nas mãos de poucos por meio da exploração e expropriação dos recursos naturais, do trabalho humano e das comunidades. Esse processo criou e perpetuou as desigualdades de renda, já que os benefícios da produção foram desproporcionalmente direcionados para os detentores do capital em detrimento dos trabalhadores (Marx, 2013). Essa concentração de riquezas nas mãos de uma minoria dificultou o acesso dos mais pobres a recursos e oportunidades, perpetuando assim o ciclo da pobreza.

Além disso, as questões de gênero desempenham um papel significativo nesse contexto. As mulheres frequentemente enfrentam barreiras estruturais, o que as coloca em maior risco de pobreza e fome. Seja a divisão desigual do trabalho, nos trabalhos de cuidados, nas responsabilidades familiares, que aprofundam a desigualdade de gênero, limitando assim as oportunidades econômicas das mulheres e contribuindo para dependência financeira <sup>7</sup>. De acordo com o documento “[...] em termos globais os homens possuem 105 trilhões de dólares em patrimônios a mais do que as mulheres” (Oxfam, 2024, p.9). Como exemplo “levaria 1200 anos para uma trabalhadora do setor da saúde ganhar o que um CEO de uma das 100 maiores empresas da lista da Fortune ganha em média por ano” (Oxfam, 2024, p.9). Com isso deixa evidente a grande disparidade econômica entre homens e mulheres, explicitando as desigualdades estruturais e de

---

<sup>7</sup> Ver no artigo 3- “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a ideia de empoderamento das mulheres: Notas críticas aos Fundamentos da Educação Ambiental”

gênero que se enraízam na sociedade. Como aprofundamos no artigo “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a ideia de empoderamento das mulheres: Notas críticas aos Fundamentos da Educação Ambiental” as mulheres enfrentam uma série de obstáculos estruturais que as colocam em desvantagem financeira em comparação com os homens. A questão salarial é um dos principais pontos, refletindo na desigualdade de renda e no aumento da dependência econômica. Assim, com essas informações percebe-se as consequências diretas, da influência das desigualdades sistemáticas e estruturais que perpetuam a desigualdade de gênero principalmente no âmbito econômico, colocando as mulheres em maior risco de pobreza.

Juntamente com as questões de gênero, o documento nos apresenta dados em relação a raça. De acordo com o relatório nos “Estados Unidos, o patrimônio de uma família negra comum equivale a apenas 15,5% ao de uma família branca comum. No Brasil, em média, o rendimento dos brancos é mais de 70% superior à renda de pessoas negras” (Oxfam, 2024, p.9). Com esses dados fica notável as disparidades financeiras que não existem apenas entre homens e mulheres, mas também entre diferentes grupos raciais, deixando evidente a interseccionalidade das desigualdades, mostrando como as questões de gênero e raça se encontram relacionadas entre si, refletindo no desequilíbrio de renda.

De forma particular no Brasil a meta 10.1 propõe até 2030, de forma progressiva “[...] alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a renda média dos 10% mais ricos” (ONU, 2015, p.29). Usando dados da edição nº 15 do “Boletim Desigualdades nas metrópoles”, (2024) referente ao 4º semestre de 2023, percebe-se uma realidade preocupante e grande disparidade de rendas. O Boletim tem como meta “[...] produzir um conjunto de informações relevantes acerca das desigualdades de rendimentos no interior das regiões metropolitanas do país” (Salata, et al., 2024, p.7).

De acordo com o relatório, “[...] a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, atingiu 32,8 no 4 semestre de 2023. Ou seja, os 10% mais ricos ganhavam em média 32,8 vezes mais que os 40% mais pobres”<sup>8</sup> (Salata, et al., 2024, p.3). Essa diferença de renda é um indicador claro da desigualdade econômica e social que ocorre no cenário nacional, e o fato de ter aumentado ao longo dos anos mostra-nos que as políticas e

---

<sup>8</sup> [...] Os 40% mais pobres alcançaram rendimento médio per capita no valor de R\$269,54. Para os outros estratos, os valores do rendimento médio alcançados foram R\$1.669,70, 50% intermediários, R\$ 8. 821,19 para os 10% mais ricos (Salata, et al., 2024, p.7).

medidas implementadas até o momento não são suficientes para alcançar os resultados esperados. Comparando com os mesmos períodos dos anos anteriores, verificou-se leves aumentos de rendas <sup>9</sup>, contudo a tendência geral é de agravamento das desigualdades, trazendo consequências diretas nas questões estruturais, como acesso à educação, saúde, saneamento básico, qualidade de vida entre outras.

Todos esses índices apresentados neste capítulo, deixam evidente a incompatibilidade entre a proposta de crescimento do Objetivo 10.1 e a realidade socioeconômica. Esses dados reforçam a nossa convicção sobre a necessidade de abordar questões sistemáticas que perpetuam a desigualdade, revelando falhas estruturais e chamando atenção para a necessidade urgente de reformulação das políticas públicas para lidar com as desigualdades.

## **2. Políticas de Ajuste Estrutural: Impactos sobre as políticas públicas e Desigualdades Sociais**

No cenário econômico mundial as políticas de ajustes estrutural, vem sendo assunto de debates, críticas, questionamentos, devido às políticas de implementação. Com papel importante no papel na determinação dos caminhos econômicos e sociais dos países, são frequentemente discutidos principalmente devido às suas influências nas políticas públicas e na vida dos grupos sociais vulnerabilizados. Determinado por organizações internacionais, sob a autonomia de Governos, Estados, requerem uma série de medidas para reequilibrar as contas públicas, pela qual podemos destacar, a redução de gastos públicos através da determinação de “teto de gasto”, privatização de setores, liberação de mercados, entre outros (Banco Mundial, 2017). Sendo assim neste capítulo temos como objetivo, compreender as políticas de Ajuste Estrutural e seus impactos sobre as políticas públicas.

Conforme estabelecido pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10.4 da ONU, é fundamental “adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade (ONU,2015)”. Para alcançar essa meta é fundamental analisar as políticas de ajustes estrutural, que muitas das vezes envolvem

---

<sup>9</sup> Informação disponível no “Boletim Desigualdades das Metrôpoles” por meio de gráficos comparativos p. 24

reformas econômicas radicais destinadas a estabilizar as economias, que por vezes tem impactos significativos na população. Defensores políticos, economistas argumentam a necessidade desses ajustes para redução de déficits, e atrair investimentos através de privatização de setores, e assim, estabilizar as finanças públicas. Por outro lado, os críticos, entre os quais nos incluímos, defendemos que tais radicalidades nas políticas de ajustes podem resultar no aumento das desigualdades sociais<sup>10</sup>. esta forma, ao considerar as políticas de ajustes, deve considerar não apenas os objetivos econômicos, mas também os efeitos sociais, que essas mudanças impactam em diversos setores, como a saúde, educação, disponibilidade de empregos, no bem-estar geral e a redução das desigualdades sociais em geral.

A Emenda Constitucional nº 95, de 2016, nos exemplifica uma abordagem de ajuste estrutural controversa ao impor um teto rígido aos gastos públicos no Brasil. Sob a Governança de Michel Temer, a Emenda Constitucional nº95, de 2016, instituiu um novo regime fiscal para predominar nos próximos 20 (vinte) anos, estando vigente até 2036 (Brasil, 2016).

Art. 106. Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos arts. 107 a 114 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Brasil, 2016, p.1).

Enquanto defendida como medida para controlar o déficit e atrair investimentos, ela é criticada pela potencialidade de aumentar as desigualdades ao reduzir o financiamento de serviços essenciais como abordamos no parágrafo anterior. Chama atenção o quarto parágrafo do art. 107 que dá atenção às despesas primárias:

4ºAs despesas primárias autorizadas na lei orçamentária anual sujeitas aos limites de que trata este artigo não poderão exceder os valores máximos demonstrados nos termos do § 3º deste artigo. fala sobre isso criticamente” (Brasil, 2016, p.1).

Quando se fala em despesas primárias refere-se

[...] às despesas destinadas à oferta de bens e serviços públicos para a população, a exemplo dos gastos com o pagamento das aposentadorias dos servidores públicos ou do Benefício de Prestação Continuada – BPC a pessoas deficientes ou idosas, o funcionamento de hospitais e escolas públicas etc. No PLOA 2024, as despesas primárias somam

<sup>10</sup> Desenvolvida no capítulo anterior

R\$2,7 trilhões (Brasil,2024, p.15).

As despesas primárias se classificam em obrigatórias e discricionárias. As despesas primárias obrigatórias referem-se aos

[...]gastos determinados pela Constituição Federal, pelas leis aprovadas pelo Congresso Nacional ou pelos contratos firmados pelo Governo Federal. Incluem salários, vencimentos, aposentadorias e pensões de servidores públicos, bem como benefícios sociais concedidos a eles, e os valores que o governo é obrigado a repassar a estados e municípios de acordo com o que está previsto na Constituição” (Brasil,2024, p.15).

Por outro lado, as despesas primárias discricionárias são os

[...] gastos que o Governo Federal pode decidir quando e quanto fazer, sem obrigatoriedade estabelecida em lei ou na Constituição Federal. No processo de elaboração do orçamento, as prioridades governamentais direcionam a alocação das despesas discricionárias após análise minuciosa. Alguns exemplos são os investimentos em infraestrutura, em pesquisas científicas e em programas sociais (Brasil, 2024, p.15).

São essas despesas que se encontram mais suscetíveis a cortes, tendo impacto diretamente os setores os públicos e os programas sociais voltados para grupos específicos da população. Por exemplo, a redução de investimentos em educação pode afetar a qualidade da educação pública, sendo ela a principal fonte de ensino da maioria da população.

De acordo com os dados publicados em março de 2024 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP-2023) referente ao censo escolar 2023, cerca de 80,1 % dos alunos encontram-se matriculados na rede pública de ensino, enquanto cerca de 19,9% frequentam as escolas privadas no Brasil <sup>11</sup>. Segundo a mesma fonte, as escolas municipais são responsáveis pela maior parte da educação básica brasileira concentrando cerca de 49,3 % das matrículas, seguidas pela rede estadual com 30% dessa responsabilidade e a federal com 0,8% (INEP, 2024).

Esses dados nos mostram a importância dos serviços públicos, que não nos mostra apenas a garantia ao acesso à educação para a maioria da população, mas também são responsáveis pela maior parte da infraestrutura educacional<sup>12</sup>. Ou seja, reduzir os

<sup>11</sup>Ao todo, foram registrados 47,3 milhões de estudantes matriculados, distribuídos em 178,5 mil escolas, considerando todas as etapas educacionais” (INEP, 2024).

<sup>12</sup> Atualmente, existem 106.707 escolas municipais, 29.508 escolas estaduais, e 706 escolas federais. Em contraste, o setor privado conta com 41.555 escolas (INEP, 2024).

investimentos na educação pode ampliar as desigualdades educacionais, tendo em conta que as comunidades vulnerabilizadas com poucos recursos financeiros são mais afetadas pela escassez de recursos, perpetuando os ciclos da pobreza. Com essas reduções fica o questionamento também sobre a eficácia do ODS 4 “educação de qualidade” (ONU, 2017).

Um outro meio de ajuste estrutural são reformas comerciais e financeiras baseadas na liberação econômica ou liberação de mercados (Blejer, et al., 1987).

[...]Essas medidas incluem a desregulamentação, a abertura da economia interna a forças externas e a adoção de uma política de desenvolvimento voltada para o exterior. Destinam-se a eliminar distorções na alocação de recursos, aumentar a competitividade e estimular a produtividade para que o país atinja taxas de crescimento mais elevadas e persistentes. Um dos componentes centrais dessas reformas é a reestruturação do setor financeiro mediante o relaxamento de normas regulamentares, a eliminação dos tetos de taxas de juros e a abertura da conta de capital por meio da redução de restrições à mobilidade do capital internacional (Blejer, et al., 1987, p.1).

Silvia Federici, (2019) na obra “O ponto zero da revolução” nos apresenta em contextos históricos exemplos das consequências desses tipos de ajuste. Foi quando o Banco Mundial e o FMI implementaram políticas de liberação econômica nas regiões da África, Ásia e América do Sul. Foram adotadas políticas que incluíram, cortes massivos nos gastos públicos em serviços sociais, desvalorizações cambiais, congelamentos de salários e privatizações de terras, (Federici, 2019) todas com o objetivo de promover uma economia de mercado mais livre.

Contrariando o resultado esperado essas medidas, resultaram em uma série de impactos negativos para as populações locais, contribuindo para um “[...]aumento da pobreza, jamais visto e ainda apagaram a conquista mais importante da luta anticolonial: o compromisso das novas nações independentes de investir na reprodução do proletariado nacional” (Federici, 2019 p. 146). A liberação econômica, resultou na abertura dos mercados domésticos para produtos estrangeiros, gerando uma competição desproporcional, prejudicando ainda mais as indústrias locais:

[...] puseram termo à política de “substituição de importações” que os antigos países coloniais adotaram nos anos 1960 com o objetivo de alcançar uma certa autonomia industrial. Essa manobra desmantelou as indústrias locais, pois a abertura dos mercados domésticos às importações estrangeiras permitiu que empresas transnacionais os inundassem de produtos importados, com os quais as indústrias locais

não podiam competir (Federici, 2019 p. 147-148).

Além disso, houve um grande índice de pessoas migrando para países mais desenvolvidos, em busca de melhores condições de vida. Em outras palavras, o trabalho migratório, o “Terceiro Mundo” como fonte de mão de obra barata.

Dessa forma, ao longo do capítulo tentamos apresentar algumas políticas de ajustes estruturais e mostrar algumas consequências das políticas neoliberais promovidas pelas instituições financeiras internacionais. Assim contata-se que “[...] as políticas de ajuste estrutural são resultados dos atos governamentais, que, por sua vez, caminham na contramão do que é condizente para os serviços públicos” (Silva, et al., 2021, p.1). Demonstramos, a importância dos serviços públicos e como essas medidas contribuem para concentração de riqueza global, aumento das desigualdades, perpetuação da pobreza, ou seja, a marginalização das populações vulnerabilizadas. Nesse contexto, acreditamos que o ODS 10.4 se mostra insuficiente para enfrentar os desafios estruturais que contribuem para as desigualdades globais, especialmente aquelas criadas por políticas neoliberais promovidas pelas instituições financeiras ou como escreve Silva et al., (2021, p.1) “[...]as articulações entre o setor privado e público resultam em políticas de ajustes estruturais que favorecem a economia e os interesses da elite”.

### **3. A Teoria da dependência e a redução de desigualdades**

Historicamente os países em desenvolvimento têm enfrentado grandes desafios no que diz respeito às decisões políticas mundiais. Desta forma encontram-se frequentemente associados a posições de menor influência nessas decisões, tendo como consequência o aumento da vulnerabilidade social, a dependência econômica, contribuindo assim, para o agravamento da desigualdade social (Esteve,1996; Sousa, 2014) <sup>13</sup>. ODS 10.6 visa “assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítima” (ONU, 2015), assim, neste capítulo pretendemos analisar a proposta de redução de desigualdades na relação com política.

---

<sup>13</sup> Para leitura complementar, sugere-se ao leitor(a) a leitura do artigo “Os Objetivos para desenvolvimento Sustentável 1,2 e 8: Uma crítica a partir dos fundamentos da Educação Ambiental”

De acordo com Costa, (2019, p.57)

[...] as desigualdades de poder podem ser definidas como as diferentes possibilidades que indivíduos ou grupos têm de exercer influência nas decisões que afetam suas trajetórias e convicções pessoais, materializando-se, ainda, na distribuição assimétrica dos direitos políticos e sociais.

Nesse sentido partiremos desse conceito para argumentar ao longo do texto.

Como abordado no primeiro artigo dessa dissertação, “Os Objetivos para desenvolvimento Sustentável 1,2 e 8: Uma crítica a partir dos fundamentos da Educação Ambiental”, o capital financeiro internacional exerce um poder significativo sobre os Estados nacionais, em especial aos classificados como subdesenvolvidos. Isso resulta em uma influência dominante nas políticas econômicas desses países, criando uma relação de dependência e muitas vezes levando-os a tomar decisões que beneficiam mais os interesses globais do que suas próprias necessidades locais. Tendo o modelo econômico como parâmetro de desenvolvimento, “[...] as assimetrias de poder apresentam obviamente um vínculo claro com as desigualdades socioeconômicas” (Costa, 2019, p.57), em outras palavras aqueles que possuem maior recursos econômicos detém maior influência nas decisões que moldam as sociedades e as economias beneficiando os interesses dessas elites, perpetuando a concentração de riquezas e o aumento das desigualdades globais.

Com surgimento na América Latina na segunda metade de 1960, a Teoria de Dependência nos apresenta um conceito útil para entendermos esse fenômeno, pois analisa a relação entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. De acordo com essa teoria, os países em desenvolvimento estão frequentemente em desvantagens estruturais devido a sua posição na economia mundial (Santos, 1998). Tendo em conta a origem dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento de acordo com o autor, a Teoria de Dependência,

[...] representou um esforço crítico para compreender a limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização (Santos, 1998, p. 18).

Contrariando as teorias relacionadas ao desenvolvimento,

[...] a Teoria da Dependência não enxerga subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas. Dessa forma, o subdesenvolvimento passava a ser visto como um produto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo (Duarte, et al. s.d., p.3).

Ou seja, a teoria da dependência não reconhece o subdesenvolvimento como um estágio de transição, mas sim uma condição criada e mantida pelo sistema capitalista global.

A exemplo temos a intervenção dos países centrais nos assuntos internos dos países periféricos, por meio das instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que muitas das vezes impõem políticas econômicas que beneficiam apenas os interesses dos países centrais. Em consequência os países periféricos aceitam essas situações na esperança de progredirem economicamente (Esteva, 1996). As políticas de ajustes fiscais, principalmente na liberação econômica, que visa a invasão dos mercados nacionais, estimulando a concorrência desigual (Federici, 2019). Como consequência temos as migrações em massa, ou seja, a exportação de "força de trabalho", principal suporte para a manutenção do sistema capitalista, fornecendo mão de obra barata e perpetuando a desigualdade global (Marx, 2013).

Nesse contexto, a partir da análise apresentada podemos verificar contradição fundamental entre as políticas econômicas e o ODS 10 em particular 10.6. As políticas econômicas impostas pelas organizações financeiras internacionais de forma indireta, possuem medidas que perpetuam as desigualdades ao invés de reduzi-las. Ao abordar a Teoria da Dependência, mostramos a complexidade existente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, marcada por um desequilíbrio estrutural de poder. Assim, para que o ODS 10.6 seja alcançado é necessário levar em consideração todos esses fatores apresentados e reformular os mecanismos de participação na governança global, estimulando maior equidade nas relações econômicas internacionais.

### **Considerações finais**

Ao longo deste artigo, buscamos refletir sobre os desafios e contradições que se encontram relacionadas as desigualdades principalmente por meio das políticas e metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular o ODS 10. Dessa forma o estudo foi guiado por três objetivos específicos que nos ajudaram a

desenvolver o nosso posicionamento: (i) Apresentar índice e caracterizar a desigualdade e as propostas de crescimento (ODS 10.1); (ii) Compreender as políticas de Ajuste Estrutural e seus impactos sobre as políticas públicas; (iii) Analisar a proposta de redução de desigualdades na relação com política.

A análise do ODS 10.1 e os dados apresentados nos mostram uma desconexão preocupante entre a meta proposta e a realidade socioeconômica global. O crescimento dos 40% mais pobres, conforme estabelecido pela meta, não tem sido suficiente para combater as desigualdades, que permanecem enraizadas em estruturas econômicas, sociais e políticas desiguais.

Os índices nos revelam uma concentração de riquezas que beneficiam uma minoria, enquanto a grande maioria da população continua a lutar por condições básicas de vida. Assim mostramos que a concentração de riquezas nas mãos de poucos não é um fenômeno novo, mas sim uma continuação de processos históricos como a acumulação primitiva, que Marx (2013) identificou como central na perpetuação das desigualdades. As disparidades de gênero e raça, destacadas pelos relatórios, reforçam que as desigualdades não podem ser tratadas de forma isoladas e como a falta de uma redistribuição justa perpetua o ciclo da pobreza e exclusão em determinados grupos.

A análise das políticas de Ajuste Estrutural nos mostra uma contradição entre os objetivos de estabilidade econômica e os impactos sociais resultantes. Desta forma, enquanto essas políticas buscam equilibrar as finanças públicas e atrair investimentos, o custo social é grande, especialmente para os grupos mais vulnerabilizados. A implementação do teto de gastos no Brasil, por exemplo, deixa evidente que a restrição de financiamentos para os serviços essenciais, afeta diretamente a qualidade de vida da população que mais depende desses serviços, como a educação e a saúde pública. A experiência histórica relatada por Federici (2019) nos mostra como certas medidas impostas por políticas neoliberais, foram capazes de dismantelar indústrias locais e aumentar o índice da pobreza, como ocorreu em diversas regiões da África, Ásia e América do Sul. Ou seja, são abordagens que ao invés de promoverem inclusão, reforçam a concentração de riqueza e poder, beneficiando uma minoria social. Portanto, ao avaliar as políticas de Ajustes Estrutural, é fundamental adotar uma abordagem crítica que considere não apenas os resultados econômicos, mas também as consequências sociais.

Na mesma lógica foi destacado uma grande contradição entre a meta 10.6 e as realidades estruturais do sistema econômico global. Enquanto o objetivo é “[...] garantir maior voz e representação dos países em desenvolvimento nas decisões internacionais, “(ONU,2015) as práticas econômicas dominantes, impostas pelas instituições financeiras dominantes como FMI e Banco Mundial perpetuam a dependência e a desigualdade. A Teoria de Dependência nos mostra que o subdesenvolvimento não é uma etapa temporária, mas uma condição perpetuada pelo sistema capitalista global (Duarte et. al. s/d). Assim de acordo com a teoria as políticas econômicas, ao invés de promoverem a igualdade e a autonomia reforçam a concentração de poder e riqueza nos países centrais, limitando a capacidade dos países periféricos de exercer influência real nas decisões globais. Desta forma, para alcançar o ODS 10.6 exige uma revisão crítica das estruturas de poder que governam a economia global.

## Referências

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Revisão das Despesas Públicas, Volume I: Síntese. Brasília: Banco Mundial, 2017.

BLEJER, Mario I.; SAGARI, Silvia B. Uma ordem sequencial para a liberalização dos mercados financeiros: por que os países em desenvolvimento devem promover a abertura de seus setores bancários antes de liberalizar os fluxos de capital. **Finanças & Desenvolvimento**, Washington, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 dez. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamento cidadão: projeto de lei orçamentária anual 2024** / Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Orçamento Federal. -- Brasília: Secretaria de Orçamento Federal/MPO, 2023.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). **Implementando desigualdades: reprodução de**

**desigualdades na implementação de políticas públicas.** Rio de Janeiro: Ipea, 2019. p. 53-77.

DUARTE, P. H. E.; Graciolli, E. J. **A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (Sub)desenvolvimento na América Latina**, s.d. Disponível em:

[https://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro\\_Duarte.p](https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.p)

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução** – trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Escolas municipais concentram 49,3% das matrículas**, 2024.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/escolas-municipais-concentram-49-3-das-matriculas>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **MEC e Inep divulgam resultados do Censo Escolar 2023**, 2024.

Disponível em: [MEC e Inep divulgam resultados do Censo Escolar 2023 — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/mece-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023)

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**-Livro I:O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013

OXFAM INTERNACIONAL. **Desigualdade S.A.: como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública.**

Tradução para o português: Roberto Cataldo – Verso Tradutores. Edição da versão em português: Brief Comunicação. Janeiro de 2024.

SALATA, André Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre, RS, n. 15, 2024. Disponível em:

[https://www.pucrs.br/datasocial/wp-content/uploads/sites/300/2024/04/2024-04-09-data-social-BOLETIM\\_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES\\_15.pdf](https://www.pucrs.br/datasocial/wp-content/uploads/sites/300/2024/04/2024-04-09-data-social-BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_15.pdf)

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, Renata Valério; MOREIRA, Jani Alves da Silva; VOLSI, Maria Eunice França. Estado funcional e as políticas de ajuste estrutural na Educação Básica brasileira.

**Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 21, n. 68, p. 317-341, jan./mar. 2021.

SOUZA, Angelita Matos. Imperialismo e desenvolvimento. In: **el control del espacio y los espacios de control**, Barcelona, 5-10 maio 2014. Disponível em: [IMPERIALISMO E DESENVOLVIMENTO \(ub.edu\)](#)

OXFAM INTERNACIONAL. **Desigualdade S.A.: como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública.**

Tradução para o português: Roberto Cataldo – Verso Tradutores. Edição da versão em português: Brief Comunicação. Janeiro de 2024.

## 7. Considerações Finais

Após desenvolver e correlacionar os artigos que compõe a nossa dissertação, reconhecemos que embora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ofereçam uma estrutura oficial para enfrentar problemas globais, (principais ferramentas promovido e implementado pelo Estado e pelas Organizações Internacionais), eles muitas das vezes apresentam soluções superficiais e limitadas. Isso se deve, ao fato de que os ODS são moldados dentro de lógica de sustentabilidade capitalista, que prioriza o crescimento econômico em vez de uma verdadeira transformação social. Portanto, ao adotá-las como objeto de estudo é essencial estabelecer a abordagem crítica, como propusemos ao longo desta dissertação.

Ao adotar a perspectiva crítica fundamentada na Educação Ambiental, mostramos a importância de olhar para além das soluções apresentadas pelos ODS. Isso implica em oferecer respostas mais fundamentadas, que questionem as raízes estruturais dos problemas sociais, econômicos e ambientais que enfrentamos. A teoria da reprodução social e a teoria da dependência aparecem como possibilidades de ferramentas de análise essenciais para compreendermos como as desigualdades são perpetuadas e reforçadas dentro da lógica do sistema capitalista.

Por meio da nossa análise sugerimos que, para que haja uma verdadeira transformação em direção ao desenvolvimento sustentável, deve-se considerar todas as dimensões da reprodução social, isso inclui: a exploração de classe, as desigualdades de gênero, as relações de dependência internacional, a degradação ambiental entre outros fatores. Em outras palavras uma abordagem integrada e crítica que vá além da conscientização ambiental, mas que promove a justiça social e ambiental, isto significa desafiar as narrativas dominantes e propor alternativas que levem em conta a complexidade das interconexões entre as questões sociais, econômicos e ambientais.

Neste sentido, a Educação Ambiental tem um papel fundamental a desempenhar. Propomos que a Educação Ambiental, ao trabalhar com os ODS, o faça de maneira crítica e reflexiva, questionando e buscando soluções que realmente cheguem à raiz dos problemas. Isso envolve desafiar o crescimento econômico desenfreado como a única solução e promover uma visão de desenvolvimento que priorize a justiça social e ambiental.

Ao considerar teorias críticas, como a da reprodução social e da dependência, mostramos como a pobreza, a desigualdade de gênero e relações de dependência entre países não podem ser resolvidas apenas com iniciativas de desenvolvimento que priorizam o crescimento econômico e a inclusão de forma superficial. Desta forma, as soluções propostas pelos ODS, ao não enfrentarem as causas estruturais das desigualdades, acabam reforçando a lógica do mercado e perpetuando a exploração. Portanto, é essencial que as práticas de Educação Ambiental, ao se depararem com os ODS, use-os como base inicial, mas não se limitem a eles.

Por fim, por meio desta dissertação defendemos a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento que considere as problemáticas na sua totalidade, reconhecendo a interdependência entre o social, o econômico e o ambiental. Ou seja, precisamos ir além das soluções oferecidas pelo Estado, e promover uma educação que enfrente as causas profundas dos problemas, questione as bases do sistema econômico e busque alternativas justas e sustentáveis. Só assim podemos construir um futuro em que o desenvolvimento, seja justo e onde a justiça social e ambiental andem juntas, garantindo condições de vida e ambiental dignas para todos.